

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

Victor Vargas Menna

**Resistência e catástrofe:** as raízes do problema dos refugiados palestinos  
(1922-1948)

Florianópolis

2022

Victor Vargas Menna

**Resistência e catástrofe:** as raízes do problema dos refugiados palestinos  
(1922-1948).

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel/Licenciado em História.

Orientador(a): Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Menna, Victor Vargas

Resistência e Catástrofe : as raízes do problema dos  
refugiados palestinos (1922-1948) / Victor Vargas Menna ;  
orientador, Marcio Roberto Voigt, 2022.

116 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,  
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Guerra de 1948. 3. Problema dos  
refugiados palestinos. 4. Nakba. I. Voigt, Marcio Roberto.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Márcio Roberto Voigt Orientador e Presidente, pelo Professor Michel Gherman, Titular da Banca, e pela Professora Karina Stange Calandrin, designados(as) pela Portaria nº 44/2022/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Victor Vargas Menna**, subordinado ao título: **"Resistência e Catástrofe: as raízes do problema dos refugiados palestinos (1922-1948)"**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o(a) mesmo(a) foi arguido(a) pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Márcio Roberto Voigt a nota final ...10....., do Professor Michel Gherman a nota final ...10..... e da Professora Karina Stange Calandrin a nota final ..10.....; sendo aprovado com a nota final .....10.... O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Márcio Roberto Voigt



Documento assinado digitalmente  
Márcio Roberto Voigt  
Data: 22/12/2022 11:43:02-0300  
CPF: \*\*\*.645.999-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Michel Gherman

Prof. Karina Stange Calandrin

Candidato Victor Vargas Menna



Documento assinado digitalmente  
Victor Vargas Menna  
Data: 21/12/2022 22:49:50-0300  
CPF: \*\*\*.549.719-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Victor Vargas Menna, matrícula n.º 18101276, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Resistência e Catástrofe: as raízes do problema dos refugiados palestinos (1922-1948)", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 21 de Dezembro de 2022.



Documento assinado digitalmente

Marcio Roberto Voigt

Data: 21/12/2022 08:48:15 -0300

CPF: \*\*\*.645.999-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Orientador(a)

Aos meus amados pais, Adão Jair e Maria José. Não há palavras que sejam capazes de expressar a minha gratidão e amor por vocês.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Marcio Voigt, pelas leituras, espaços, conversas e a cuidadosa maneira pela qual me orientou. Agradeço pelas palavras de incentivo, pelos momentos de crítica e por toda atenção que me deu durante a realização deste trabalho. Também agradeço por ter aceitado me orientar neste TCC com um tema tão polêmico e complexo.

Agradeço a todos aqueles e aquelas que foram meus professores durante estes anos no curso de graduação em História e que fizeram eu me apaixonar mais ainda por essa disciplina tão linda. Em especial ao Professor Tiago Kramer que me ofereceu diversas oportunidades durante o curso, entre elas a honra de uma orientação científica e a possibilidade de ser monitor numa das disciplinas mais essenciais do curso. Graças ao Professor Tiago, sempre terei um “pé” e amor pelos estudos da América Portuguesa e principalmente pela História Social e Econômica.

À Universidade Federal de Santa Catarina por ter me proporcionado um espaço de ensino público, gratuito e de qualidade. Também à todos os servidores, técnicos-administrativos e terceirizados que atuam dentro da universidade e que são essenciais para o seu funcionamento. Viva a educação pública!

Ao Tribunal de Contas de Santa Catarina e seus servidores, especialmente ao Rogério e a Sabrina, agradeço pelo ano de estágio, pelos incentivos e pelo espaço. Foi uma experiência enriquecedora trabalhar na pesquisa e na condução da exposição da História do TCE/SC. Agradeço à Renata Juliana Fae Barp, minha colega de estágio e de ofício que sempre ouviu com muito entusiasmo meus devaneios sobre a pesquisa. Também à Rosane Moraes e à Sílvia Volpatto, por me tratarem como um familiar durante todo o período de minha estadia no TCE.

À minha família: vó Alete, vô Oscar, dinda Lu, tio Marcílio, Bernardo, Ana Luísa, dindo Oscar, Mariana, dindo Silvio, dinda Cátia, Ricardo, Rafael, Renato, Daniela, tia Nadia, tia Sônia, Dalva, todos vocês têm um lugar neste trabalho. Aos meus irmãos, Rômulo e Diego, agradeço por todos os momentos, risadas, conversas e conselhos. Aos meus avós paternos, Alfredo e Laci, e meus bisavós maternos, Irondina e Dario, de bendita memória.

Aos meus amados pais, Adão Jair e Maria José, agradeço por serem essas pessoas tão maravilhosas, por todo o apoio emocional e financeiro que me deram durante todos esses anos da minha existência e por apoiarem minhas escolhas e

decisões. Com toda a certeza, sem vocês esse trabalho não seria possível. Sou eternamente grato por ser filho de vocês.

Agradeço ao *HaShomer HaTzair*, meu querido “*Shomer*”, por ter me acolhido e possibilitado um espaço *chinuchi* tão rico. Sou extremamente afortunado por fazer parte de uma *tnuá* tão relevante tanto para a história do mundo, na luta contra o nazismo, quanto para a história de Israel. Vocês me mostraram um sionismo singular e repleto de respeito à identidade, cultura e sociedade do povo palestino ao mesmo tempo que não nega a singularidade histórico-cultural da identidade judaica e a necessidade da autodeterminação do povo judeu na nossa terra, *Eretz Yisrael*. O tema que aqui busco tratar foi, em grande parte, influenciado por tantos debates e conversas que tive dentro do *Shomer*. Vocês foram indispensáveis para a realização deste trabalho.

Ao meu eterno *HaShomer HaTzair Florianópolis*, agradeço por todos os espaços de risadas, debates e confraternizações; à Tsamiyah Levi, Iael Kurjan, Isabela Millman, Lucas Duvidovich, Asi Garbarz, David Laurent, Letícia Palumbo, Rafaela Millman, Fabian Klein, Macarena Merino. Todos vocês colaboraram de alguma forma para esse trabalho.

Agradeço especialmente ao meu eterno colega de *Moatzá* e grande amigo Theo Rubinstein Goifman por todos os dias e noites que passamos discutimos incansavelmente sobre Israel e sionismo, assim como os espaços de desabafos, conselhos e diversão. Muitas das conversas que tive com Theo encontram-se presente de forma aprofundada neste trabalho.

Aos meus *chaverim* de *kvutzá*: Isabela Millman, Pietro Chalom, Laura, Lívia e Luísa Bergara, Carlos Camelo, Laura Jovchelovitch, Andrei, Giovanna e Bruna Segal, Nina Goldbach, Carol Mizrahi, Miju Mann, Jonas Cohn, Rebeca Regen, Marina Nigri, David Dabkiewicz, Marina Mann, Julia Weinman, Gisele Szuchmacher, Bianca Meniuk, Sofia Roitman, Victor Davi, Eliseo Cunha e Eboni. Mesmo à distância, compartilhamos ótimos momentos de diversão, conversas, amores, esperanças, assim como momentos de decepção, frustração e desânimo. A realização deste trabalho se deu em grande parte devido ao apoio e incentivo da minha querida *Kvutzá* que acreditou em mim e me incentivou a escrever este trabalho de conclusão de curso sobre temática aqui tratada.

Aos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores (PT), Jorge Solé, Sirlene Bento e Artur Rangel, que passaram por tantas angústias comigo neste



último ano de eleições. Agradeço pelos momentos de reflexão, confraternização, acolhimento e política.

Finalmente, agradeço a todos os amigos que fiz tanto no curso de História quanto fora dele. Em especial Lucas Hoffmann, Otto Mota, Johann Zoz, Renan Augusto Valmorbida e Rafael Silveira da Silva, Mateus Heisler Damazio, amigos de longa data que sempre me apoiaram, aconselharam, incentivaram e estiveram do meu lado nos momentos que mais precisei, inclusive durante a escrita deste trabalho. Vocês foram essenciais nessa jornada que foi o curso de graduação.

*“perguntas: o que quer dizer “refugiado”?*

*dirão: é quem teve as raízes arrancadas da terra.*

*perguntas: o que quer dizer “terra”?*

*dirão: a casa, a amoreira, o galinheiro, a colmeia, o cheiro de pão, o céu  
primeiro.*

*perguntas: como uma única palavra, de cinco letras, consegue suportar tudo  
isso, mas não suporta a gente?”*

*(Mahmoud Darwich, Da presença da ausência)*

## RESUMO

A *Nakba* palestina, o êxodo de cerca de meio milhão de palestinos em 1948, é um dos eventos mais marcantes para a sociedade palestina contemporânea tanto na Cisjordânia e Gaza quanto na diáspora palestina pelo mundo. O presente trabalho tem como objetivo compreender as causas e raízes do problema dos refugiados palestinos (*Nakba*) em uma perspectiva de média duração através da recuperação historiográfica e análise de planos de natureza militar, relatórios e correspondências militares. Tem como recorte temporal o estabelecimento do Mandato Britânico da Palestina (1922) até o início da Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948). Buscou-se compreender tanto suas raízes estruturais, a partir desenvolvimento e consolidação do colonialismo britânico e suas formas de dominação, até suas causas conjunturais dentro do contexto específico da guerra civil entre judeus e árabes iniciada em dezembro de 1947, após o anúncio da partilha da Palestina. Conclui-se que as causas do problema dos refugiados palestinos vão além da agência das forças paramilitares judaicas durante a guerra civil na Palestina. Em sua raiz estão as condições políticas e sociais da sociedade árabe-palestina herdadas dos anos de domínio colonial britânico na Palestina e tem a guerra civil e as forças paramilitares judaicas como seu evento e agente catalisador, respectivamente.

**Palavras-chave:** Guerra de 1948; Problema dos Refugiados Palestino; Nakba.

## ABSTRACT

The Palestinian Nakba, the exodus of around half a million Palestinians in 1948, is one of the most defining events for contemporary Palestinian society both in the West Bank, Gaza and in the Palestinian diaspora around the world. The present work aims to understand the causes and roots of the Palestinian refugee problem (*Nakba*) in a medium-term perspective through historiographical recovery and analysis of military plans, reports and military correspondence. Its time frame is the establishment of the British Mandate of Palestine (1922) until the beginning of the First Arab-Israeli War (1948). We sought to understand both its structural roots, from the development and consolidation of British colonialism and its forms of domination, to its conjunctural causes within the specific context of the civil war between Jews and Arabs that began in December 1947, after the announcement of the partition of Palestine. It is concluded that the causes of the Palestinian refugee problem go beyond the agency of Jewish paramilitary forces during the civil war in Palestine. At its root are the political and social conditions of Arab-Palestinian society inherited from the years of British colonial rule in Palestine and have the civil war and Jewish paramilitary forces as their event and catalytic agent, respectively.

**Keywords:** 1948 War; Palestinian Refugee Problem; Nakba.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “O crocodilo sionista para os árabes da Palestina”	46
Figura 2 – “O objetivo final”	48
Figura 3 – “Balfour e sua sinistra promessa de calamidade para Palestina”	49
Figura 4 – Comparação da posse de terras judaicas e árabes em 1947	70
Figura 5 – Regulamentação sobre a terra pela Lei de Terras de 1940	71
Figura 6 – Operações militares de Dezembro de 1947 à Maio de 1948 (Yishuv)	91
Figura 7 – Movimentos militares durante a Operação Nachshon (Abril de 1948)	92
Figura 8 – Batalha de Mishmar Ha’Emek (4-15 de Abril de 1948)	96
Figura 9 – Batalha de Haifa (4-15 de Abril de 1948)	98
Figura 10 – Ordens de enterro de corpos em Tantura (1948)	101
Figura 11 – Bilhete sobre a vala comum no cemitério de Tantura (1948)	105

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACA - Alto Comitê Árabe

AJM - Associação dos Jovens Muçulmanos

EMH - Estado-Maior da *Haganá*

FDI - Forças de Defesa de Israel

HGN - *Haganá*

IZL - *Halgun HaTzva'i HaLe'umi BeEretz Yisra'el*

LHI - *Lohamei Herut Israel*

ONU - Organização das Nações Unidas

SIH - Serviço de Inteligência da *Haganá*

SIH-DA - Serviço de Inteligência da *Haganá* - Departamento Árabe

UNSCOP - United Nations Special Committee on Palestine

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2 RESISTÊNCIA E A SOCIEDADE DO MANDATO BRITÂNICO DA PALESTINA (1922-1946)</b>	<b>27</b>
2.1 POLÍTICA POPULAR ÁRABE-PALESTINA NO MANDATO BRITÂNICO (1922-1939)	28
2.1.1 Colonialismo, sionismo e o discurso político árabe-palestino durante o governo do mandato britânico da palestina	38
<b>3 AS COMISSÕES ESPECIAIS PARA A PALESTINA E A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA DOS REFUGIADOS PALESTINOS (1946-1947)</b>	<b>50</b>
3.1 O COMITÊ ANGLO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO E AS CONDIÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DA PALESTINA EM 1946	51
3.1.1 “A Palestina é um campo armado”: o mandato britânico e a escalada do conflito.	59
3.1.2 A Resolução 181 e a partilha da Palestina (1947)	65
<b>4 ENTRE INDEPENDÊNCIA E CATÁSTROFE: A CONSOLIDAÇÃO DO PROBLEMA DOS REFUGIADOS PALESTINOS (1948-1949).</b>	<b>75</b>
4.1 GUERRA CIVIL NA PALESTINA: OS FUNDAMENTOS PARA O PROBLEMA DOS REFUGIADOS PALESTINOS (DEZEMBRO DE 1947 - MARÇO DE 1948).	76
4.1.2 Abril-maio de 1948: a reformulação de postura militar do Yishuv durante a guerra civil.	83
4.1.3 As consequências da Guerra Civil: o relatório de migração árabe do serviço de inteligência das forças de defesa de Israel.	101
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>109</b>
FONTES	109
BIBLIOGRAFIA	110

## 1 INTRODUÇÃO

O que se inicia como uma curiosidade informal de um jovem judeu sionista em relação à primeira guerra árabe-israelense e o problema dos refugiados palestinos, durante o quinto semestre da graduação em História, que, naquele período sentia-se indignado com o termo “limpeza étnica da Palestina” e com interpretações que considerava “anacrônicas” e “maldosas” em relação à história do conflito palestino-israelense, hoje ganha um formato de um Trabalho de Conclusão de Curso. É importante destacar que a partir de um longo período de amadurecimento e estudos separam o jovem que naquela época afirma tais coisas a este que hoje redige este trabalho. Conversas, livros, artigos, textos, eventos acadêmicos e pesquisas separam duas fases distintas deste mesmo historiador.

Do mesmo modo, este trabalho teve seu período de amadurecimento durante a pesquisa e escrita. A princípio, seria uma pesquisa circunscrita somente a um escopo temporal limitado, de 1946 a 1947, a qual buscava trabalhar o desenvolvimento simultâneo de duas forças, ao que parecem separadas, em um mesmo espaço geográfico (judeus e árabes na Palestina). Contudo, ampliou-se o escopo temporal - o qual passa a compreender o período desde o estabelecimento do Mandato Britânico da Palestina, em 1922, até o final da primeira guerra árabe-israelense, em 1949 - e dispôs sua análise mais focada a um dos lados específicos do conflito: os árabes-palestinos.

À necessidade de compreender de que forma os palestinos se organizaram politicamente e socialmente no período anterior à proposta de partilha da Palestina em 1947 foram elementares para o aumento da temporalidade do trabalho. Afinal, por que, supostamente, meio milhão de árabes-palestinos foram “varridos” da Palestina em 1948? Este é um dos principais questionamentos que caminharam para que o trabalho compreende-se com ênfase maior às vítimas deste processo.

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo investigar de que forma se deu o problema dos refugiados palestinos<sup>1</sup>. Para tanto, buscou-se extrair objetivos específicos para que o objetivo geral fosse alcançado. Deste modo, explorou-se na

---

<sup>1</sup> Entendemos aqui como “problema dos refugiados palestinos” o processo histórico circunscrito na temporalidade específica de 1947-1948, que iniciou a diáspora palestina. Assim, não buscamos tratar sobre as raízes mais contemporâneas da permanência do problema dos refugiados palestinos - questão que vai além do que nos propomos a responder neste trabalho.



pesquisa a trajetória da organização política árabe-palestina durante a administração do Mandato Britânico (1922-1948), a fim de compreender a natureza do discurso político árabe no período durante a administração britânica, analisar como a “questão palestina” foi tratada dentro das Nações Unidas entre os anos de 1946 e 1947 e, por fim, como se consolidou o problema dos refugiados palestinos em 1948.

Sobre o debate historiográfico que precedeu este trabalho, é fundamental ressaltar que os traumas do prolongado conflito entre judeus e palestinos durante a primeira metade do século XX refletiram na primeira geração de historiadores e escritores que abordaram a temática da Primeira Guerra Árabe-Israelense. Formada, em grande medida, por militares e combatentes, que estiveram na linha de frente durante as primeiras décadas de atrito entre a comunidade judaica e a sociedade árabe-palestina. Esta geração foi responsável por formar os primeiros fundamentos da memória coletiva israelense sobre o conflito palestino-israelense e sobre a guerra 1948<sup>2</sup>. Entretanto, a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos 1980, com o vencimento da lei de confidencialidade dos arquivos militares israelenses, a documentação acerca da guerra de 1948 progressivamente tornou-se disponível para uma nova geração de historiadores e acadêmicos que contrapuseram as narrativas construídas por seus predecessores e, por consequência, da própria memória coletiva israelense sobre o conflito<sup>3</sup>.

Conforme Shapira (1995), a nova historiografia que surge a partir dos anos 1980 vai além de uma ruptura historiográfica, mas também constitui um corte geracional dentro da própria sociedade israelense. De um lado, uma geração que participou ativamente da formação do Estado de Israel, presenciou a onda de antissemitismo crescer na Europa e todos os seus impactos na fundação do Estado judeu. Por outro lado, uma geração que cresceu com o Estado de Israel consolidado e se “distanciou” temporalmente de seus objetos de pesquisa. Tratando-se, portanto, de um debate entre gerações no interior da sociedade israelense e não de uma cisão puramente historiográfica. Nesse sentido, as controvérsias e narrativas que circunscrevem até hoje o debate público sobre a fundação do Estado de Israel e o

---

<sup>2</sup> Escritores como Tn. Col. Netanel Lorch, Tn. Col. Elhana Orren, Meir Pa'il, Leon Uris são alguns destes nomes que fizeram parte desta primeira geração de historiadores e escritores a abordar o conflito.

<sup>3</sup> Sobre algumas das críticas feitas pelos “novos historiadores” israelenses à “velha historiografia” ver MORRIS (2007) e SHLAIM (2015).

destino de mais de meio milhão de palestinos que se tornaram refugiados após 1948, foram colocados “em cheque” com as pesquisas desta nova geração denominados, dentro da historiografia, “novos historiadores” israelenses.

Shlaim (1988), demonstrou como o mito cujo Israel estava isolado contra o mundo árabe durante a guerra de 1948 não se sustentava com uma análise documental aprofundada. A tese central do autor é que há uma “aliança tácita” firmada entre as lideranças do *Yishuv* e o rei Abdullah I da Transjordânia em novembro de 1947 para dividir a Palestina britânica entre ambos os estados. Ainda, o acordo teria sido aprovado pela administração britânica antes do fim do mandato.<sup>4</sup>

À vista disso, Pappé (1993) se aprofunda no estudo sobre a política do Reino Unido dentro do contexto do conflito palestino-israelense e a guerra de 1948. Em seu trabalho *Britain and the Arab-Israeli Conflict, (1948-51)*, defende que apesar de o governo britânico ter se absterido na formação de um Estado judeu na Palestina, seus laços clientelista com o Rei Abdullah da Transjordânia teriam sido fundamentais para o esvaziamento do principal inimigo comum do governo britânico e da dinastia Hashemita jordâniana na Palestina, o Grande Mufti de Jerusalém, Hajj Amin al-Husseini - principal liderança palestina nos anos de 1940<sup>5</sup>. Desse modo, o norteador da política britânica para a região apresentou-se como a “grande Transjordânia” - auxiliar nas ambições do Rei da Transjordânia de aumentar o seu território à mercê dos palestinos, uma vez que um estado palestino, sob a perspectiva dos britânicos, seria um Estado sob controle de Husseini.

Benny Morris, por sua vez, realizou uma investigação sobre a temática das raízes dos problemas dos refugiados palestinos. A tese de Morris (1988) refere-se contrariamente a então narrativa israelense oficial, a qual atesta a origem dos refugiados palestinos concerne da ordem das lideranças palestinas e árabes para os moradores árabes-palestinos do Mandato Britânico de abandonar suas casas e vilarejos para abrir caminho para os exércitos da coalizão árabe. Para Morris (1988), o problema dos refugiados palestinos derivou das questões ligadas à guerra, principalmente da expulsão de árabes-palestinos levados por questões militares pela

---

<sup>4</sup> Outro trabalho do autor, traduzido para a língua portuguesa, explora a política de Israel frente ao mundo árabe desde a sua fundação até o início do século XXI. Ver Shlaim (2004).

<sup>5</sup> Morris (2008) disserta sobre como a própria organização do oficialato do Exército de Libertação Árabe (ELA) foi uma tentativa dos países árabes de sufocar a influência da família Husseini nas forças que adentraram a Palestina em 1948.

Haganá e, após 15 de maio de 1948, as Forças de Defesa de Israel (FDI). Além disso, Morris compreende as fugas como oriundas de tensões psicológicas causadas pela guerra e que o pensamento de “transferência” da população árabe-palestina para outros países árabes, considerada por certos líderes sionistas, por mais que desejada, não foi executada enquanto tática militar dentro do teatro de operações da guerra. Morris conclui que:

O problema dos refugiados palestinos nasceu da guerra, não por planejamento judeu ou árabe. De modo geral, foi um produto dos medos dos judeus e árabes do prolongado e amargo conflito que caracterizou a primeira guerra árabe-israelense [...] A criação do problema foi quase inevitável dado a mistura geográfica de populações árabes e judaica, a história das hostilidades entre judeus e árabes durante 1917-1947, a resistência de ambos os lados à uma solução binacional, a eclosão e prolongação da guerra de nascimento e sobrevivência de Israel, a grande fragilidade estrutural da sociedade árabe-palestina, o aprofundamento da animosidade árabe em relação ao Yishuv e o medo dos árabes de cair sobre soberania judaica, o medo do Yishuv do que poderia acontecer se os árabes ganhassem e qual seria o destino do estado judeu se nascesse com uma grande, potente e ativa minoria árabe hostil (MORRIS, 1988, p.286, tradução nossa).

As conclusões de Morris foram alvo de críticas, feitas principalmente por Masalha (1991). O autor reconhece os avanços que o trabalho de Morris trouxe em relação à temática - sobretudo dentro do contexto acadêmico israelense - porém destaca alguns problemas metodológicos no trabalho de Morris em relação à documentação utilizada. Para Masalha, Morris se precipitou em afirmar que não houve planejamento das forças judaicas e israelenses durante a guerra de independência de Israel para a expulsão dos palestinos, pois boa parte das fontes ainda se encontrava sob segredo de Estado e não estavam disponíveis para consulta:

[...] Mas pode a alegação de Morris de que não houve planejamento de transferência e política de expulsão em 1948 ser sustentada? Pode o fato de que não houve um "plano mestre" para a expulsão dos palestinos absolver a liderança sionista de qualquer responsabilidade, dado, entre outras coisas, a campanha de guerra psicológica (documentada por Morris) projetada para precipitar a evacuação árabe? Como Morris pode ser tão categórico ao afirmar que não houve política de expulsão israelense quando a sua própria pesquisa sustenta-se em documentação parcial cuidadosamente liberada e quando boa parte dos arquivos e documentos israelenses relacionados ao tema continuam confidenciais e permanecem fechados para pesquisadores? É inconcebível que tal política de “transferência” seja baseada nos entendimentos entre Ben-Gurion e seus tenentes do que um plano formalmente dito? (MASALHA, 1991, p. 92, tradução nossa).

Outra crítica feita por Masalha reside no próprio desenvolvimento da ideia de “transferência” dentro do pensamento político sionista durante a primeira metade do século XX. Em sua obra *Expulsion of the Palestinians: The Concept of Transfer in Zionist Political Thought 1882-1948*, Masalha (1992) defende que a ideia de “transferência” da população árabe da palestina estava presente desde a concepção política do movimento sionista. Desta maneira, a transferência da população sempre foi um objetivo do sionismo durante a consolidação do *Yishuv* - termo utilizado para se referir a comunidade judaica anteriormente à formação do Estado de Israel- na Palestina otomana e britânica. Apenas em meados dos anos 1930, quando a imigração judaica para a Palestina se intensificou, que o projeto para a expulsão dos palestinos teria começado a ganhar forma. Masalha destaca a Comissão Peel, de 1937, que recomendava a partilha da palestina em um Estado judeu e outro árabe, com a transferência compulsória da população árabe dentro do território da porção judaica, como a primeira manifestação desse projeto.

Na mesma lógica de entendimento, Pappé (2016), em *A Limpeza Étnica da Palestina*, segue na defesa de que o movimento sionista, ao advogar por um Estado judeu, via como único meio possível para a concretização desse objetivo a “transferência” da população. Para Pappé, os eventos aconteceram antes do início da Guerra de 1948. Isto é, os conflitos civis entre judeus e palestinos que ocorreram no período da Palestina britânica, entre novembro de 1947 e maio de 1948, iniciado como uma represália aos ataques árabes, após março de 1948, com a elaboração do Plano Dalet, se converteu em um projeto de limpeza étnica<sup>6</sup>. Pappé destaca que:

Antes de 1947, havia outra pauta, mais urgente: a missão primordial era construir um enclave político, econômico e cultural sionista dentro do país, assegurando a imigração judaica para a área. Como mencionado anteriormente, as ideias sobre a maneira de lidar com a população local palestina permaneceram vagas naquele momento. Mas o iminente término do Mandato britânico, a rejeição árabe ao Plano de Partilha e a arguta compreensão de Ben-Gurion sobre quanto da Palestina ele precisava para tornar viável o estado judeu agora ajudavam a converter as ideologias do passado, e aqueles cenários ainda nebulosos, em um plano mestre específico. [...] Antes de março de 1948, as atividades levadas à cabo pela

---

<sup>6</sup> O autor define “limpeza étnica” como “[...] a expulsão à força com o fim de homogeneizar uma população de etnia mista em determinada região ou território.” (PAPPÉ, 2016, p.22). Pappé complementa, se apropriando das considerações da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (UNHCR), colocando que entre os métodos para a limpeza étnica encontram-se a “[...]”separação de homens e mulheres, detenção de homens, explosão de casa” e o subsequente repovoamento das casas remanescentes com outro grupo étnico.” (*ibidem*). Em sua visão, o Plano Dalet, elaborado pelas milícias judaico-sionistas da Palestina em março de 1948, possui estratégias que correspondem, integralmente, às táticas características de tal crime contra a humanidade.

direção sionista para implantar sua visão ainda podiam ser representadas como represálias por ações hostis de árabes e palestinos. No entanto, após março, esse já não era mais o caso: a direção sionista declarou abertamente - dois meses antes do término do mandato - que procuraria tomar a terra e expulsar a população nativa à força: o Plano Dalet (PAPPÉ, 2016, p.61).

Em uma edição ampliada e revisada do seu livro de 1988, Morris (2001) dedica um capítulo inteiro a responder às críticas feitas por Masalha. No capítulo, “The idea of ‘transfer’ in Zionist thinking before 1948”, Morris argumenta que por mais que a ideia de transferência da população árabe da Palestina estivesse presente desde o princípio da formação do movimento sionista, habitualmente era encarada como moralmente problemática. Os valores liberais compartilhados entre a maioria dos sionistas, - e socialistas entre uma parcela considerável - até mesmo os objetivos do sionismo na Palestina, - instaurar um lar nacional para o povo judeu - seriam contraditórios a um propósito de transferência da população árabe-palestina para outras regiões. A problemática foi ampliada com o reconhecimento de algumas das principais lideranças sionistas, entre elas David Ben-Gurion e Ze’ev Jabotinsky, durante os anos de 1930 da identidade árabe-palestina como distinta daquelas de outros movimentos nacionais árabes.

Morris avança, afirmando que durante os anos de 1920, 1930 e 1940, com o aumento da violência entre a população árabe e judaica na Palestina, fruto da resistência cada vez maior dos árabes-palestinos ao projeto de lar nacional judaico-sionista, a ideia de transferência tornou-se cada vez mais apelativa não somente para as lideranças sionistas, mas para o oficialato britânico (entre eles, o tenente-coronel John Bagot Glubb, que depois lutaria ao lado dos exércitos árabes em 1948) e mesmo para algumas lideranças árabes fora da Palestina, o Rei Abdullah da Transjordânia, o primeiro-ministro jordaniano, Ibrahim Pasha Hashim, e o primeiro-ministro iraquiano, Nuri Al-Sa’id. Para Morris:

O que emerge do exposto é que os líderes sionistas, desde o início do movimento, “brincaram” com a ideia de transferir “os árabes” ou um número substancial de árabes para fora da Palestina, ou qualquer parte da Palestina que se tornasse judia, como uma maneira de resolver o problema colocado pela existência de uma maioria árabe ou, mais adiante, uma minoria árabe maior que se opunha à existência de um estado judeu ou a viver nele. À medida que a oposição árabe, incluindo a resistência violenta, ao sionismo crescia nas repressões à imigração judaica, um consenso ou quase consenso se formou entre os líderes sionistas em torno da ideia de transferência como a solução natural, eficiente e até moral para o dilema demográfico. [...] O início da Segunda Guerra Mundial e o Holocausto aumentaram o desespero dos sionistas para obter um refúgio seguro na

Palestina para os judeus perseguidos na Europa - e reforçou a prontidão para adotar a transferência como forma de esvaziar instantaneamente a terra para que ela pudesse absorver os futuros refugiados da Europa (MORRIS, 2004, p.59; tradução nossa).

Apesar disto, Morris conclui que embora a ideia de transferência fosse quase consenso<sup>7</sup> entre as lideranças sionista, quando a guerra civil entre judeus e palestinos estourou no final de 1947 e início de 1948, Israel não entrou na guerra de 1948 com um planejamento militar sistematizado e calculado para expulsar os árabes-palestinos do território que viria a ser o Estado de Israel. Isto posto, Morris manteve a tese inicial, compreendendo o problema dos refugiados palestinos como produto da guerra e não a partir de um planejamento sionista.

De Morris, nos apropriamos do termo “expulsão” em contraposição à “transferência”. A terminologia associada à “transferência” supõe, dentro do contexto historiográfico específico, que a expulsão dos palestinos das vilas e cidades era algo planejado pelo movimento sionista antes mesmo da guerra de 1948. Nesta pesquisa compreende-se que a análise afigura uma visão teleológica da história. Ao adotarmos o termo “expulsão”, reconhecemos a responsabilidade israelense pelo problema dos refugiados palestinos, porém, simultaneamente, assimilamos as decisões tomadas como algo fruto de seu tempo e não necessariamente sistematicamente planejado de forma preliminar.

Recentemente, alguns trabalhos vêm analisando a guerra de 1948 e a história do conflito palestino-israelense, através dos problemas e abordagens da História Social, Cultura e Econômica. A diversidade de fontes analisadas é um fator que diferencia a historiografia mais recente daqueles autores pioneiros da nova-história israelense.

Shapira (1992), em *Land and Power*, trabalha um conceito que interpretamos como importante para análise da história do sionismo e de Israel, a ideia de *Ethos*. Em Shapira, *Ethos* pode ser definido como os comportamentos, costumes, ideais e princípios do movimento sionista ao longo de sua história. A pesquisa de Shapira busca explicações de como, o *Ethos* nacional sionista surgiu e, posteriormente, ao entrar em contato com realidade específica da Palestina, se

---

<sup>7</sup> Morris se refere à quase consenso pois o Partido do Hashomer Hatzair, que depois se tornará o Mapam (partido sionista com orientação socialista), durante boa parte de sua trajetória se opôs à ideia de transferência, defendendo a solução de estado único binacional e, após 1948, defendendo o mútuo reconhecimento entre Israel e Palestina.

alterou de acordo com os contextos específicos enfrentados, passando de uma abordagem defensiva para uma ofensiva na busca da concretização do Estado judeu. Shapira analisou a vertente socialista e trabalhista dentro do movimento sionismo, uma vez que estes configuraram a principal tendência no interior do sionismo e na colonização da Palestina. As considerações de Shapira são importantes para compreender em que contexto o *Yishuv* entra na guerra 1948 e para compreender os motivos das ações contra os palestinos entre 1947 e 1948.

Autores mais recentes, como Rashid Khalidi (2006), Sherene Seikaly (2016) e Shay Hazkani (2021), buscaram ir além da documentação militar e diplomática, incorporando documentos com foco em experiências individuais das massas ordinárias de judeus e palestinos que estiveram - e seguem - na base do conflito. Além disso, buscaram trazer novas discussões pouco tratadas ou marginalizadas pela historiografia do conflito até o momento que auxiliaram na elucidação de questões bastante tratadas na área.

Khalidi (2006), em *The Iron Cage: The Story of Palestinian Struggle for Statehood* realiza uma análise das tentativas palestinas de formação de um Estado independente durante a história palestina. Khalidi dá ênfase à questão das lideranças nacionais palestinas e suas atuações desde o período do Mandato Britânico da Palestina até a Autoridade Palestina pós-Arafat. Para o autor, a falha das lideranças palestinas de organização de sociedade, somada às várias sabotagens tanto dos britânicos quanto dos Estados árabes, do *Yishuv* (antes de 1948) e do Estado de Israel (depois de 1948), a tentativa de uma organização política árabe-palestina desvinculada à uma autoridade centralizadora (os britânicos, antes de 1948, Israel e outros estados árabes no período pós-1948) foram um dos fatores que colaboraram para a *Nakba* palestina e a não consolidação de um estado palestino soberano ao longo da história.

Além disso, Khalidi reitera que se trata de um problema estrutural, até então, latente dentro da sociedade palestina contemporânea nas diversas disputas pelo controle da Autoridade Palestina entre Fatah, Hamas e outras facções no interior dos territórios da Cisjordânia e Gaza. Entretanto, este fator não torna o seu próprio povo inteiramente responsável pelas diversas derrotas dos palestinos, uma vez que a divisão sempre foi conduzida por terceiros que se beneficiam com a mesma (Estados Unidos, Reino Unido, Israel, entre outros atores).

Já em *Palestinian Identity*, Khalidi (2010) explora a formação da consciência nacional palestina desde o final do século XIX até a atualidade. O autor traz elementos fundamentais para compreensão desse tópico ao ir contra a ideia da ausência de uma identidade nacional entre os árabes-palestinos. Isto é, Khalidi evidencia a percepção dos palestinos enquanto uma nação com trajetória de formação única e não como subproduto do conflito entre judeus e árabes, reconhecendo o conflito apenas como um dos fatores. Porém, o autor não compreende a formação da identidade palestina como “finalizada”, e sim, em um processo constante de mudanças e adaptações às novas realidades enfrentadas pelos palestinos.

Em relação às fontes utilizadas neste trabalho, parte significativa dos documentos para a realização desta pesquisa, principalmente os documentos militares, são advindos de arquivos israelenses. Dessa forma, discutiremos brevemente a política arquivística israelenses voltada à guerra de 1948 e à *Nakba* palestina.

Em Israel, a lei datada de 1955, a qual dispõe sobre os arquivos públicos, somente legisla sobre arquivos do Estado. A lei estipula que quaisquer documentos administrativos produzidos nos escritórios vinculados ao ministério, e a ele subordinado, devem ser depositados, após o uso, nos arquivos do Estado de Israel. Deve ser feito um inventário de todos os documentos depositados e a documentação retirada dos arquivos, que porventura encontrar-se na posse de ministros e funcionários, têm de ser devolvidos após o fim dos mandatos oficiais. Uma vez que os documentos são compreendidos como propriedade do Estado, caso a documentação não seja devolvida e seu extravio possa compreender alguma ameaça à segurança nacional, o indivíduo que estiver em posse deste material estará cometendo um crime e é considerado punível com encarceramento.

De acordo com uma emenda acrescentada em 1975 à lei, qualquer posse de documentos que esteja sob cuidado de algum arquivo do Estado e que não seja antes autorizado pelo Arquivista do Estado é considerado crime (MEIMOUN, 1999, p.94-95). Vale destacar que a lei de 1955 também define “Arquivos Públicos” como sendo arquivos não-governamentais pertencentes a organizações sem fins lucrativos e que tenham seu status reconhecido pelo governo. Em Israel, existem 22 arquivos públicos, entre eles, o Arquivo Central Sionista, o Arquivo Weizmann em



Rehovot, o Arquivo do Yad Vashem e o Arquivo do Hashomer Hatzair em Givat Ha'Aviva. A lei prevê que o material arquivístico armazenado em arquivos públicos não será sujeito a “confisco ou empréstimo” e poderá ser transferido somente para o Arquivo do Estado de Israel ou outros arquivos públicos. Além disso, a decisão sobre o controle de acesso ao público do material armazenado nesses arquivos é de responsabilidade dos diretores de arquivo locais.

Um relatório do *Akevot Institute* demonstra que, efetivamente, a aplicação da lei nem sempre é respeitada e há diversas intervenções ilegais de membros ligados à Diretoria de Segurança do Estabelecimento de Defesa na censura de documentos, tanto em arquivos do Estado quanto em públicos e privados. De acordo com o relatório,

Uma equipe, geralmente de dois, visita periodicamente vários arquivos em Israel. A equipe do arquivo os conhece como “desclassificadores do Arquivo do Estado” ou “Funcionários do Arquivo das FDI”. [...] A equipe instrui o diretor de arquivo a fornecer certa documentação, às vezes grandes lotes de documentos (depósitos) armazenados nos arquivos. A equipe então analisa os materiais e ordena que o diretor coloque arquivos inteiros, ou documentos individuais, em um cofre e negue aos usuários do arquivo o acesso a esses materiais. [...] Os membros dessas equipes não trabalham para ou em nome do Arquivo do Estado de Israel (AES), mas para o Diretor de Segurança do Estabelecimento de Defesa (DSED), um departamento do Ministério da Defesa que não tem poderes legais fora do Estabelecimento de Defesa. As equipes do DSED ordenam a guarda de documentos armazenados em arquivos públicos e privados a seu critério, sem base ou poderes legais e geralmente sem que os usuários do arquivo estejam cientes de que os materiais armazenados no arquivo são inacessíveis a eles. Também não há opção para apelar a essas decisões de ocultação ilegais (AKEVOT INSTITUTE FOR ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT RESEARCH, 2019, p.2; tradução nossa).

Ainda, o relatório aponta a natureza dos documentos que são procurados por tais funcionários, que de modo geral, são materiais arquivísticos sobre as seguintes temáticas: documentos que lidam com questões nucleares, a despovoação de vilas palestinas entre 1948 e 1949, eventos ligados à guerra de 1948 e as relações exteriores israelense. Além disso, o *Akevot Institute*, pondera que há casos onde certos documentos são removidos sem registros de sua retirada e seu paradeiro é desconhecido.

Ademais, dia 21 de janeiro de 2019, o então primeiro-ministro Benjamin Netanyahu assinou uma nova emenda à lei dos arquivos que estendeu o período de sigilo de certos documentos de 70 para 90 anos. Grande parte da documentação que foi afetada pela lei pertence ao *Shin Bet* (serviço de inteligência doméstica) -

também envolvidos na guerra de 1948 -, ao *Mossad* (serviço de inteligência externa de Israel), à Comissão de Energia Atômica Israelense, ao Instituto de Israel para Pesquisa Biológica e à uma variedade de unidades de inteligência do Forças Armadas Israelenses<sup>8</sup>.

É nesse contexto arquivístico, as quais as documentações utilizadas para a pesquisa encontram-se em meio a censuras e tentativas de silenciamentos ilegais por parte do governo do Estado de Israel. Dessa maneira, várias conclusões fundamentadas nas documentações disponíveis hoje podem ser radicalmente modificadas com a progressiva liberação do acesso aos novos documentos sobre a guerra de 1948. Ainda, devido à falta de maestria na língua árabe e a dificuldade de acesso à documentação árabe-palestina, apoiamo-nos, então, na literatura especializada a fim de preencher esta lacuna que o pouco conhecimento em árabe impunha.

Ao longo das leituras, nos deparamos com a figura de Izza Al'Izza nos textos de Rashid Khalidi (2007, 2009) e o seu jornal, o *Falastin*. Este jornal se provou substancial para a pesquisa, com ele foi possível, analisar o discurso político árabe-palestino e compreender à organização palestina além das chamadas “lideranças tradicionais” e que são expostas dentro da historiografia do assunto.

Assim, houve empenho para realizar a tradução de alguns artigos, em árabe, e analisar determinadas charges políticas que apareceram no jornal a partir do início dos anos de 1930 e na revolta árabe em 1936, a fim de capturar a essência do discurso político palestino que circulava entre os habitantes árabes do Mandato Britânico e uma de forma ou outra, disputava com os britânicos e outras lideranças árabes, na hegemonia do discurso político na Palestina.

A gênese do interesse acadêmico pela temática se deu, prevalentemente, pelo entusiasmo da esfera pública em debater temas que derivam do problema dos refugiados palestinos, como o próprio conflito entre Israel e Palestina, que vem ganhando visibilidade desde 1970 e 1980. As consequências advindas do êxodo árabe-palestino em 1949 foram responsáveis por, pelo menos, três guerras convencionais entre os países árabes e Israel, em 1956, 1967 e 1982 - a guerra do

---

<sup>8</sup> Shay Hazkani (2019) explora as situação arquivística atual em Israel em uma artigo publicado *online* na *Middle East Research and Information Project*: <<https://merip.org/2019/09/israels-vanishing-files-archival-deception-and-paper-trails/>>.

Suez, dos Seis Dias e do *Yom Kippur*, respectivamente. Inclusive, as atividades terroristas de grupos ligados à causa árabe-palestina durante a Guerra Fria - como, por exemplo, o massacre de Munique e os eventos que culminaram na Operação Entebbe - projetaram internacionalmente o conflito palestino-israelense para além das fronteiras regionais do Oriente Médio (MORRIS, 2004, p.2). Além disso, a falta de trabalhos na área de história em língua portuguesa que tratam da respectiva temática foi um fator importante e que motivou a escrita do presente trabalho, visto que, a pesquisa objetiva ter utilidade pública e acadêmica sobre essa realidade.

Por fim, este trabalho se divide em três capítulos com recorte temporais específicos. No primeiro capítulo, que trata do período de 1922, com a instituição do mandato britânico da Palestina, até 1939, o fim da revolta árabe iniciada em 1936, tivemos o intuito de construir uma narrativa da formação da organização política árabe-palestina dando ênfase às contradições e discordância internas do movimento nacional árabe-palestino. Ainda, buscamos analisar o discurso político árabe-palestino presente no jornal *Filastin* para tentar capturar sua essência para além do “faccionalismo” das lideranças tradicionais.

O segundo capítulo trata de duas comissões distintas, uma de 1946 e outra de 1947, uma elaborada pelo governo britânico em conjunto com o governo dos Estados Unidos e outra elaborada pelas Nações Unidas que buscavam uma resolução para a “questão palestina”. Para tanto, recuperamos os relatórios feitos por estas comissões a fim de analisar a situação socioeconômica e política da Palestina anterior à aprovação da Resolução 181 da ONU, que previu a partilha do território entre judeus e árabes-palestinos.

Por fim, o terceiro capítulo aborda a guerra civil que eclodiu na Palestina após o anúncio do plano de partilha e a guerra entre os estados árabes e o recém independente Estado de Israel, dando destaque a como o problema dos refugiados palestinos se estruturou durante estes dois períodos, analisando documentos militares sobre expulsões e evacuações de vilarejos que aconteceram durante o primeiro período da guerra. Para mais, buscamos tratar de alguns debates historiográficos julgados importantes sobre certos eventos da Guerra, como o caso do massacre da vila árabe de Tantura.

## **2 RESISTÊNCIA E A SOCIEDADE DO MANDATO BRITÂNICO DA PALESTINA (1922-1939)**

A partir da instituição do Mandato Britânico da Palestina em 1922, os britânicos encontraram uma realidade onde dois movimentos nacionais competiam pelo direito à mesma terra. Dessa forma, tendo repertório de suas experiências dominadoras anteriores, o colonialismo britânico buscou articular uma estrutura colonial que garantisse o seu domínio sobre o território da Palestina ao mesmo tempo que lidasse com a situação de dois movimentos nacionais concorrentes, explorando-os em prol de sua dominação da região.

O capítulo seguinte trata do período do mandato britânico da Palestina, seus mecanismos de dominação e as formas de organização políticas criadas pelos árabes palestinos contra o domínio colonial britânico até o período da Revolta Árabe de 1936. Além disso, abordamos o pensamento anticolonial árabe-palestino e sua visão sobre sionismo<sup>9</sup> e a relação com o colonialismo britânico<sup>10</sup>.

### **2.1 POLÍTICA POPULAR ÁRABE-PALESTINA NO MANDATO BRITÂNICO (1922-1939)**

Para compreender-se a organização política árabe-palestina durante o período do Mandato Britânico, é necessário retomar a constituição do respectivo texto do Mandato da Liga das Nações para a Palestina, analisar os seus objetivos e como se comportou frente aos direitos dos nativos árabes-palestinos após a derrota e a conseqüente desintegração do Império Otomano, seguida pela ocupação britânica na região da Palestina. O documento que orientou o mandato na Palestina foi promulgado no dia 24 de julho de 1922 pela então Liga das Nações e possui, no

---

<sup>9</sup> Sionismo aqui é compreendido como o esforço político e administrativo que buscou concretizar o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina. Portanto, não buscamos entrar em discussões das naturezas ideológicas do sionismo - compreendido, pelo autor deste trabalho, como um movimento politicamente plural e que buscava, fundamentalmente, a autodeterminação do povo judeu na Palestina. Não será discutido, neste trabalho, as especificações ideológicas de cada corrente interna do movimento sionista nem sua moralidade.

<sup>10</sup> Neste trabalho, compreendemos como "colonialismo britânico" o controle político, administrativo e militar do Reino Unido sobre o território da Palestina e as diversas ações realizadas a partir da estrutura de poder colonial - da natureza política, administrativa e militar - pelas autoridades britânicas para se alcançar o objetivo do Mandato: a constituição de um lar nacional judaico na Palestina.

total, 28 artigos. Destes 28, 6 deles (2, 4, 6, 7, 11 e 22) se comprometem com o estabelecimento na Palestina do “lar nacional” para o povo judeu.

Com a constituição do Mandato Britânico, o Reino Unido garantiu ao movimento sionista um órgão autônomo, a Agência Judaica, acompanhada por representação diplomática própria, a elaboração de uma estrutura estatal funcional a ser construída em conjunto com a comunidade judaica da Palestina e a facilitação da imigração judaica para a região. Contudo, conforme Matthews (2006), essa aliança tácita entre o movimento sionista e o colonialismo britânico se originou de forma aflitiva e mais por uma relação de interesses do que a partir do sentimento de empatia dos britânicos pelas causas sionistas:

Apesar da associação do movimento sionista inicial com o impulso pré-guerra, o sionismo não era puramente uma emanção do imperialismo. Foi um movimento nacional, em muitos aspectos, como outros da época; desenvolveu em parte em resposta ao nacionalismo iliberal um anti-semitismo na Europa, que eram versões das mesmas atitudes raciais e nacionais subjacentes ao sistema colonial. A desconfiança das autoridades britânicas em relação aos judeus, aliada ao anti-semitismo, sustentou uma tensão considerável entre a administração palestina e o movimento sionista. [...] o assentamento sionista não poderia ter ocorrido sem a proteção dos militares e policiais britânicos. Do ponto de vista dos juro britânicos, a contribuição judaica para a economia da Palestina passou a representar a fonte preponderante de arrecadação tributária para o orçamento obrigatório do governo. Era, portanto, crucial financiar a presença estratégica britânica no flanco direito do canal de Suez com suas bases aéreas, instalações portuárias, terminal de oleodutos e ferrovias (MATTHEWS, 2006, p.28; tradução nossa).

Deste modo, a comunidade judaica, até então composta por 10.1% da população (74.700 pessoas), de acordo com estimativas de Metzger (1998, p.29), tornou-se prioridade do Mandato, em contraposição aos 90% dos árabes-palestinos que citados somente de forma secundária no documento. Acerca da realidade da população árabe da Palestina a qual se deparava, em relação aos princípios da ocupação britânica na região, Khalidi destaca:

Na esteira da ocupação de seu país pela Grã-Bretanha e do colapso do Império Otomano, do qual a Palestina fazia parte há séculos, os palestinos foram confrontados com uma série de realidades impalatáveis. Estas incluíam, mais importante, o fato de que o Mandato da Liga das Nações para a Palestina, constituindo toda a base legal para o regime britânico erigido em seu país, absteve-se explicitamente de mencionar os palestinos como um povo ou sua autodeterminação nacional. Em contraste, a minoria judaica da população era assim reconhecida. Com efeito, poder-se-ia argumentar que a estrutura “constitucional” do regime construído na Palestina com base no Mandato da Liga das Nações foi especialmente concebida pelos arquitetos britânicos para excluir a autodeterminação da maioria árabe, mesmo ao facilitar o mesmo para a minoria judaica (KHALIDI, 2006, p.32; tradução nossa).

Então, a comparação entre a sociedade árabe-palestina e o *Yishuv* (comunidade judaica da Palestina) deve considerar que por um lado, temos a comunidade judaica da Palestina como um grupo privilegiado dentro da estrutura do Mandato e, por outro, os habitantes nativos, os árabes-palestinos, em uma situação onde sequer seus direitos nacionais e políticos são reconhecidos pela potência ocupante<sup>11</sup>. Portanto, “qualquer forma de estruturação de representatividade árabe-palestina dentro do governo do Mandato requer, como pré-condição, a aceitação por parte dos Palestinos nos termos do Mandato” (KHALIDI, 2006, p. 33). Contudo, a aceitação seria contraditória pois, ao aceitarem tais termos, os palestinos estariam reconhecendo a mesma estrutura que não os reconhecia como uma entidade nacional com direitos políticos.

De fato, esta disparidade foi notada por algumas das lideranças palestinas ao longo da década de 1920 e no decorrer dos anos de 1930. Em reunião entre o secretário colonial britânico, Lorde Passfield, e uma delegação árabe-palestina em Londres, no mês de Maio de 1930, sobre a constituição de um parlamento palestino democrático e com representação proporcional de raça e credo, o secretário discorreu:

É claro que este Parlamento, como vocês o chamam [...] deve ter como dever o cumprimento do Mandato [...] O poder mandatário, que é o governo britânico, não poderia criar qualquer conselho, exceto nos termos do Mandato e para o cumprimento do Mandato. Esse é o limite de nosso poder. [...] Vocês se importariam de considerar nossa dificuldade que não podemos criar um Parlamento que não seja responsável e se sente responsável pelo cumprimento do Mandato? (apud KHALIDI, 2006, p. 34; tradução nossa).

Presente nesta delegação estava o *Mufti* de Jerusalém, Hajj Amin al-Husayni, o qual pretendeu explicar a Passfield que era ilógico os palestinos consentirem a constituição de um parlamento responsável pela efetivação do Mandato, dado que se trava da negação de seus próprios direitos políticos e nacionais. Apesar disso, como colocado por Passfield, os britânicos não estavam dispostos a conceder ou aceitar qualquer forma de organização política

---

<sup>11</sup> Como consta no Artigo 2 da Constituição do Mandato Britânico para Palestina: “O Mandatário será responsável por colocar o país sob tais condições políticas, administrativas e econômicas que assegurem o estabelecimento do lar nacional judaico, conforme estabelecido no preâmbulo, e o desenvolvimento de instituições autogovernadas, e também por salvar a vida civil e os direitos religiosos de todos os habitantes da Palestina, independentemente de raça e religião” (grifo nosso).

árabe-palestina que houvesse possibilidade de configurar em um obstáculo para a efetivação do Mandato.

De forma geral, os diálogos para o estabelecimento de uma organização política árabe-palestina eram traçados por lideranças vinculadas às famílias árabes tradicionais da região e o governo britânico. A abordagem pretendia que ocorresse a legitimação nos britânicos para liderança dessas elites dentro do processo de organização política árabe-palestina. Khalidi (2006), compreende que a conduta dessas lideranças se dava pelo vínculo direto com o governo britânico que possuíam, além de se perceberem como herdeiros naturais quando a independência árabe-palestina fosse concretizada.

Ambas as famílias que hegemonizaram a liderança árabe-palestina tradicional, os Al-Husayni e os Nashashibi, possuíam amplo histórico de ocupar importantes posições políticas, religiosas e administrativas dentro do extinto Império Otomano. Um bom exemplo do prestígio destas famílias pode ser observado na atuação dos Al-Husayni no cargo religioso de *Mufti* de Jerusalém<sup>12</sup>, que foi ocupada por cerca de quatro gerações da família (O avô, o pai e o meio-irmão de Hajj Amin Al-Husayni precederam-o no cargo), e na prefeitura de Jerusalém, onde Hussein Bey Al-Husayni e Musa Kazim Al-Husayni ocuparam o cargo de prefeito da cidade de 1909 a 1917 e de 1918 a 1920, respectivamente<sup>13</sup>. Do mesmo modo, os Nashashibi possuíam prestígio social, Rashid al-Nashashibi ocupou importantes posições administrativas durante o período do Império Otomano e seu filho, Raghib Al-Nashashibi ocupou o cargo de prefeito de Jerusalém, de 1920 a 1934, durante o Mandato britânico na Palestina.

Dentro das estratégias coloniais do governo britânico de controle das suas possessões ultramarinas, o Mandato soube explorar e atizar intensamente as rivalidades internas das famílias tradicionais palestinas. De acordo com Khalidi (2006), o estabelecimento de relações entre o governo mandatário e algumas personalidades destas famílias, através de nomeações para cargos tanto já

---

<sup>12</sup> Um *mufti* é um estudioso islâmico que tem autoridade para emitir pareceres jurídicos conhecidos como *fatawa* sobre pontos delicados da lei islâmica. De acordo com Khalidi (2006, p. 56; tradução nossa) "A posição do *mufti hanafi* de Jerusalém sempre foi importante no passado, mas foi limitada tanto em termos de escopo geográfico quanto de autoridade. Por exemplo, o titular dessa posição tradicionalmente não tinha poder sobre os *muftis* que serviam nas principais cidades palestinas, embora certamente tivesse maior prestígio do que qualquer uma delas."

<sup>13</sup> Em relação à trajetória da família Al-Husayni ver Pappé (2017).

existentes quanto criados pelo britânico (como o cargo de Grande *Mufti* de Jerusalém), proporcionaram uma aproximação das lideranças tradicionais palestinas com o governo britânico, o que parte da historiografia denomina de “política dos notáveis”. Isto ocorreu com a nomeação do Amin al-Husayni para o cargo de Grande *Mufti* de Jerusalém, após a criação do Conselho Muçulmano Supremo em 1921 quando al-Husayni foi nomeado pelo então Alto Comissário britânico para Palestina, Herbert Samuel<sup>14</sup>, assim como Raghīb al-Nashashibi para a Prefeitura de Jerusalém em 1920. Segundo Khalidi,

Os britânicos realizaram esse desvio em parte fornecendo às elites muçulmanas palestinas estruturas comunais inteiramente novas reconhecidas pelo estado mandatário, envolvendo um certo grau de autonomia e desfrutando de receitas significativas. Essas instituições muçulmanas foram criadas a partir dos fragmentos do sistema político-religioso otomano anterior, e foram sediadas nos mesmos locais anteriormente utilizados para fins análogos, constituindo assim uma peculiar forma descarada de "tradição inventada". Os muçulmanos podiam considerar essas novas instituições religiosas como "suas", o que em certo sentido eram, mas eram desprovidas de poder ou autoridade fora da esfera puramente religiosa e comunal (KHALIDI, 2006, p.58; tradução nossa).

À vista disso, Matthews (2006) compreende o governo da Palestina como um misto de burocracia de caráter intrusivo e impessoal acompanhado pelo sistema de controle indireto, fundamentado na tradição de dominação colonial britânica em seus domínios ultramarinos. A lógica de dominação indireta era alimentada pelas tradições nativas e estimulação do sectarismo no interior destas sociedades. Para tal, se baseava em personalidades locais que, no caso da Palestina, eram de hierarquias religiosas “tradicionais”, criando-as onde elas não existiam anteriormente. Desta maneira, o Conselho Supremo Muçulmano e Hajj Amin al-Husayni foram uma representação de estratégia de controle colonial britânica na Palestina.

---

<sup>14</sup> Khalidi (2006, p.56-57) destaca que Sir Herbert Samuel escolheu al-Husayni mesmo ele sendo o nome com menos número de votos entre os quatro candidatos para o ocupar o cargo. Além disso, como é também colocado pelo autor, al-Husayni possuía um histórico pouco voltado para os estudos islâmicos: estudou apenas por dois anos na prestigiosa Universidade Al-Azhar do Cairo no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Tirando isso, sua vida tinha feições bastante seculares, tendo servido como oficial do exército otomano durante a guerra, também como funcionário do governo do Rei Faisal durante o breve Reino da Síria em 1920. Amin al-Husayni também se envolveu nos distúrbios de Jerusalém em Abril de 1920, sendo condenado a 10 anos de prisão e banimento da Palestina. Entretanto os britânicos teriam perdoado-o e, nove meses depois, nomeado-o mufti com o objetivo de minar a autoridade de seu primo mais velho, recém eleito presidente do Congresso Árabe Palestino, Musa Kazim Al-Husayni.



A criação destas instituições pseudo-autônomas serviram como um meio para que as autoridades britânicas limitassem as potências das elites palestinas a protagonizarem o desenvolvimento de uma identidade baseada no sentimento nacional. Khalidi (2006) e Matthews (2006) atestam que com a criação destas instituições o caráter religioso e comunal se destacava sobre o cunho nacional, negando o reconhecimento da identidade nacional palestina. Para os britânicos, a aproximação do governo mandatário com estas personalidades da elite era importante por dois pontos. Primeiramente, eram personalidades que tinham acesso a um poder estatal, ou seja, que serviam como intermediários de suas comunidades locais com o governo colonial. Segundo, “essas elites possuíam seguidores políticos, o que incentivava os britânicos a cultivar essas lideranças palestinas como dependentes do Estado” (MATTHEWS, 2006, p. 36). Enquanto isso, a nomeação de membros da elite tradicional palestina significava, para seus membros, a manutenção do prestígio social, uma “legitimação” de sua governança sobre os palestinos e uma plataforma para hegemonizar o discurso político da Palestina. Tudo isso em troca de não se opor abertamente ao Mandato Britânico - e todos os seus objetivos - e às autoridades britânicas.

É importante destacar que grande parte desta elite política árabe-palestina do início do Mandato Britânico provinha dos centros urbanos da Palestina e eram originadas de famílias proprietárias de terras, envolvidas com atividades bancárias, ou comerciais. De acordo com Matthews (2006), parte significativa destas elites encontravam-se nas cidades portuárias de Jaffa e Haifa, os principais pontos de escoamento da produção palestina para o mediterrâneo e para os mercados europeus. Da mesma forma, Jerusalém era residência de muitos membros da elite palestina, que obtiveram influência devido à função administrativa da cidade durante o período de governo Otomano.

Para Khalidi (2006), a identidade que estas elites visavam formar era baseada no seu poder político e liderança. Conseqüentemente, de forma autoritária, resistiam a qualquer tipo de dissidência provinda de formas alternativas de formação de identidade nacional, que advinham de outros setores sociais e que poderiam ameaçar sua hegemonia enquanto protagonistas do processo de formação da identidade árabe-palestina. Mesmo com grande resistência e sabotagem por parte

das elites tradicionais palestinas, outras vozes também atuavam na formação política dessa uma identidade.

Dentro da influência intelectual na formação e conscientização política palestina, o jornal *Filastin*, estabelecido na cidade de Jaffa em 1911 por 'Isa al-'Isa e seu primo Yusuf al-'Isa, foi um dos jornais de língua árabe de maior relevância da região na primeira metade do século XX e se destacou como um dos principais meios de formação de opiniões no período pré-1948 sobre a situação palestina no mundo árabe. Foi o responsável por tecer críticas profundas às lideranças tradicionais do movimento nacional palestino e, principalmente, ao *Mufti* Hajj Amin Al-Husayni. Sendo censurado pelas autoridades otomanas diversas vezes, os britânicos permitiram a reabertura do jornal em 1921. O jornal protagonizou a oposição ao sionismo ao fundamenar a condição no campo e a pobreza dos camponeses - os *fellahim* - com a política de compra de terras levada à cabo pelo movimento sionista.

O seu editor, 'Isa al-'Isa, provinha de uma família cristã ortodoxa e o início na carreira jornalística se deu justamente na crítica da dominância grega dentro da Igreja Ortodoxa Grega na Palestina. Al-'Isa advogou por uma igreja ortodoxa mais "arabizada" e criticou a venda de terras da Igreja na Palestina para o movimento sionista. Inicialmente, defendia a cooperação e a atuação dos monarcas árabes para garantir a independência da Palestina. Por se opor à Hajj Amin Al-Husayni, teve sua casa queimada duas vezes por militantes ligados ao *Mufti* de Jerusalém. Khalidi destaca:

Relacionado a essa profunda preocupação com os perigos inerentes ao progresso da colonização sionista estava o forte senso de al-'Isa da importância de uma identidade palestina independente, que certamente provinha de uma identidade árabe, mas tinha uma especificidade própria. Para al-'Isa e outros de sua geração, seu arabismo estava diretamente relacionado ao sentimento de ser palestino e seu amor pelo país. Isso, por sua vez, estava relacionado a uma aguda consciência social, baseada na crença de que a luta pela Palestina seria decidida no nível do camponês individual e do colono sionista individual. Como resultado, um grande número de artigos do *Filastin* foram dedicados a questões agrícolas e, em particular, ao estado do campesinato (KHALIDI, 2006, p.103; tradução nossa).

Morris (2001) salienta que as razões materiais para a radicalização das massas palestinas camponesas, ampliada progressivamente durante as décadas de 1920 e 1930, veio à partir do aumento das ações de compra de terra por parte do *yishuv* (uma resposta no aumento do fluxo de imigração judaica para a Palestina) e

o decorrente crescimento do número de famílias despossuídas que, por consequência, rumavam para as cidades e tinham sua condição material inferior. Em relação à aquisição de terra, o autor destaca que durante os anos de 1920-1940 cerca de 833.000 dumans (833 km<sup>2</sup>) foram comprados pela comunidade judaica da Palestina. Além disso, o aumento na compra de terras levou à explosão nos preços, que passaram de £P 5,3 para £P 23,3 por duman (estima-se que entre 1910 e 1944 os preços aumentaram em cinquenta vezes).

A maior radicalização da sociedade árabe-palestina frente ao problema cada vez mais urgente ao qual o sionismo estava se tornando para a maioria árabe, conduziu outras instâncias da sociedade palestinas que iniciaram a mobilização não somente no âmbito da representatividade das lideranças tradicionais, bem como na criação de seus próprios marcos de mobilização política.

Além de Al-'Isa, outras diversas organizações comunitárias palestinas reuniram vozes que pregavam o nacionalismo, o sentimento anti-Mandato e se distanciaram do faccionalismo que marcava a política tradicional palestina. Em resposta às diversas tentativas britânicas de anglicizar a sociedade árabe-palestina através de uma educação mais ligada aos valores ocidentais, principalmente as classes altas e médias que se vinculavam ao serviço civil no Mandato, diversos indivíduos vinculados à ideias nacionalistas pan-arabista reagiram fundando diversas escolas privadas muçulmanas, com o objetivo de combater a tentativa de aculturação promovida pelas autoridades mandatárias:

[...] no primeiro ano da administração britânica, o aumento geral do número de escolas foi um dos desenvolvimentos marcantes do período entre os anos letivos de 1914/15 e 1934/5, o número de escolas árabes operadas pelo governo aumentou de 98 para 350, ou quase 360 por cento. Escolas Cristãs Privadas, refletindo principalmente os interesses de longa data de missionários e cônsules estrangeiros, somavam 139 em 1921 e outros 40 foram adicionados em 1935. A maioria dos estudantes na Palestina que prosseguiu seus estudos além do ensino médio foi para a UAB [Universidade Americana de Beirute] e alguns frequentou a faculdade árabe do governo, a faculdade de formação de professores da Palestina. Paralelamente a este aumento na expansão das escolas governamentais árabes e cristãs privadas, houve um aumento ainda mais dramático nas escolas privadas islâmicas e árabes. De 42 escolas em 1921, o número dessas escolas chegou a 190 em 1935, representando um aumento de 452%. Cerca de 58 escolas, ou 28 por cento do total de 1935, foram adicionadas nos anos entre 1931 e 1935. Nesse período, as organizações de jovens nacionalistas tornaram-se uma força distinta na vida política palestina. O crescimento do número de alunos matriculados em escolas islâmicas privadas foi proporcionalmente maior ainda maior do que o crescimento do número dessas escolas, passando de 2.287 alunos para 11.705 (MATTHEWS, 2006, p.49; tradução nossa).

Essas escolas permitiram que famílias de classe média-alta que almejavam preparar os seus herdeiros para carreiras voltadas para a área de direito, comércio ou para o serviço público pudessem mandar seus filhos para instituições onde a cultura árabe e islâmica fossem trabalhadas - em contraposição à outras instituições ligadas ao ocidente, onde eram totalmente ignoradas ou até mesmo difamadas. Na Palestina, uma destas instituições foi a escola Al-Najah, em Nablus, onde diversas lideranças que nacionalista árabes-palestinas saíram. O ensino de história serviu como base para propagação de ideias nacionalistas dentro destas instituições. Conforme Matthews (2006), um dos diretores da escola Al-Najah, Mohammed Izzat Darwazah<sup>15</sup>, escreveu diversos livros didáticos de história onde vinculava a origem dos árabes aos povos semitas da península arábica e ao início das primeiras civilizações no Oriente Próximo. Consequentemente, os jovens que se formavam nestas escolas, aos poucos, se tornaram adeptos das ideias nacionalistas, que viriam a se tornar politicamente ativos durante os anos seguintes.

Assim, certos membros da Associação dos Jovens Muçulmanos (AJM), uma sociedade fraternal juvenil criada em 1926 no Egito e que se expandiu para a Palestina em 1928, no esforço de preservar os valores islâmicos frente ao avanço de organização juvenis cristãs apoiada pelo governo britânico, atuaram ativamente na mobilização e organização das bases palestinas. Ainda que um dos itens do regimento interno da sociedade explicitasse a não participação das associação em questões políticas, alguns de seus membros, como Hamdi Al-Husayni, utilizaram da capilaridade da associação para organização tanto da juventude palestina quanto dos trabalhadores para um esforço anti-imperialista (MATTHEWS, 2006).

Hamdi Al-Husayni foi crucial na tentativa de articular uma resistência palestina contra o Mandato Britânico com outras organizações internacionais. Em 1929, fez parte da organização do Segundo Congresso Mundial da Liga Contra o Imperialismo e a Opressão Colonial sediado na Alemanha. Ainda, na Palestina, mantinha contato com outros líderes ligados ao movimento comunista

---

<sup>15</sup>Mohammed Izzat Darwazah foi um educador palestino de Nablus que no início de sua carreira, trabalhou como burocrata otomano na Palestina e no Líbano. Darwaza era simpatizante do nacionalismo árabe e tornou-se um ativista após a revolta árabe contra o Império Otomano em 1916, juntando-se à sociedade secreta nacionalista *al-Fatat*. Como tal, ele fez campanha pela união da Grande Síria (atual Levante) e se opôs veementemente ao sionismo e aos mandatos estrangeiros em terras árabes. O tipo particular de nacionalismo árabe de Darwaza foi influenciado pelo Islã e suas crenças na unidade árabe e na unidade da cultura árabe.

árabe-palestino, como Najati Sidqi que, por sua vez, organizava atividades anti-Mandato articulando trabalhadores em Haifa e outras lideranças, como o Sheik 'Izz al-Din al-Qassam. Desde de 1929, antes mesmo da ida de Al-Husayni ao Congresso da Liga Contra o Imperialismo, ele foi eleito para a mesa de diretores da AJM no distrito de Manshiyah, em Jaffa. Manshiyah era um distrito tipicamente de trabalhadores, o maior e mais pobre da cidade de Jaffa. Segundo Matthews (2006), a AJM do distrito foi um lugar onde os interesses da classe se colidiram de forma bastante singular, onde, de um lado, havia membros e líderes ligados ao movimento de base e, pelo outro, os serviços civis do mandato britânico. Logo após o segundo Congresso da AJM, ainda em 1929, quando Al-Husayni sugeriu abolir o item do regimento interno da associação que declarava sua isenção política:

A AJM da Grande Jaffa, localizada em uma parte diferente da cidade, emitiu uma declaração de que havia absorvido a filial de Manshiyah e alterado vários artigos da carta desta última. A declaração explicava enigmaticamente que o ramo de Manshiyah estava principalmente preocupado com a organização de sindicatos de trabalhadores, mas que essas atividades eram irreconciliáveis com os princípios da AJM. Mais incisivamente, passou a dizer que “era impossível para um jovem educado e *especialmente um funcionário público* pertencer a esta sociedade por causa dessa diferença de princípios e metas” (MATTHEWS, 2006, p.61; tradução nossa; grifo do autor).

Conforme o autor, o programa reformista focado no trabalhismo proposto por Al-Husayni e outros partidários dentro da sede da AJM de Manshiyah não interessava às estruturas internas da YMMA, a qual mesmo vinculada a determinada preservação cultural, foi marcada por um viés classista. Portanto, esvaziava-se a tentativa destes jovens nacionalistas de ocuparem organizações já existentes e utilizarem-as como meios de mobilização de massa.

Assim, surgiram novos marcos que possibilitaram a expansão da causa nacional para outros setores da sociedade palestina. Este processo de expansão do debate público foi acompanhado pela participação de partidários da causa pan-árabe - principalmente, provindos de uma juventude nacionalista - e um pequeno, mas crescente grupo político de mulheres - dentro de jornais e rádios, com o objetivo de orientar a opinião pública para o viés nacionalista e pressionar as lideranças palestinas à se posicionarem contra a política britânica (MATTHEWS, 2006, p.99-100). Os protestos de cunho pan-árabe que ocorreram em 1931, em Nablus, ainda que pouco expressivos em relação ao número de participantes, chamou atenção das lideranças tradicionais, sobretudo, da facção liderada por Hajj

Amin, a qual, a partir deste momento, adotou uma gramática cada vez mais de cunho nacionalista, apoiando os congressos das juventudes (MATTHEW, 2002). Matthew (2006) compreende tal aproximação como um meio para controlar as ambições nacionalistas dessa juventude, visto que havia um suporte imaginário associado ao *Mufti*.

Durante o ano de 1932, com a acentuação das crises internas de representatividade dentro do movimento nacional palestino, diversos partidos políticos passaram a emergir dentro do contexto político palestino, vinculados às representações tradicionais ou não. Entre eles, o Partido de Defesa Nacional (fundado no final de 1934), o Partido da Reforma (estabelecido entre maio e junho de 1935), vinculados à liderança da família Nashashibi, o Partido Árabe Palestino (fundado em março de 1935), que por sua vez era vinculada à liderança do *Mufti* de Jerusalém, o partido *Istiqlal* (Partido da Independência), criado em 1932, que representava uma ruptura do ambiente partidário vinculado no polo Nashashibi-Husseyni. De acordo com Matthews à formação do partido *Istiqlal* se dá a partir do rompimento com Hajj Amin:

Os *Istiqlalistas* romperam com Hajj Amin para lançar um movimento de independência e unidade árabe, e para formar um partido político como o ramo palestino do movimento. Isso se tornou necessário porque o mufti escolheu explorar as oportunidades de um sistema sectário de controle colonial para confirmar seu status de decano reconhecido e porta-voz da comunidade muçulmana da Palestina. O confronto com o imperialismo deveria assumir a forma de um programa coordenado para a Independência e Unidade Árabe. [...] A unidade dos árabes deveria ser um indicador de sua independência, pois foram as potências coloniais que lhes impuseram a divisão das fronteiras. Enquanto os organizadores do congresso pan-árabe declararam que o objetivo do congresso era rejeitar o imperialismo, Hajj Amin e os organizadores do Congresso Islâmico de Jerusalém anunciaram publicamente que não se envolveriam na política e, em particular, o mufti assegurou aos britânicos que invectiva anti-imperialismo não seria tolerada (MATTHEWS, 2006, p.131-132; tradução nossa).

As tentativas de controlar, silenciar e sabotar o partido *Istiqlal* e aqueles que a ele estavam vinculados ao longo dos anos, feitas tanto pela administração mandatária quanto pelas lideranças da elite tradicional palestina demonstram o quanto o partido possuía potencial para organizar e propagar uma ideologia nacionalista e anti-britânica dentro do sociedade palestina para além dos polos Nashashibi-Husseyni.

Em 1936 eclode a greve geral na Palestina, no ano seguinte, a mesma se transforma em revolta armada contra o governo britânico. Nesse período, houve um

crescente aumento de imigrantes judeus, onde demandas levadas a cabo pelos revoltosos foram feitas em termos nacionais e não comunais.

Matthew (2006) argumenta que mesmo não podendo afirmar que a propagação de ideais nacionalista do partido tenha causado a revolta dos palestinos contra o mandato britânico, em 1936 o nacionalismo do *Istiqlal* se tornou mais comum do que exceção entre as classes educadas e os palestinos que desejavam se juntar ao ativismo anti-britânico. Além do mais, o papel dos jornais dentro da ampliação dos debates públicos e na propagação de uma ideologia de resistência ao sionismo não pode ser subestimado, mesmo entre as comunidades palestinas rurais - como complementa Khalidi (1997), o caso de Isa al'Isa e o Jornal *Filastin* que tratou das questão de terras no campo com o avanço do sionismo.

Segundo Khalidi (2006) e Matthew (2006), a Revolta de 1936 fragilizou a sociedade palestina e seu movimento nacional de base. Ainda que a partir da derrota dos revoltosos em 1939 pelas forças britânicas e a subsequente outorga do Livro Branco de 1939, que limitou a imigração judaica para a Palestina, cerca de 5.000 árabes-palestinos morreram e 10.000 ficaram feridos em decorrência dos conflitos. Khalidi (2001) estima que os árabes-palestinos tiveram cerca de 10% da sua população masculina adulta morta pelos britânicos. Além das consequências sociais e econômicas, parte das lideranças políticas árabe-palestinas, no final do conflito estavam em condição de exílio, em cárcere ou mortas. Aliás, a comunidade judaica da Palestina (o *Yishuv*) que, até então, havia cooperado com os britânicos, passaram a encarar as autoridades do Mandato com maior suspeita após o Livro Branco de 1939. Shapira (1999) enfatiza que nesse momento *Yishuv* começará a ter uma postura mais confrontativa, tanto em termos políticos quanto militares, em relação ao governo da Palestina.

### **2.1.1 Colonialismo, sionismo e o discurso político árabe-palestino durante o governo do mandato britânico da palestina mandato britânico da palestina**

A discussão acerca da relação entre sionismo e colonialismo dentro do campo historiográfico é bastante controversa. Com a revisão historiográfica proposta à partir dos anos de 1980 pela onda dos “novos-historiadores israelenses”, além de novas narrativas sobre a guerra de 1948 emergirem, houve também uma



revisão crítica da relação entre o sionismo e a prática colonialista britânica dentro do contexto da consolidação do movimento sionista desde o estabelecimento do Mandato nos anos que sequestram a 1922. É indissociável, dentro de uma parcela da historiografia emergente pós 1980, - destaque aqui autores como Ilan Pappé (2016), Nur Masalha (2021) e Rashid Khalidi (2006) - a relação entre a consolidação do movimento sionista, a prática colonialista britânica, o estabelecimento do Estado de Israel e a emergência do problema dos refugiados palestinos, onde é construída a narrativa de vinculação do movimento sionista à prática colonialista dentro da Palestina.

Derek J. Penslar (2001), criticando as perspectivas<sup>16</sup> - sob seu ponto de vista, determinam o debate, simplificando-o -, oferece outro modelo explicativo para o fenômeno histórico que foi o sionismo. A partir de um estudo comparativo entre os discursos e práticas colonialistas e anti-colonialistas na modernidade, Penslar compreende que embora o movimento sionista tenha emulado práticas baseadas no aparato burocrático e institucionalmente vinculados ao colonialismo europeu, até mesmo cultivado o discurso *orientalista*, referenciando as palavras de Said (2007), eles não foram totalmente análogos ao colonialismo europeu praticado em outras regiões do globo. Ainda, o autor compreende a relação entre o judeu sionista e o árabe palestino, nos princípios do sionismo na Palestina, emulava o *topos* orientalista. Entretanto, não numa relação “fetichista”, mas de admiração. Ao mesmo tempo que o árabe era visto como o “outro”, ele possuía vínculo ao hebreu “original” que, com o passar do tempo, se desvinculou de suas origens judaicas. Portanto, uma relação contraditória que visava aproximação e provocava isolamento. Nesse sentido, para Penslar, o processo prévio de construção da identidade judaico-sionista compartilhou os caminhos com muitos outros movimentos nacionais anti-coloniais que concretizaram seus objetivos no estabelecimento de estados pós-coloniais, principalmente na Ásia. Penslar, faz a comparação entre os movimentos de renovação cultural indianos e judaicos, identificadas por ele como base para o que viria a ser os seus respectivos nacionalismos:

Um componente essencial do nacionalismo indiano e judaico primitivo foi um historiografia defensiva e secular que postulava a existência contínua de um povo unido (o que Benedict Anderson chama de serialidade limitada),

---

<sup>16</sup> Para outra crítica à perspectiva que aborda o sionismo como uma forma de colonialismo, ver Bareli (2001).



cuja queda da antiga glória foi o resultado do acaso e da ação humana, não da vontade divina. A historiografia hindu tradicional, como a consciência histórica do judaísmo bíblico e rabínico, interpretavam o curso dos acontecimentos humanos como resultado da providência divina, que recompensava e punia os líderes da fé e as pessoas de acordo com sua observância do caminho divino, seja dharma ou Halakhah. Embora o pensamento histórico judaico tenha começado a se secularizar no século XVI, na esteira da expulsão dos judeus da Espanha, os estudiosos hindus estavam explicando as conquistas muçulmanas e britânicas da Índia dentro desse quadro histórico-sagrado até meados do século XIX. Mas na década de 1870 a historiografia hindu adotou normas conceituais ocidentais modernas, com o resultado sendo um corpo de escrita em muitos aspectos paralelo às grandes obras da escrita histórica judaica da época. [...] A história passou da periferia para o centro da consciência; o projeto nacionalista foi apresentado tanto como um ato de restauração quanto de transformação revolucionária (PENSLAR, 2001, p. 90-91; tradução nossa).

A noção de projeção futura quimera na construção de um Estado nacional pós-colonial, representaria a ruptura e oposição à ordem colonial estabelecida. Isto é, a intersecção capaz de ser traçada entre grande parte dos movimentos anticoloniais e o discurso político sionista. Dessa forma, enquanto a questão do sufrágio feminino foi discutida durante quase dois séculos dentro das potências ocidentais, no momento do estabelecimento dos estados nacionais pós-coloniais o direito de voto fora garantido para a totalidade da população. Essa questão era vista, de acordo com o autor, como forma de legitimação do discurso do movimento que se colocava oposta à ordem colonial, a fim de derrubar o colonizador e a sua ordem não representativa. Isto ocorreu, tanto na Índia quanto no movimento sionista a partir do seu Segundo Congresso, em 1892 (PENSLAR, 2001).

Além disso, o projeto de desenvolvimento econômico e de formação nacional propagandeada pelo movimento sionista demonstra a complexa relação do sionismo compreendido pelas lentes do colonialismo, anticolonialismo e pós-colonialismo. Conforme Penslar (2001), o projeto de desenvolvimento econômico a partir das lógicas anteriores ao Estado de Israel e, após sua criação, não foram centralizadas somente por uma política de Estado mas por múltiplos atores que usufruíram de estruturas construídas ao longo da história judaica para atingir os objetivos de desenvolvimento econômico e de rearranjo social. Além de ser financiada institucionalmente pela Agência Judaica e seus órgãos vinculados, o esforço sionista foi financiado pela rede diaspórica de solidariedade judaica e, por parte da elite judaica.

Entretanto, analisarmos as motivações e raízes dos projetos de colonização judaica financiadas não somente na Palestina, mas ao redor do mundo com outras instituições que serviam à esse propósito - principalmente a Associação de Colonização Judaica<sup>17</sup> - suas motivações encontram-se dentro do campo ideológico de transformação da condição socioeconômica judaica para uma orientação de “recriação”. A noção de “trabalho hebreu”, a formação de um “campesinato” judaico, era visto como um projeto ideológico de ruptura com o “judeu diaspórico” para a criação de um outro judeu, agora “renovado”. Essa noção ideológica se expressa nitidamente a partir da concepção de “pirâmide invertida”, teorizada por Ber Borochov, um dos ideólogos da ala socialista do movimento sionista. Para Borochov (1951), por meio de uma análise materialista da história judaica, a condição social judaica, se comparada com a condição normal do continente europeu, era invertida. Enquanto existia uma concentração de judeus em ofícios que lidavam com a circulação de dinheiro, principalmente o comércio, existiam poucos concentrados nos estágios iniciais de produção da riqueza. Assim, o projeto sionista na Palestina era necessário para reverter essa configuração social judaica, incentivando a colonização agrícola e o trabalho na terra para reverter a pirâmide judaica.

Dessa forma, conclui:

O sionismo foi um produto da era do imperialismo; Seus adeptos compartilhavam uma série de sensibilidades comuns com os defensores europeus da expansão colonial no Oriente Médio. No entanto, o movimento não era, por si só, uma forma de prática colonial. Devido a uma miríade de fatores históricos e ideológicos, o sionismo buscou realizar-se no Oriente Médio, em uma área escolhida não por seu valor estratégico, recursos naturais ou capacidades produtivas, mas unicamente por causa dos laços históricos, religiosos e culturais dos judeus com a área conhecida por eles como a Terra de Israel. Como a missão civilizatória do sionismo era dirigida quase inteiramente para dentro, para os próprios judeus, o sionismo carecia das qualidades evangélicas do colonialismo europeu na América do Norte, Ásia e África, onde a conversão dos pagãos ao cristianismo serviu como justificativa, consequência e, às vezes, causa parcial. da expansão colonial (PENSLAR, 2001, p.96; tradução nossa).

---

<sup>17</sup> A Associação de Colonização Judaica foi uma sociedade criada em 1891, por iniciativa e financiamento de Moritz Hirsch, um importante financista austriaco de origem judaica, que tinha como objetivo, de acordo com o seu estatuto, "Apoiar e promover a emigração de judeus de qualquer parte da Europa ou da Ásia, e principalmente de países em que possam estar, no momento, sujeitos a quaisquer impostos especiais ou deficiências políticas ou de outra natureza, para quaisquer outras partes do mundo, e para formar e estabelecer colônias em várias partes da América do Norte e do Sul e outros países para fins agrícolas, comerciais e outros". Estabeleceu colônias judaicas na Argentina e também na região do norte do Rio Grande do Sul (Como a colônia de Quatro Irmãos e Phillipson).

Embora o sionismo não seja por si só colonialista, é importante observar a percepção das lideranças dos movimentos populares árabes-palestinos de resistência ao Mandato britânico, tratadas como conluio entre a administração britânica e o movimento sionista. Essa questão se torna nítida ao analisarmos os discursos da imprensa árabe-palestina e, em especial, o jornal *Filastin* sobre o movimento sionista e a administração britânica.

No dia 21 de abril de 1936, quando os líderes dos partidos árabes se reuniram e votaram para a declaração de uma greve geral, que iniciaria no dia seguinte e que culminaria na Revolta Árabe, o jornal publicou um artigo denominado “Os árabes na encruzilhada compensam os erros do passado”, articulando uma crítica à política inglesa e responsabilizando a administração britânica pela situação precária dos árabes na Palestina:

Todos esses netos, cujas almas estão explodindo e aparecem neles, vêm vidas perdidas, sangue derramado, casas queimadas e desgraças derramadas sobre a Palestina, mas é o crime da política inglesa que suas vis ambições materialistas mostraram. Para um lugar onde nem a virtude nem a moral, nem a consciência humana, temem a Deus ou olham para as pessoas, e o que espera os britânicos de sua má experiência na Palestina depois de vinte anos cheios de tragédias suficientes para impedir que o mais cruel mangusto prossiga nela, mas eles não vêem que eles ficam desfrutando do dinheiro, e aumentam sua astúcia aumentando o que volta em seus tesouros desse dinheiro com o qual compram almas e vendem outras, e enganam pelo seu nome no mundo e o fazem, além de Deus, a divindade de seu império? O dinheiro dos judeus, que os ingleses consumiram e com o qual compraram sua consciência, foi o que os levou a anunciar a Declaração Balfour, e eles começaram a enganar as nações até que fizeram outros países concordarem com o que prometeram aos judeus em troca de o que comiam deles. [...] E você descobre que o aumento da arbitrariedade da política inglesa aumenta de acordo com a abundância do que vai para seus tesouros de dinheiro, e desde o último período da história da Palestina foi descrito pelos ingleses como um período de prosperidade, abundância e abundância de dinheiro, é também o período mais severo do que se conhece. [...] A nação, sozinha, apresenta um pedido de organização e trabalho e de renúncia àqueles que a lideraram por muitos anos e exploraram seu sangue e interesses para seus próprios desprezíveis benefícios pessoais e familiares. A nação árabe na Palestina não tem liderança, mas sua liderança, então vamos assumir. Ela é dona dos assuntos de seu caso, vigiá-la e trabalhar para ela (grifo e tradução nossa).

É interessante notar que a causa da tragédia da Palestina, aqui, não cai exclusivamente sobre o judeu, mas principalmente sobre os britânicos. É a ganância do império e suas ambições “materialistas” que guiam a arbitrária política levada a cabo pela administração britânica. Em síntese, a crítica tecida pelo jornal é de cunho anti-colonial, associando o sionismo - nesse caso, representado na figura do judeu - com o colonialismo, contudo não resumindo à situação dos árabes-palestinos ao

sionismo. Ao contrário, sob esta perspectiva, o sionismo se associa ao império britânico graças à ganância imperialista britânica.

Simultaneamente, há críticas diretas às lideranças vinculadas à administração mandatária. Pois, afirma que a nação não possuía lideranças e que “estes” que lideraram a Palestina por tanto tempo se corromperam por benefícios familiares e individuais. Isto é, demonstrando que a crítica tecida leva em conta a estrutura que sustentou a política colonial britânica na Palestina - a partir da utilização das elites tradicionais como representantes da população colonizada, mesmo que não fossem reconhecidas dessa forma pelas massas. Este artigo é, portanto, uma crítica direta à prática colonialista.

Durante a Revolta árabe de 1936-1939, além do conteúdo político nos artigos do jornal, diversas charges políticas surgiram regularmente dentro do periódico. Sufian (2008), propondo a análise das imagens corporais em charges políticas dos periódicos *Davar* e *Falastin*, ilustrou as respostas militantes para os eventos da Revolta Árabe através destes elementos extratextuais, ressaltando a importância das charges dentro do contexto:

Como observou o estudioso de gráficos políticos Robert Phillippe, "a arte gráfica pode ser uma arma política... torna-se mais intensa no tom e mais simples no conteúdo em momentos de crise". As imagens corporais em charges políticas durante a Revolta Árabe funcionaram, assim, como munição para a luta nacional, permitindo a representação austera de opiniões divergentes. As representações corporais nos cartuns retratam estereótipos de rivais e revelam suposições e relações entre as partes conflitantes. Combinadas, essas mensagens oferecem uma crítica afiada das negociações, táticas políticas e desenvolvimentos econômicos durante a revolta (SUFIAN, 2008, p.25; tradução nossa).

Assim, além de ser uma fonte para pensar a conjuntura da época, pode auxiliar o estudo do discurso político nacional árabe-palestino dentro do *Falastin*. Como nota Sufian em seu artigo, as charges políticas tanto do *Falastin* quanto do *Davar* compartilham características em comum ao empregarem os mesmo códigos fisionômicos e frenológicos para expressar diferenças e desvios. Dessa forma, essas charges eram repletas de representações estereotipadas e preconceituosas em relação àqueles que eram retratados nas artes. A necessidade de mudar a estratégia retórica - da predominância de artigos escritos para uma maior aparição de charges políticas - não se deu por acaso:

Em 1933, a nova Lei de Imprensa concedeu ao alto comissário o direito de fechar jornais considerados perigosos para a ordem pública. Durante a revolta, medidas de censura estritas incluíram a prisão de certos jornalistas,

a proibição da publicação de certos tipos de informação, o fechamento de jornais hebraicos ou árabes por artigos "perigosos" e a prevenção de qualquer menção à imigração ilegal de judeus (SUFIAN, 2008, p. 27; tradução nossa).

Neste contexto, o uso das charges foi uma forma criativa dos periódicos de driblar a censura britânica e permanecerem reproduzindo seu discurso político de forma mais discreta. Os estilos artísticos com suas representações corporais, permitem uma análise do discurso que vai além daquele escrito e adentram o domínio dos estudos semióticos e dos significados.

No dia 18 de junho de 1936, o jornal *Falastin* publicou uma edição de seu periódico diário com a charge "O Crocodilo Sionista para os Árabes Palestinos". A arte se encontra em um contexto socioeconômico vulnerável dentro da sociedade palestina durante os anos de 1930 no Mandato Britânico:

Uma questão socioeconômica premente durante a revolta foi o deslocamento de agricultores árabes por meio de compras de terras sionistas e a política sionista de "trabalho hebreu". No início da década de 1930, a dívida dos fellah e a inadimplência do crédito atingiram níveis críticos. Medidas legislativas como a Portaria de Proteção aos Cultivadores de 1933-1934 (que tentava proteger o arrendatário agrícola do deslocamento) e o loteamento em 1936 de uma área mínima de subsistência acabaram fracassando porque o *fellahim* não tinha prova escrita do pagamento do dízimo ou porque o lei não foi totalmente implementada. Episódios de problemas ambientais, quebra de safra e competição de importações agrícolas baratas agravaram o deslocamento de *fellah*. Os camponeses expressaram sua frustração juntando-se a sindicatos e organizações políticas, engajados em protestos civis e disputas de cultivo, e outras formas de resistência contra britânicos, sionistas e classes altas árabes-palestinas, que foram acusadas de ajudar o projeto sionista vendendo terras para judeus. Arrendatários agrícolas deslocados ou pequenos proprietários que vendiam suas terras se mudaram para as cidades e encontraram trabalho em projetos de desenvolvimento urbano ou pequeno comércio. Outros buscaram renda adicional como trabalhadores migrantes em vilarejos ou cidades vizinhas enquanto tentavam manter seu sustento agrícola (SUFIAN, 2008, p.30; tradução nossa).

Logo, a problemática do conteúdo da charge se concentra no avanço do projeto sionista às custas dos camponeses árabes. Da mesma forma, este conteúdo vai de encontro com a proposta do jornal, idealizada por Al'Izza, de abordar as questões agrícolas visando uma maior mobilização política dos camponeses árabes.

**Figura 1** - "O crocodilo sionista para os árabes da Palestina"



Fonte: *Falastin*, 18 de junho de 1936.

Representado na charge, na parte direita da imagem, um homem branco e alto, fumando um cachimbo e vestido com um uniforme de policial, simbolizando o “britânico”. Na parte inferior, centralizado na charge, um crocodilo com feições que demonstram agressividade, de boca aberta e salivando, representando o movimento sionista. E por fim, no canto esquerdo, e em menor escala, se comparado ao crocodilo e ao policial, encontram-se dois personagens vestidos com roupas tradicionais árabes e aparentemente assustados, representando, os *fellahim*.

Do mesmo modo, o ambiente chama atenção. Trata-se de um ambiente rural, representado por um pomar com árvores frutíferas - não é possível identificar qual é a espécie da árvore - e uma plantação. Os veículos que cercam o britânico também são significativos: um tanque, um avião e um navio de guerra.

Analisando como a figura que representa os britânicos está posta, percebemos uma característica de observador e passividade frente ao evento que está acontecendo: o crocodilo “sionista” prestes a devorar os *fellahim*. É possível deduzir, portanto, que o chargista estaria questionando a falta de interesse da administração britânica em solucionar efetivamente a crise agrária e de terras que assolava os camponeses árabes. Demonstrando, por sua vez, uma cumplicidade britânica no que está acontecendo. Isto pode ser deduzido através das representações faciais do britânico - um sorriso malicioso -, os equipamentos de

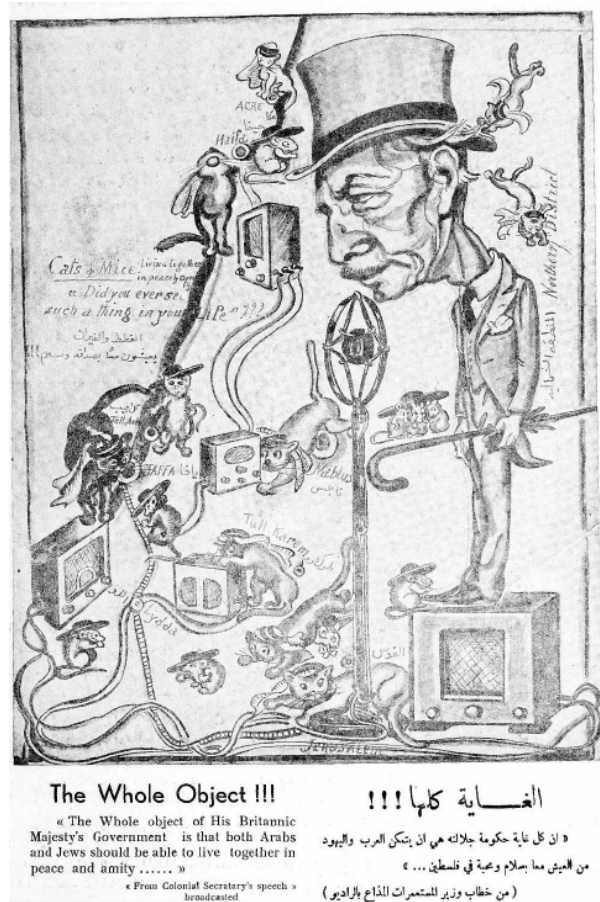


guerra em torno dos britânico, e o bastão preso em sua cintura - representando a repressão britânica na Palestina.

Outra charge bastante significativa, publicada na edição do dia 27 de junho de 1936, denominada de “O objetivo final” - em tradução livre -, mostra o alto comissário britânico para Palestina, Arthur Grenfell Wauchope, sobre um rádio e à frente de um microfone. Na descrição há um pequeno texto, nomeando a charge e com a seguinte inscrição "o objetivo final do governo britânico de vossa majestade é que tanto judeus e árabes possam conviver de forma conjunta em paz e amizade".

No ambiente, percebe-se o mapa da Palestina com algumas de suas principais cidades e diversos fios que partem de Jerusalém, abaixo do microfone do alto comissário, e que cruzam o território inteiro, terminando em outras cidades e rádios. Ainda, nota-se diversos gatos e ratos espalhados pelo país e uma inscrição no canto esquerdo, onde se pode ler o seguinte: “Gatos e Ratos: vivendo juntos em paz e amizade. “Você alguma vez viu algo assim na sua vida?”. “Da transmissão do discurso do secretário colonial”.

**Figura 2** - “O objetivo final”



Fonte: *Falastin*, 27 de junho de 1936.

Pelo posicionamento geográfico dos animais na representação cartográfica da Palestina - onde os gatos estão posicionados próximo às cidades predominantes árabes, como Jaffa, Nablus, Acre, Lydda e Tull Karem, é possível deduzir que os gatos representam os árabes-palestinos enquanto os ratos, os judeus. Além disso, o uso de uma *Keffiyeh* na cabeça dos gatos colabora para essa identificação.

Outros elementos importantes podem ser observados, como a presença de um gato ao redor do microfone, em Jerusalém, e a presença de três ratos em conjunto em cima da bengala do alto comissário. Em relação ao primeiro elemento, compreende-se a presença felina em Jerusalém como a representação do discurso nacional palestino da soberania árabe sobre a *Al-Quds*, definindo uma narrativa de identidade palestina vinculada a cidade. Sobre o segundo elemento, percebe-se, outra vez, a representação do judeu aparecendo vinculado à figura britânica, reforçando esta percepção de conluio judaico-britânico na Palestina.

Nessa direção, já na edição do dia 2 de novembro de 1932, o mesmo jornal publicou uma charge de celebração dos 15 anos da declaração de Balfour.



Denominada de “Balfour e sua sinistra promessa de calamidades na Palestina”, a charge representa, ao meio, o Lorde Balfour (1) centralizado em um mapa da Palestina, segurando um pedaço de papel de onde saem diversas setas direcionadas para a outros elementos do cenário: imigrantes judeus chegando na Palestina (2), uma niveladora de asfalto (3), uma família árabe em deslocamento (4), um colono judeus cultivando a terra com um arado (5), um prédio do lado da Mar Morto (6), uma estação de produção de energia às margens do rio Jordão (7), uma fábrica judaica (8). Além disso, é possível identificar quatro homens árabes discutindo no canto inferior direito da imagem (9) e um homem com vestimenta militar e rodeado de veículos militares na porção esquerda (10).

**Figura 3 - “Balfour e sua sinistra promessa de calamidade para Palestina”**



Fonte: Falastin, 2 de novembro de 1932.

De acordo com uma descrição do próprio jornal, na parte superior à representação da charge:

1) Aparece nesta imagem “a caricatura, o falecido Lorde Balfour segurando na mão sua direita a promessa que decidiu fazer da Palestina um lar nacional para os judeus depois de colocá-la em situações econômicas e políticas que facilitaram a implementação dessa promessa, que o país geme com a gravidade de sua injustiça e quase elimina seu povo e vai todas as suas terras para os judeus. Palestina é hoje um estado triste que sangra corações, e exige vigilância e alerta. (2) Há a costa da Palestina. Nela, um navio trouxe novos imigrantes para a Palestina dos judeus, evidência de que a imigração judaica não parou, e os portões do país ainda estão abertos para o judeu errante, fechado para os imigrantes árabes palestinos que querem retornar ao seu país, para estes não é permitido! (3) A extensão do terno simboliza as novas estradas que são abertas e cultuadas entre as colônias judaicas para conectá-las umas às outras e depois entre elas e as principais cidades, enquanto as estradas que levam às aldeias e cidades árabes são estradas arruinadas e esburacadas! O importante que deve ser reconhecido é que as obras públicas no país também foram apreendidas pelos judeus através da Declaração Balfour. (4) Uma família árabe expulsada pelos judeus da terra que eles cultivavam e viviam depois que ele vendeu esta terra para os judeus, e esta família vagou em seu rosto no deserto E no deserto Kmaham por muitos benefícios árabes! (5) Uma imagem simbólica de um fazendeiro judeu trabalhando na terra depois que ele a recebeu da Associação Karen Kayemet e expulsou os árabes dela! (6) O Mar Morto, e um prédio foi erguido ao lado dele para a empresa judia Tolo Kh e Novomeyky, que foi dada uma concessão para extrair os sais, minerais e tesouros dele!<sup>18</sup> (7) A central elétrica no rio Jordão, através da qual as cidades da Palestina são iluminadas, cuja concessão foi feita pela Jewish Rottemberg Company!<sup>19</sup> (8) Uma fábrica judaica simbolizando o aumento das fábricas judaicas no país e sua tentativa de inundar os mercados do Iraque, Egito, Síria, Líbano, Palestina, Jordânia Oriental, etc. com seus produtos. O que indica a ambição dos judeus de apoderarem-se das instalações comerciais dos países árabes, se ainda não tivessem apreendido a maioria (9). Uma imagem simbólica dos árabes. Eles começaram a brigar e brigar sobre a perda de suas terras e a apropriação do colonizador sionista de todas as facilidades de vida em seu país (10). O representante do governo de Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha e do Imperador observa a situação desta nação e encontra-se satisfeito com a implementação da Declaração Balfour. Em torno dele, os meios de guerra e destruição, incluindo canhões, tanques, aviões e navios de guerra. A política injusta exigia a construção de uma base e um porto em Haifa às custas do povo da Palestina. Não sabemos quem ajudou a implementar essa promessa sinistra, mais importante os ingleses ou os árabes do país? Este é o triste estado que o país atingiu (tradução nossa).

Novamente, nota-se o vínculo da empreitada sionista ao colonialismo inglês. Dentro desta gramática, é possível identificar uma crítica de cunho socioeconômico ferrenha. Nela, é enunciada a exploração econômica das riquezas da Palestina - seu potencial energético e mineral - feita por empresas judaicas através de concessões da administração britânica, a piorar a situação social e econômica dos árabes da

<sup>18</sup> Sobre exploração mineral do mar morto, ver Norris (2011).

<sup>19</sup> Referência à Palestine Electric Corporation, fundada por Pinha Rutemberg, que teve monopólio sobre a exploração do potencial energético do rio Jordão.

Palestina. Dentro desta perspectiva, percebe-se como a estruturação do país não estava sendo feita para o desenvolvimento da Palestina, mas somente para uma parcela dessa população - os judeus - à custa da maioria - os árabes-palestinos -, exatamente como previa a aliança firmada entre o colonialismo britânico e o movimento sionista, simbolizada pela declaração de Balfour. Nesta narrativa, todos estes fatores contribuíram para a situação socioeconômica deteriorada dos árabes na Palestina, evidenciada, dentro da imagem, pela família árabe andarilha.

Em síntese, o que se pode concluir com esta análise do discurso político árabe-palestino no jornal *Falastin* é que a crítica a narrativa que circulava dentro da sociedade e do meio jornalístico árabe, pois possuía um alto cunho anti-colonial. Se agregada as considerações levantadas sobre a relação entre sionismo e colonialismo, percebemos que mesmo o movimento sionista não sendo colonialista em essência - mesmo que tenha emulado práticas institucionais do colonialismo europeu durante sua consolidação na Palestina, principalmente após o estabelecimento do Mandato Britânico em 1922 - a percepção política árabe-palestina não desvinculava o sionismo da administração britânica. Isto se dava por diversas questões factuais, como a afirmação do compromisso britânico com a causa sionista através da declaração de Balfour em 1917 e na própria constituição do mandato britânico, em 1922, que evidenciava, dentro da perspectiva política árabe-palestina, esse “complô judaico-britânico”.

Dessa forma, o anti-colonialismo árabe-palestino compreendia o colonialismo britânico aliado ao sionismo como um meio para avançar a agenda imperialista e colonial no Oriente Médio, sabotando a possibilidade da soberania nacional árabe na Palestina e outros países árabes do Oriente Médio. O sentimento de isolamento frente ao recuo da solidariedade de outros líderes árabes à causa palestina durante os anos de 1930 - começando com o Rei Faysal que abriu mão de uma agenda pan-árabe para garantir a sua própria nomeação ao trono iraquiano pelos britânicos e, depois, com os acordos firmados entre a agência judaica e o governo do Rei Abdullah I da Transjordânia supervisionado pelos britânicos - colaborou para a percepção da agência britânica na sabotagem de uma frente pan-árabe de resistência ao colonialismo. Frente esta que parte expressiva do movimento nacional árabe-palestino ligado às bases tinha simpatia.

### **3 AS COMISSÕES ESPECIAIS PARA A PALESTINA E A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA DOS REFUGIADOS PALESTINOS (1946-1947)**

Após a derrota da revolta árabe de 1936, os meios de organização política árabe-palestinos se encontram colapsados. Assim, a sociedade árabe chega na década de 1940 bastante fragilizada. Concomitantemente, com os horrores feitos pelos nazistas na Europa contra os judeus durante a década de 1930 até meados dos anos de 1940, a libertação dos campos de extermínio e concentração criaram um novo problema para a Europa: a questão dos judeus deslocados. A criação de um Estado Judeu tornou-se, assim, uma pauta urgente para a comunidade internacional que se via “responsável” pelo destino dos milhões de judeus sobreviventes dos crimes nazistas.

Este capítulo visa explorar os relatórios feitos por agentes internacionais sobre a situação da Palestina neste contexto imediato do pós-guerra. Buscaremos, assim, mapear a situação social, política e econômica que a Palestina enfrentava após o final da Segunda Guerra Mundial. Além disso, buscaremos analisar a reconfiguração política e social ocorrida na Revolta Árabe de 1936 após a derrota dos árabes-palestinos e a promulgação do Livro Branco de 1939.

#### **3.1 O COMITÊ ANGLO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO E AS CONDIÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DA PALESTINA EM 1946**

Meses após o final da Segunda Guerra Mundial, no dia 13 de novembro de 1945, o Secretário de Estado para as Relações Exteriores do Reino Unido, Ernest Bevin, fez um discurso frente ao Parlamento Britânico onde anunciou a criação do comitê anglo-americano de investigação “[...] para examinar a questão judaica na Europa e fazer uma nova revisão do problema da Palestina à luz desse exame.”<sup>20</sup>. O discurso do secretário Bevin e a pressão para a criação de tal comitê veio após a publicação do Relatório Harrison sobre o estado dos judeus libertos dos campos de extermínio na Europa que expôs as condições insalubres nos interiores dos campos

---

<sup>20</sup> O discurso completo do secretário Bevin pode ser encontrado no seguinte link: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1945/nov/13/palestine-anglo-american-committee-of>, acesso em 23/05/2022.

de refugiados na Alemanha e na Áustria. Além de relatar a situação nos campos, o relatório também ressalta o desejo de grande parte dos refugiados judeus de emigrar da Alemanha e da Áustria para a Palestina. Nas palavras do relator Earl Harrison:

(3) Com relação a possíveis locais de reassentamento para aqueles que por ventura são apátridas ou que não desejam retornar às suas casas, a Palestina é definitivamente a primeira escolha. Muitos têm parentes lá, enquanto outros, tendo experimentado intolerância e perseguição em sua terra natal por anos, sentem que somente na Palestina serão acolhidos e encontrarão paz e sossego e terão oportunidade de viver. No caso dos judeus poloneses e bálticos, o desejo de ir à Palestina baseia-se na grande maioria dos casos no amor ao país e na devoção ao ideal sionista. Também é verdade, porém, que há muitos que desejam ir para a Palestina porque percebem que sua oportunidade de ser admitido nos Estados Unidos ou em outros países do hemisfério ocidental é limitada, se não impossível. Qualquer que seja o motivo que os leva a se voltar para a Palestina, é indubitavelmente verdade que a grande maioria dos judeus agora na Alemanha não deseja retornar aos países de onde vieram. (tradução nossa)

Após o relatório ser entregue, o Presidente Harry Truman manda uma carta no dia 31 de agosto de 1945 para o primeiro-ministro britânico Clement Attlee onde recomenda a “[...] rápida evacuação do maior número de judeus não-repatriáveis, que assim desejarem, para a Palestina. Para ser eficaz, tal ação não deve demorar muito”<sup>21</sup>. Dessa maneira, segue-se a criação do comitê que será delegado à investigação da “[...] situação social, política e econômica da Palestina e como elas se relacionam com o problema de imigração e colonização judaica, e o bem-estar dos povos que lá habitam”. Concomitantemente, tornou-se responsável por analisar a situação dos judeus nos países onde foram vítimas da perseguição pelos regimes nazistas e fascistas, demandado a propor medidas práticas para que uma condição de vida livre de discriminação e opressão fossem alcançadas nesses países e estimar a quantidade de judeus que desejavam - ou se encontravam impelidos pela sua condição - de imigrar para a Palestina ou para outros países fora da Europa.

No dia 20 de abril de 1946 o comitê apresentou seu relatório para os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido<sup>22</sup>. No relatório, há uma gama de informações em relação à condição específica que a sociedade palestina se encontrava em meados da década de 1940, onde, dados demográficos, políticos,

<sup>21</sup>A carta na íntegra encontra-se disponível no seguinte link: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/president-truman-letter-to-attlee-concerning-resettlement-of-jewish-refugees-in-palestine-november-1945> (acessado em 23/05/2022)

<sup>22</sup> O relatório pode ser encontrado integralmente no seguinte link: <https://www.bibliotheque-numerique-aiu.org/viewer/16089/?offset=#page=2&viewer=picture&o=book&n=0&q=>

sociais, econômicos e geográficos da Palestina são alguns que se destacam. Além disso, o relatório captura minuciosamente a situação de tensão entre a administração britânica, os judeus e os árabes-palestinos durante a década de 1940.

Em relação aos dados demográficos, o relatório indica que a população da Palestina passou de 750.000 no censo realizado em 1922 para 1.765.000 no final de 1944. A porção judaica passou de 84.000 (13%) em 1922 para 554.000 (31%) em 1944. Estimou-se que cerca de três quartos desta expansão se deu principalmente pela imigração de judeus para a região da Palestina. Em contrapartida, a população árabe-palestina muçulmana, por mais que tenha decrescido em proporção, passou de 589.000 para 1.061.000 no mesmo período. Do aumento de 472.000, apenas 19.000 foram através de imigração. Os árabes-palestinos cristãos foram estimados em cerca de 136.000 pessoas. A média de crescimento natural da população ficou maior entre árabes-palestinos muçulmanos, seguido pela população árabe-cristã e, por fim, pelos judeus. Além destes dados populacionais, o relatório traz a densidade oficial da Palestina estimava-se em 179 pessoas por milha quadrada em 1946<sup>23</sup>.

Sobre a situação econômica da região, o relatório chama atenção para o desenvolvimento de duas economias paralelas: uma árabe-palestina e outra judaica. Do lado da economia judaica, a existência dos assentamentos agrícolas judaicos (os *kibbutzim* e os *moshavim*) é destacada em paralelo aos avanços industriais que estavam progressivamente avançando nos anos anteriores à visita do comitê à Palestina. Ainda que a experiência judaica na Palestina dispusesse de paralelos com os princípios de uma sociedade “socialista”, nas áreas de indústria urbana e comércio, prevaleciam as empresas privadas que exerciam suas atividades de forma cooperativa no campo das finanças, assessoria técnica e outros assuntos relevantes para os respectivos ofícios.

A centralização da economia judaica também é destacada, com grande atuação da Agência Judaica na promoção e financiamento dos assentamentos agrícolas e na participação em alguns empreendimentos industriais. A existência de um sindicalismo forte, bem desenvolvido e inserido dentro da sociedade judaica, institucionalizado no *Histadrut*<sup>24</sup>, chamou a atenção dos relatores por comporem não

---

<sup>23</sup> Excluindo o sub-distrito de BeerSheva, cuja densidade era de 336 pessoas por milha quadrada.

<sup>24</sup> O *Histadrut* foi fundado em dezembro de 1920 em Haifa para lidar com os interesses dos trabalhadores judeus. Até 1920, *Ahdut HaAvoda* e *Hapoel Hatzair*, duas outras organizações políticas ligadas ao sionismo socialista, não conseguiram estabelecer uma organização unificada de



somente uma federação de sindicatos, mas uma organização dentro do campo dos serviços sociais, como o seguro-desemprego, bem como atingindo uma dimensão de uma cooperativa de consumidores sendo detentora de diversas empresas de serviços, assim como outras de natureza industrial e financeira.

Em contraposição, a economia árabe fora destacada como de natureza rural e baseada na pequena propriedade campesina voltada, em grande parte, para a subsistência. Contudo, é destacado o desenvolvimento e expansão de uma indústria árabe, assim como formas de sindicalismo e cooperativismo. O trabalhador árabe, por sua vez, tinha a variedade serviços sociais bastante limitada se comparada a dos judeus.

Pontos de contato entre ambas as economias se davam de forma esporádica. Na citricultura, que antes da Segunda Guerra Mundial era o principal produto de exportação da Palestina, certos pomares judeus contratavam mão de obra árabe informal. Durante a Guerra, o relatório destaca a necessidade de assistência governamental por conta das dificuldades do período que inclinaram-se a unir tanto árabe quanto judeus em medidas de proteção cooperativas.

Os salários eram outro ponto de disparidade entre ambas as economias. No lado judaico os salários tendiam a ser maiores, com o trabalhador não-qualificado recebendo mais do que o dobro pelo seu trabalho do que dentro da economia árabe. A competição entre a mão de obra árabe e judaica era bastante limitada e, portanto, a pressão por equalização laboral entre ambos os setores da sociedade era mínima.

Nos anos de guerra na Europa, a vida na região da Palestina reuniu mudanças significativas. A política de aumento de impostos, junto ao racionamento de certos materiais e cortes em alguns subsídios do governo britânico em determinados setores levou à deterioração do padrão de vida das bases da região. De acordo com o relatório, tal deterioração se observou mais na porção judaica do que na árabe. Além disso, a guerra condicionou os setores urbanos e industriais fazendo com que tomassem maior lugar dentro da economia judaica.

---

trabalhadores. Em 1920, imigrantes da Terceira Aliyah fundaram *Gdud HaAvoda* e exigiram uma organização unificada para todos os trabalhadores judeus, o que levou ao estabelecimento da *Histadrut*. No final de 1921 David Ben-Gurion foi eleito secretário. O número de membros cresceu de 4.400 em 1920 e para 8.394 membros em 1922. Em 1927, o Histadrut tinha cerca de 22.000 membros, representando 68% da força de trabalho judaica na Palestina Obrigatória. Em 1939, seus membros eram cerca de 100.000, ou cerca de 75% da força de trabalho judaica.

Em contrapartida, a economia árabe-palestina utilizou de sua capacidade industrial. Entretanto, permaneceu agrícola e rural durante o período. O bloqueio naval feito pelas forças do Eixo no Mediterrâneo durante a Guerra afetou profundamente a exportação da citricultura na Palestina, bem como limitou as suas atividades de importação.

A região se transformou consideravelmente em quesitos militares. A partir do aumento da zona de conflito entre as potências da Europa para a região do Norte da África, a Palestina se converteu tanto em uma base militar para as forças britânicas quanto em um arsenal de armas para o esforço militar no Egito e no Magrebe. O suprimento de alimento e outros materiais necessários para o esforço de guerra começaram a ser produzidos localmente. Isto gerou uma expansão do complexo industrial da Palestina, contando com maior atuação das empresas já existentes nos esforços de guerra e a criação de novas, com o auxílio da administração britânica. Entre outras produções, encontravam-se partes mecânicas e amplo uso de processamentos químicos.

A atuação da indústria judaica e da mão-de-obra especializada dos imigrantes judeus que fugiram da Europa ao longo dos anos de 1930 e durante a guerra mostrou-se fundamental para o desenvolvimento industrial durante o período da guerra e para o abastecimento dos países vizinhos, principalmente de bens civis manufaturados. Como ressalta o relatório:

“14. Assim, a Palestina tornou-se uma importante fonte de fornecimento de bens manufaturados não apenas para fins militares em toda a área, mas também para as necessidades civis dos países vizinhos. A habilidade e inevitabilidade dos imigrantes judeus dos anos pré-guerra provou ser um recurso inestimável, e o esforço dirigido foi apoiado pela Agência Judaica e outros órgãos estabelecidos de assentamento judaico. Não obstante a necessidade de suprimento máximo de alimentos, a economia judaica tornou-se ainda mais concentrada na atividade industrial, e o “povoamento da terra” foi forçado a ficar ainda mais em segundo plano como o princípio dominante da expansão”. (tradução nossa)

Os impactos econômicos da política financeira do Reino Unido para com os seus domínios no ultramar durante o período da Guerra também aparecem dentro do relatório do comitê. Com o aumento dos gastos militares na Palestina, somado a navegação marítima cargueira no atlântico, provocaram escassez no abastecimento e na mão de obra:

“[...] Isso resultou no aumento dos preços, dos salários e ganhos ainda mais rápidos, gerando grandes lucros e um rápido crescimento da riqueza em dinheiro (incluindo depósitos bancários e moeda acumulada), visto tanto



entre judeus quanto árabes. A tributação foi aumentada; mas a tributação e a poupança voluntária foram apenas uma pequena parte do caminho para drenar o fluxo de rendas não dispensáveis. O racionamento, na medida em que foi aplicado, não conseguiu verificar com suficiente prontidão os efeitos da compra competitiva. Subsídios para ajudar no custo de vida só conseguiram manter alguns poucos itens essenciais dentro do alcance dos recursos das pessoas mais pobres. Através da atribuição de matérias-primas e do custeio dos processos industriais, o Governo freou a subida dos preços de uma vasta gama de armazéns militares e bens civis essenciais. Mas, em geral, a tendência inflacionária foi contida apenas até um ponto que tornou a experiência da Palestina menos alarmante do que a dos países vizinhos”. (tradução nossa)

No panorama pós-guerra, a economia da Palestina ainda se encontrava profundamente dividida entre o setor judaico e árabe. A produção industrial continuou ocupando um papel importante, dada a contínua escassez de produtos importados, proporcionando uma “[...] proteção natural à indústria ao deslocar o fluxo de seus produtos para o mercado civil.”. No contexto das disputas políticas entre judeus e árabes, a economia e os produtos judaicos eram boicotados pelos árabes, mas surtiu pouco efeito em relação à economia de modo geral. Além disso, a taxa de desemprego parecia ínfima<sup>25</sup> e os ganhos do trabalho fabril haviam provavelmente diminuído. Mesmo assim, o custo de vida e os salários permaneciam altos.

Cabe também destacar o mercado da construção civil. Desde a Revolta Árabe de 1936<sup>26</sup> e ao longo da Segunda Guerra Mundial, a construção civil tinha praticamente paralizado e dado lugar ao trabalho em obras militares. No início de 1946, a construção civil estava aos poucos voltando às suas atividades. A timidez com que este mercado estava avançando dentro do contexto pós-guerra, se devia basicamente pelo alto custo dos empreendimentos na área. Como é relatado:

[...] Há, entretanto, uma hesitação natural em empreender em amplos programas de construção enquanto os custos permanecerem tão altos. Além do valor da terra, que aumentou desordenadamente nos últimos anos, os materiais de construção são extremamente caros, enquanto a madeira, quase toda importada, é escassa. Como resultado da escassez de artesãos qualificados, alguns operários da construção estão ganhando até 8 libras palestinas por dia e, nos últimos tempos, conseguiram benefícios adicionais,

---

<sup>25</sup> Em relação ao desemprego, os relatores salientam que a baixa taxa era aparente. Entretanto, se falava de um desemprego “oculto”.

<sup>26</sup> A revolta árabe de 1936 foi uma revolta popular árabe-palestina no Mandato Britânico da Palestina contra a administração britânica, exigindo a independência árabe, o fim da política de imigração judaica e de compra de terras. A revolta coincidiu com um pico no influxo de imigrantes judeus, cerca de 60.000 em 1936 – a população judaica cresceu sob os auspícios britânicos de 57.000 para 320.000 em 1935– e com a crescente situação de camponeses palestinos ficando sem terra, que à medida que se mudavam para os centros metropolitanos para escapar de pobreza, encontravam-se socialmente marginalizados.

como três semanas de férias pagas e um plano de pensão. Os custos de construção, portanto, são cerca de 20 libras esterlinas por metro cúbico - muito mais altos do que na Grã-Bretanha". (tradução nossa)<sup>27</sup>

Os altos custos de vida na Palestina também fizeram-se notar pelos membros do comitê. Foi constatado que o aumento salarial durante a guerra não conseguiu acompanhar a escalada nos preços dos produtos de consumo básico. No momento da visita, "[...] o número do índice do custo de vida ainda estava acima de 250, em comparação ao número pré-guerra de 100<sup>28</sup>; que o suprimento limitado de manteiga, às vezes de qualidade inferior, estava sendo vendido por um preço equivalente a 1 ½ libras". Em uma das fábricas visitadas pelo comitê, "[...] os trabalhadores que já recebiam 12 libras por semana estavam trabalhando 60 horas em vez das 48 padrão para fazer face às despesas".

A profunda divisão no campo econômica da Palestina refletia as tensões sociais entre árabes-palestinos e judeus que já marcavam o quadro comunitário da região desde o início da década de 1930. Conflitos entre judeus, árabes-palestinos e britânicos se encontravam em um ponto cada vez mais crítico durante o final da Segunda Guerra Mundial. O relatório do comitê anglo-americano de investigação notou essa situação de forma significativa. No momento da visita do comitê, em março de 1946, o Mandato Britânico da Palestina havia se tornado um "Estado Policial". Tanto judeus quanto árabes olhavam com profunda desconfiança para as autoridades britânicas.

Alguns dados trazidos pelo comitê elucidam o ponto de tensão em que a Palestina se encontrava no final da Segunda Guerra Mundial. De acordo com o relatório, no início de 1945 cerca de 450 judeus eram suspeitos de envolvimento com atividades terroristas. No final do mesmo ano, o número passou para 554. Além disso, a quantidade de pessoas encarceradas pelas forças policiais britânicas no mesmo ano era cerca de 15.000. Do lado orçamentário, a realidade de tensão social também se manifestava. A configuração orçamentária da palestina no ano financeiro de 1944-1945 foi de £P 4.600.000 na área de ordem pública, £P 550.000 em saúde e £P700.000 em educação. Como constata o relatório, "[...] mesmo de um ponto de vista orçamentário, a Palestina estava se tornando um Estado semi-militar ou policial".

---

<sup>27</sup> 1 libra palestina (£P) era o equivalente à 1 libra esterlina (£).

<sup>28</sup> Por mais que o relatório não defina, provavelmente, o valor de referência aqui é a libra esterlina.

As lideranças políticas árabes na Palestina estavam circunscritas a apenas algumas famílias - principalmente, os Husseini e o Nashashibi. O relatório chama atenção para a família Husseini, que, no momento, controlava o principal partido árabe na Palestina, o Partido Árabe da Palestina, organizado formalmente em 1935 e que tinha como objetivo a cessão de toda a imigração judaica para a Palestina, assim como a proibição da venda de terra para judeus e o estabelecimento de um Estado Palestino independente com maioria árabe. Tais demandas pareciam ser universais dentro do campo político árabe. Segundo o relatório, mesmo os recém formados partidos de esquerda, “[...] baseados no embrionário movimento sindical, demonstram um nacionalismo tão intransigente quanto dos líderes tradicionais”.

Os partidos judaicos, ainda que possuem discordâncias internas e alguns, inclusive, questionassem a ideia de um “Estado Judeu”, eram fundamentalmente unidos contra as restrições de imigração e venda de terras impostas pelas autoridades britânicas. O corpo político-administrativo da comunidade reconhecido pela administração do mandato como representante da comunidade judaica da Palestina era a Agência Judaica. Como previsto pela constituição do Mandato Britânico da Palestina, no artigo de número 4:

“Uma agência judaica apropriada deve ser reconhecida como órgão público com o propósito de aconselhar e cooperar com a Administração da Palestina em assuntos econômicos, sociais e outros que possam afetar o estabelecimento do lar nacional judaico e os interesses da população judaica em Palestina, e, sempre sujeita ao controle da Administração, auxiliar e participar do desenvolvimento do país. A organização sionista, desde que sua organização e constituição sejam apropriadas na opinião do Mandatário, será reconhecida como tal agência. Tomará medidas em consulta com o Governo de Sua Majestade Britânica para assegurar a cooperação de todos os judeus que estiverem dispostos a ajudar no estabelecimento do lar nacional judaico”. (tradução nossa)<sup>29</sup>

O poder da Agência Judaica aumentou progressivamente durante os anos do Mandato chegando em 1944 com tal prestígio e reputação dentro da comunidade judaica da Palestina que não mais se submetia à cooperar integralmente com o Mandato Britânico. Como ressalta o relatório, a influência da Agência judaica chegou a tal ponto que:

“[...] fez com que o governo agora a considerasse uma influência distintamente perigosa. Visto do ponto de vista do governo palestino,

---

<sup>29</sup> A legislação que vigorou durante o Mandato Britânico da Palestina pode ser acessado no seguinte link:

[https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/truthmustbetold/pages/93/attachments/original/1448574108/Mandate\\_of\\_Palestine\\_.pdf?1448574108](https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/truthmustbetold/pages/93/attachments/original/1448574108/Mandate_of_Palestine_.pdf?1448574108)

aparece como uma força de desunião, em parte por razões fora do controle da Agência, em parte por causa de suas próprias atividades. Tem participado de atividades calculadas para levar ao distanciamento entre o *Yishuv*, por um lado, e o Governo Palestino e o Mandatário, por outro, e à consolidação da resistência ativa do *Yishuv* à autoridade do Governo. Essas atividades minaram a autoridade da Administração”. (tradução nossa)

A consolidação da Agência Judaica foi tão profunda que se desenvolveu como um governo paralelo à administração britânica, não somente no campo político-administrativo, mas do ponto de vista armado. Ainda que não houvesse vínculos oficiais entre a Agência Judaica e as forças paramilitares da comunidade judaica da Palestina (*Haganá*), acreditava-se que a Agência tivesse uma influência não oficial no dito “exército judaico”, composto por cerca de 60.000 pessoas.

A tendência de isolamento da comunidade judaica para com o governo do Mandato e a organização de um governo paralelo judaico com suas próprias instâncias de democracia interna se dava por alguns fatores, como destacado pelos membros do comitê. Em primeiro lugar, a estrutura da administração do Mandato britânico e sua relação com a comunidade judaica desde 1939 com a publicação do “Livro Branco”. Em segundo lugar, a administração era liderada por oficiais do Serviço Colonial Britânico e tinha suas decisões políticas mais relevantes advindas de Londres, sendo que nenhum judeu ou árabe-palestino ocupava altos postos na administração britânica, sendo delegados a estes somente cargos comunitários menores. Acrescido a este fator, estimava-se que cerca de um terço dos judeus que haviam chegado na Palestina nos dez anos anteriores à visita tinham obtido cidadania palestina.

A atmosfera de conflito e atrito entre as comunidades se fazia presente nas configurações da sociedade judaica da Palestina no momento. A “[...] crescente força das gangues terroristas [...]”, com amplo apoio nas bases da sociedade, demonstravam que o “[...] fanatismo e a propaganda nacionalista [...]” estavam começando à prejudicar o sistema educacional judaico. Além disso, o “serviço nacional” aparece como um ponto de preocupação dentro do relatório, que ressalta o uso parcial do tempo de serviço - um ano, de acordo com o relatório - para o treinamento militar. Isto é, de um nacionalismo fanático e a tendência de militarização da sociedade judaica levaram os relatores à demonstrarem desconforto com relação à integridade democrática das instâncias políticas instituídas pelos

judeus palestinos<sup>30</sup>. Relatam que mesmo alguns judeus entrevistados pelo comitê estavam “[...] profundamente preocupados com esses sintomas”. Na avaliação do comitê, essa tendência estava ganhando força ao ponto que a política levada à cabo pela administração britânica<sup>31</sup>, era encarada pela maioria dos judeus palestinos como uma violação dos seus próprios direitos naturais.

### **3.1.1 “A Palestina é um campo armado”: o mandato britânico e a escalada do conflito.**

Com estas palavras, o comitê abre a seção de “Segurança Pública” do seu relatório:

A Palestina é um campo armado. Vimos sinais disso quase assim que cruzamos a fronteira e nos tornamos cada vez mais conscientes da atmosfera tensa a cada dia. Muitos edifícios têm arame farpado e outras defesas. Nós mesmos éramos vigiados de perto por policiais armados e muitas vezes escoltados por carros blindados. É óbvio que forças militares muito consideráveis e um grande número de policiais são mantidos na Palestina. A polícia está armada; eles são visíveis em todos os lugares; e em todo o país existem quartéis policiais substancialmente construídos. (tradução nossa)

Evidentemente, pela descrição dos membros do comitê, o cenário na Palestina se assemelhava a um “campo de batalha”. Como consta no “Apêndice V” do dito relatório, nos anos anteriores à visita dos membros do comitê à Palestina, a frequência de atividades de cunho ilegal feito pela comunidade judaica da Palestina estava cada vez mais intensa. Desde 1939, os judeus, que até então tinham sido marginalmente considerados um problema de segurança pública para a administração britânica, tornaram-se mais agressivos frente à administração do Mandato britânico e em relação aos árabes-palestinos. Do mesmo modo, os árabes-palestinos estavam em processo de reorganização, fato que chamou atenção tanto dos membros do comitê quanto das autoridades do Mandato:

---

<sup>30</sup> Acreditamos que se pode problematizar em até que ponto essas tendências de fanatismo e nacionalismo extremo estavam se expressando dentro da comunidade judaica da Palestina. É importante ressaltar o lugar do observador nesta análise: o comitê era composto por americanos e britânicos que haviam recentemente visto seus países lutarem contra o fascismo e o nazismo no continente europeu. A experiência recente muito provavelmente alterou a percepção destes observadores em relação à sociedade judaica da Palestina tanto no quesito de aumentar a proporção de certas características compartilhadas com os movimentos fascistas na Europa - como a militarização e a propaganda nacionalista - quanto em notar os princípios do que no futuro poderia se tornar o problema do nacionalista extremo.

<sup>31</sup> Principalmente referente à limitação da imigração judaica para a Palestina e a restrição na compra de terras na região.

Desde 1939 não houve um recrudescimento de distúrbios árabes. As autoridades militares afirmaram ao Comitê que nos últimos anos os árabes estão quietos. Armados até certo ponto, mas não organizados, eles constituem, no entanto, uma ameaça potencial à segurança interna. Desenvolvimento políticos recentes entre outros desdobramentos enfatizam esse perigo. **Em novembro de 1945, um novo Comitê Superior Árabe foi formado, anunciando que seu propósito era “assegurar a responsabilidade pelos assuntos políticos e nacionais em nome da população árabe da Palestina”.** Em um campo mais amplo, a Liga Árabe surgiu em março de 1945. **Os árabes palestinos agora confiam na Liga para representar seus interesses politicamente, e pode-se supor que, em caso de conflito, eles procurariam os Estados Árabes vizinhos para assistência armada.** Em 24 de março de 1945, um grande grupo de judeus caminhando na área a oeste do Mar Morto foi atacado por árabes armados, um judeu sendo morto e três feridos. Durante agosto e setembro de 1945, **houve um renascimento de clubes e sociedades árabes, que desempenharam um papel proeminente em 1936-1938 na promoção da rebelião árabe** (tradução nossa; grifo nosso).

De acordo com relatores, por mais que a derrota da Revolta Árabe de 1936 tenha enfraquecido a sociedade palestina, já no final da Segunda Guerra Mundial tanto novas quanto formas já estabelecidas de organização estavam ressurgindo. E não mais isolado politicamente na Palestina, mas em paralelo com a formação de um Liga supranacional de países árabes.

Em contrapartida, os judeus desde 1939 assumiram o papel de resistência armada e violenta contra a administração do Mandato Britânico. Mesmo antes do decreto do “Livro Branco”, em fevereiro de 1939, quando “[...] circulavam rumores de que o governo britânico pretendia conceder independência para um Estado Palestino de maioria árabe, houve atentados com bombas em todo o país, nos quais 38 árabes foram mortos e 44 feridos”. No dia 17 de maio do mesmo ano, quando o “Livro Branco” foi emitido, “[...] linhas de transmissão foram cortadas, a sede do Departamento de Migração foi incendiada e os escritórios do governo em Tel-Aviv foram saqueados”. No dia 18, lojas foram saqueadas em Jerusalém, policiais foram apedrejados e um foi morto. Além disso:

“Nas semanas seguintes, iniciou-se uma campanha de ataques de judeus contra árabes e o governo, e com uma pequena pausa durante a segunda quinzena de julho, isso continuou até a eclosão da guerra. Bombas-relógio, assassinatos isolados, sabotagem de serviços telefônicos [...] foram as principais características da campanha. Com a eclosão da guerra, no entanto, os judeus concordaram unanimemente em deixar de lado suas diferenças com a política britânica. As ações terroristas judaicas cessaram completamente por um tempo e uma estação de transmissão ilegal que operava há alguns meses foi fechada”. (tradução nossa)

Os anos de guerra foram relativamente de menor tensão, com episódios esporádicos de violência e atentados. Em fevereiro de 1940, após a publicação do

Regulamento de Transferência de Terra<sup>32</sup>, uma greve geral de judeus foi convocada por uma semana e seguida por manifestações desordenadas. Em dezembro, o escritório de imigração do governo britânico em Haifa foi sabotado por bombas em retaliação ao afundamento do *SS Patria*<sup>33</sup> e a tentativa do governo britânico de deportar 1.800 imigrantes judeus ilegais, refugiados da Alemanha Nazista, para as Ilhas Maurício. Em 1942, o *Lehi*<sup>34</sup> realizou uma série de roubos e assassinatos na área de Tel-Aviv. Em março de 1943, “[...] houve um aumento notável no número e magnitude dos roubos de armas e explosivos de estabelecimentos militares [...]” e em seguida foi descoberto um “[...] grande esquema de roubos com ramificações em todo o Oriente Médio [...]”. A atitude judaica contra as ações do governo e das autoridades militares para o tráfico foi “[...] provocada pelo julgamento em um tribunal militar de dois judeus que fizeram parte do tráfico”, precedido pelo julgamento de militares desertores britânicos condenados à quinze anos de prisão por serem cúmplices dos roubos. De acordo com o relatório:

“Ao proferir a sentença, o presidente do tribunal afirmou que o julgamento havia demonstrado "que existe na Palestina uma conspiração perigosa e generalizada para obter armas e munições das Forças de Sua Majestade" e que a organização por trás das atividades dos dois acusados "aparentava possuir fundos consideráveis à sua disposição e possuir amplo conhecimento de assuntos militares, incluindo organização militar".  
(tradução nossa)

---

<sup>32</sup> O Regulamento de Transferência de Terra foi promulgado pelo Alto Comissário Britânico para a Palestina, Harold MacMichael, em 28 de novembro de 1940. Veio no sentido de complementar as políticas contidas no Livro Branco. O regulamento definia duas zonas de terra dentro da Palestina, a Zona A e a Zona B, que consistiam em cerca de 63% e 32% do território da Palestina, respectivamente. Na Zona A, a venda de terras para não-árabes seria praticamente proibida, e na Zona B permitida apenas com a prévia autorização do Alto Comissariado. Isso deixou apenas cerca de 5% da terra acessível para compra irrestrita de judeus. Os focos dessas porções eram a costa do mediterrâneo e Jerusalém.

<sup>33</sup> O afundamento do navio francês *SS Patria* foi uma operação de sabotagem conduzida pela *Haganá*. O navio iria transportar os 1.800 imigrantes judeus ilegais para as Ilhas Maurício pois estes não possuíam documentação para permanecer na Palestina. Para inutilizar o navio, uma bomba foi plantada. Entretanto, a bomba acabou tendo efeitos maiores do que o calculado pela *Haganá*, fazendo com que o navio afundasse em cerca de 16 minutos e causasse a morte de 267 pessoas e ferisse 172.

<sup>34</sup> Acrônimo para *Lohamei Herut Israel* - em português, Lutadores para a Liberdade de Israel. O *Lehi* foi um grupo paramilitar fundado em 1940 por Avraham Stern após um dissidência interna do *Irgun* (*Halgun HaTzvai HaLeumi BeEretz Israel* - Organização Militar Nacional da Terra de Israel) e que teve forte presença no cenário clandestino em Israel. Foi responsável por diversos ataques terroristas durante o Mandato Britânico assim como o assassinato de diversas autoridades do governo colonial do Reino Unido na Palestina. Ambas as organizações eram vistas com certa desconfiança pelas lideranças da Agência Judaica por conta de discordâncias políticas e ideológicas entre militantes destes grupos e os executivos que compunham a liderança da Agência.



O julgamento, feito publicamente, afastou ainda mais a comunidade judaica da Palestina da administração do Mandato e causou estranhamento entre as autoridades britânicas e órgãos oficiais judaicos por serem mencionados ao longo do julgamento. O comitê colocou que as “[...] alegações foram feitas na imprensa judaica de que o julgamento era uma armação anti-semita destinada a desacreditar as autoridades judaicas e o esforço de guerra judaico”.

O ano de 1944 foi marcado por um aumento das atividades terroristas, principalmente realizadas pelo *Irgun* (IZL) e pelo *Lehi* (LHI). Neste ano, uma série de atentados ocorreram principalmente contra a administração britânica, no dia 3 de fevereiro, dois judeus foram surpreendidos no portão da Catedral de São Jorge, onde o Alto Comissário costumava geralmente passar para ir às missas de Domingo, tentando instalar uma máquina infernal. No dia 12 do mesmo mês, ocorreram explosões nos escritórios do Departamento de Migração em Jerusalém, Tel Aviv e Haifa, deixando danos materiais nos prédios que abrigavam os escritórios. Dois dias mais tarde, no dia 14 de fevereiro, um policial britânico e um guarda foram mortos a tiro em uma rua de Haifa; dia 24 de fevereiro bombas explodiram na Delegacia central da Polícia de Haifa, deixando diversos policiais mortos; dia 26, diversos escritórios de coleta de imposto de renda foram explodidos em Jerusalém, Tel Aviv e Haifa. Durante o mês de março, ocorreram diversos assassinatos de policiais, sendo que no dia 23 oito policiais foram mortos em troca de tiros, explosões de bombas e danos sérios foram causados à infraestrutura da polícia nas quatro principais cidades da Palestina. Após todos estes ataques, o relatório afirma, que “[...] um toque de recolher foi decretado e a pena de morte foi reintroduzida para o porte de armas e qualquer outro tipo de crime. [...]”. Mesmo assim, os atentados não pararam: no dia 17 de maio uma rádio foi atacada em Ramalá; em julho, a delegacia distrital de Jerusalém, assim como os escritórios de registro fundiário, foram atacados com explosivos e fogo. No dia 8 de agosto, terroristas judeus tentaram assassinar o Alto Comissário e a sua esposa enquanto estes estavam indo de carro para Haifa em uma agenda de despedida da Palestina<sup>35</sup>. Dia 22 de Agosto, três prédios policiais em Jaffa e Tel Aviv foram atacados e policiais foram mortos. No mês

---

<sup>35</sup> Neste caso em específico, uma multa de £P 500,00 foi aplicada ao assentamento de *Givat Shaul* por não colaborarem com as investigações policiais sobre o atentado. Sinal de que a comunidade judaica da Palestina estava cada vez menos disposta a colaborar com as autoridades britânicas.



de setembro mais ataques contra policiais foram realizados e um roubo foi registrado no Departamento de Indústria Leve, onde produtos têxteis no valor de £P 100.000,00 foram levados. No dia 6 de novembro, membros do LHI assassinaram Lord Moyne no Cairo, o Ministro britânico residente no Oriente Médio. Um mês antes do assassinato do Ministro, o relatório coloca que:

“O Oficial Administrativo do Governo da Palestina e o Comandante-em-Chefe do Oriente Médio emitiram um comunicado oficial conjunto no qual afirmava claramente que os terroristas e "seus simpatizantes ativos e passivos estão impedindo diretamente o esforço de guerra da Grã-Bretanha" e "ajudam o inimigo." O comunicado conclamou "a comunidade judaica como um todo a fazer o máximo para ajudar as forças da lei e da ordem a erradicar essa coisa maligna em seu meio" e acrescentou que "a condenação verbal de ultrajes na plataforma e na imprensa pode ter seu efeito, mas não é suficiente; o que é necessário é uma colaboração efetiva com as forças da lei e da ordem, especialmente a prestação de informações que levem à prisão dos assassinos e seus cúmplices". O comunicado então exigia "da comunidade judaica na Palestina, seus líderes e órgãos representativos para reconhecer e cumprir suas responsabilidades e não permitir que o bom nome do *Yishuv* seja prejudicado por atos que só podem trazer vergonha e desonra ao povo judeu como um todo". (tradução nossa)

Após a morte do Lord Moyne, houve a intervenção da Agência Judaica que passou a cooperar contra as atividades terroristas do IZL e do LHI. Todavia, durante o ano de 1945 diversos ataques contra as autoridades britânicas, tentativas de assalto e roubo de material militar foram feitos pelos grupos paramilitares. O grau de tensão estava tão elevado que mesmo quando o Secretário das Relações Exteriores anunciou a criação do comitê anglo-americano:

“Nos dias 15 e 16 de novembro, houve manifestações de protesto em Tel-Aviv contra a política do governo britânico [...]. Essas manifestações culminaram em saques e violência em massa durante a qual, além da perda de vidas, escritórios do Governo foram severamente danificados e o Escritório Distrital inutilizado. O toque de recolher foi imposto e as multidões dispersas pelas tropas e pela polícia”. (tradução nossa)

No final do ano, no dia 27 de dezembro, o quartel-general da política em Jerusalém, as delegacias de polícia de Jaffa e Tel Aviv, assim como o depósito militar de Tel Aviv foram atacados por “[...] uma grande gangue de homens armados. Graves danos foram causados aos prédios da polícia por explosivos e dois policiais britânicos, um telefonista árabe, um soldado britânico e quatro soldados Basutos foram mortos e outros foram feridos pelo fogo de armas automáticas e explosivos”.

No início de 1946, alguns meses antes da chegada do comitê na Palestina, um trem foi descarrilhado nas cercanias de Hadera e “[...] atacado por cerca de 70

judeus armados” onde cerca de £P 36.000,00 em dinheiro foram roubados. Ainda em janeiro, ataques se seguiram na Prisão Central, em subestações elétricas em Jerusalém, na estação da guarda costeira. No mês de fevereiro armas foram roubadas do depósito de Tel Aviv, um assalto foi feito em um acampamento militar perto de Jaffa, uma estação de radar foi danificada, ataques a uma guarnição policial e em aeroportos militares. E, por fim, no início de Março outro acampamento militar havia sido atacado. De forma geral, estima o relatório, desde o final da guerra na Europa, cerca de 45 pessoas morreram e 278 ficaram feridas na Palestina durante todos estes ataques.

De acordo com Shapira (1999), os atos dos britânicos contra os interesses judaicos que se intensificaram durante o ano de 1939, deram impulso para o aumento da porção “ativista” do movimento sionista que defendia o uso da força para garantir os interesses judaicos<sup>36</sup>. Nesse contexto, o que aparentava para as lideranças sionistas era que os britânicos possuíam respeito pelo poder árabe enquanto desconsideravam os judeus, dado que não temiam-os ou tinham medo da sua potencial resposta (SHAPIRA, 1999). Ben-Gurion, em uma conferência realizada em Londres em 1939, fez uma declaração sugerindo que os judeus estavam à disposição para “criar problemas” para os britânicos se prejudicassem os interesses vitais da comunidade judaica na Palestina.

O que se observa nesta escalada dos conflitos é uma mudança da postura do *Yishuv* frente à administração do Mandato Britânico no que Shapira (1999) chamou de consolidação de um *ethos* ofensivo, ou seja, uma postura de afronta frente à administração mandatária. A partir de 1939, quando o Livro Branco é promulgado pelas autoridades do mandato, limitando a imigração judaica para a Palestina em um contexto onde os judeus europeus se viam ameaçados pelo avanço do fascismo e nazismo na Europa, a comunidade judaica da Palestina, com um aparato para-estatal consolidado, rompeu seu compromisso de cooperação com

---

<sup>36</sup> Como coloca a autora, os “ativistas” eram contrapostos pelos “moderados”. Estes possuíam uma visão de que a condição momentânea era fruto de demandas políticas passageiras. Para estes, a questão do Livro Branco de 1939 era uma resposta dos britânicos ao aumento de uma pressão das populações árabes em relação à imigração massiva de judeus durante a década de 1930 e, quando a conjuntura política e social se alterasse, muito provavelmente as restrições seriam baixadas. Em contraste, os “ativistas” viam a limitação da imigração judaica como uma demonstração de que os interesses dos *Yishuv* estavam diretamente dependentes da concordância dos britânicos. Nesta abordagem, a resposta seria afrontar os britânicos com o uso da força, imigração ilegal e assentamentos irregulares, ou seja, questionar a autoridade e legitimidade do próprio Mandato. Ver Shapira (1999, p.277-352)

as autoridades britânicas, iniciando diversas atividades ilegais principalmente nas áreas de imigração, sabotagem e terrorismo.

### **3.1.2 A Resolução 181 e a partilha da Palestina (1947)**

A resolução 181, que previu a dissolução do Mandato Britânico e a partilha da Palestina em um estado judeu e outro árabe, exerceu o papel de estopim entre as tensões árabes-judaicas no final da administração do Reino Unido na região que culminariam na diáspora palestina. A decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) mobilizou em uma esfera regional ambos os lados envolvidos no conflito - que aparece de forma explícita nos jornais da comunidade árabe e dos *Yishuv* do período - além de outros países árabes que gradativamente se posicionaram contra a criação de um Estado Judeu e ameaçaram uma intervenção militar caso ele se concretizasse. Dessa forma, o plano de partilha da Palestina encontra-se como um elemento central no discurso político, tanto sionista quanto árabe, no contexto do final do Mandato Britânico. Entretanto, a historiografia falha ao não analisar algumas questões centrais relacionadas ao plano de partilha. Entre eles, a aplicabilidade e possibilidade de tal plano dentro do contexto social árabe-judaico da Palestina nos anos de 1940.

As discussões em relação aos planos de partilha tendem à buscar a relação entre a ideologia sionista, ideia de transferência e aceitação dos planos de partilha anteriores ao de 1947 - principalmente o da Comissão de Peel de 1937. Masalha (2021), fazendo um recorte que abrange desde os primeiros assentamentos judaicos na Palestina em 1882 até a proclamação de independência do Estado de Israel em 1948, afirma que o conceito de transferência estava presente no pensamento sionista desde o seu princípio, sendo, seu principal objetivo. Para Masalha, o que teria acontecido em 1948 com os palestinos seria a aplicação da transferência planejada e discutida entre os círculos sionistas há muito tempo. Esta “transferência”, de acordo com o autor, seria o único meio viável para que o *Yishuv* conseguisse concretizar um estado de maioria judaica em um território predominantemente árabe. Os planos de Partilha anteriores à 1948, e que previam a transferência da porção árabe do território delimitado para o Estado Judeu, iam de

encontro com a solução idealizada pelo movimento sionista em relação à “questão árabe”.

Entretanto, a análise de Masalha falha ao não considerar a pluralidade de correntes ideológicas dentro do sionismo e apenas considerar a visão dos “dirigentes” políticos do movimento, sem ponderar as linhas de pensamento das correntes que pregavam por um estado binacional ou movimentos que pregavam a cooperação entre árabes e judeus, reconhecendo o movimento nacional árabe-palestina. Outra questão que Masalha não leva em consideração na sua análise é a não historicização da ideia de transferência. Masalha desconsidera o contexto geopolítico da época e como a própria ideia de transferência era vista como uma solução para conflitos multiétnicos na primeira metade do século XX, como afirma Morris,

[...] a transferência de minorias étnicas para suas áreas nacionais centrais, foi considerado durante a primeira metade do século 20 como moralmente aceitável, talvez até moralmente desejável. Também fazia sentido político. A experiência histórica em várias partes do globo durante as décadas de 1920 e 1940 apoiou essa visão. A dupla transferência coagida de turcos muçulmanos para fora das áreas de maioria grega na Trácia e nas ilhas do mar Egeu e de gregos cristãos para fora da Ásia Menor turca durante o início da década de 1920, um subproduto das hostilidades greco-turcas, de uma só vez parecia resolver dois longos problemas. - problemas permanentes, 'insolúveis', minoritários, tornando as futuras relações greco-turcas mais lógicas e pacíficas. 1947-1948 testemunhou transferências ainda maiores (e mais sangrentas), de muçulmanos e hindus, entre a Índia e o Paquistão, à medida que esses estados emergiam do ventre da história. O mundo observava, incondenável e impermeável. De fato, a transferência de grupos minoritários alemães do oeste da Polônia e das fronteiras tchecas para a Alemanha no final da Segunda Guerra Mundial foi positivamente elogiada na maioria das capitais aliadas. Tanto no Ocidente quanto no Bloco Comunista, era visto como politicamente imperativo e justo. Essas minorias ajudaram a subverter a ordem européia e um aglomerado de estados-nação da Europa Central e Oriental, a um custo incompreensível em vidas, sofrimento e propriedades; era justo e apropriado que fossem desenraizados e “devolvidos” à Alemanha, tanto como punição quanto para que não causasse problemas no futuro (MORRIS, 2004, p.42-43; tradução nossa).

Assim, a ideia de transferência, conquistou maior popularidade dentro do movimento sionista à partir dos anos de 1930 e 1940, quando houve um pico de violência entre a comunidade judaica e a árabe da Palestina - mais significativa a Revolta Árabe de 1936. É dentro de contextos históricos específicos da história da Palestina que foram criadas condições propícias para o “flerte” da ideologia sionista com a ideia de transferência de populações:

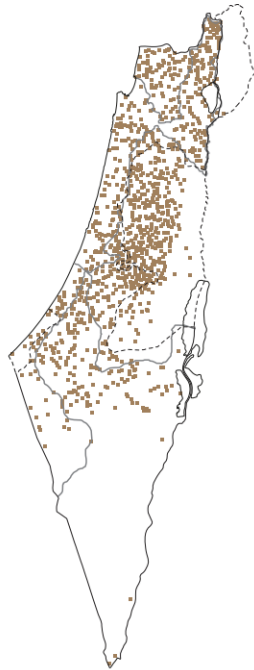
As crises de reflexão sionista sobre e a adesão à transferência geralmente não veio do nada, mas em resposta a fatores externos ou iniciativas: No início da década de 1930, a meditação sionista sobre a ideia de transferência foi um subproduto da violência árabe e da frustração dos esforços para persuadir os britânicos a permitir o assentamento sionista na Transjordânia; no final da década de 1930, foi desencadeada pela revolta árabe e pela recomendação da Comissão Peel de transferir a população árabe para fora da área designada para o estado judaico; durante o início da década de 1940, o pensamento sobre a transferência foi estimulado por propostas de St. John Philby para uma "federação" do Oriente Médio e pela extrema necessidade de um refúgio (relativamente) vazio e seguro para os judeus dizimados da Europa; e em 1944-1945, a conversa foi desencadeada pela decisão do Executivo do Partido Trabalhista britânico de incluir a transferência em seu plano para uma solução da questão da Palestina (MORRIS, 2004, p.59; tradução nossa).

Em contraposição, a resolução 181 aprovada em 29 de novembro de 1947 pela ONU em Assembléia Geral, não recomendava, dentro do seu plano, a transferência de populações para a partilha do território. O Estado Judeu previsto, dentro das previsões feitas pelo plano, contaria com uma população total de 905.000 pessoas, dentre elas 498.000 judeu (56%) e 407.000 árabes (44%). Em contraste, o Estado árabe seria composto por 735.000 pessoas, cerca de 725.000 árabes e 10.000 judeus.

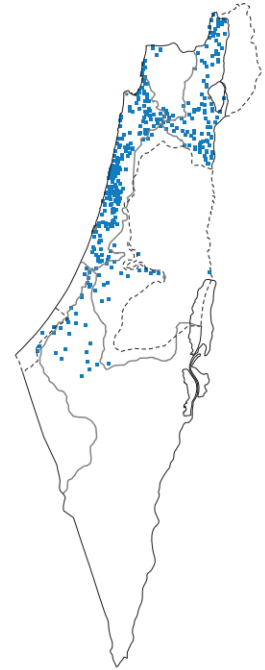
A questão da distribuição de terras é significativa, visto que coopera a partir da compreensão da realidade demográfica da Palestina no contexto da partilha. A figura a seguir trata-se de uma comparação entre a posse de terras judaicas (azul) com a posse de terra árabe-palestina (marrom), de forma conjunta, com as fronteiras previstas no plano de partilha e com a fronteira pós-guerra de 1948.

**Figura 4** - Comparação da posse de terras judaicas (azul) e árabes (marrom) com o plano de partilha de 1947 e as fronteiras de Israel pós-1967 (pontilhado).

1947



1947



Fonte: Shoshan (2012).

Neste mapa é possível identificar como a organização das fronteiras previstas no plano de partilha de 1947 seguiram a lógica da distribuição de terras judaicas, com grande quantidade de assentamentos judaicos na parte costeira, no noroeste do país (planície de Sharon), e no nordeste (na região norte e sul do mar da Galileia). Já as terras árabes, eram concentradas na região da Cisjordânia, Gaza e no extremo norte do país - com alguns vilarejos na região sul, no deserto do Negev.

Outro tópico importante a ser ressaltado é a questão da lógica da ocupação da área pelos assentamentos árabes e judaicos. Enquanto a ocupação dos territórios árabes se deu de forma natural ao longo tempo - sem uma centralização organizacional - a ocupação de assentamentos judaicos seguiu, uma organização prévia, onde existia uma “racionalização” através da centralização das compras das terras pelas instituições de colonização judaica. A própria regulamentação sobre a compra e transferência de terra, que surgiram ao longo da colonização do movimento sionista na Palestina (1920, 1926, 1928 e 1940), fizeram com que os assentamentos judaicos se concentrassem em áreas específicas do território, como é possível se compararmos o mapa de posse de terras com a figura abaixo:

**Figura 5** - Regulamentação sobre a compra e transferência de terras prevista pela Lei de Terras do Mandato Britânico de 1940.

### BRITISH LAND LAW

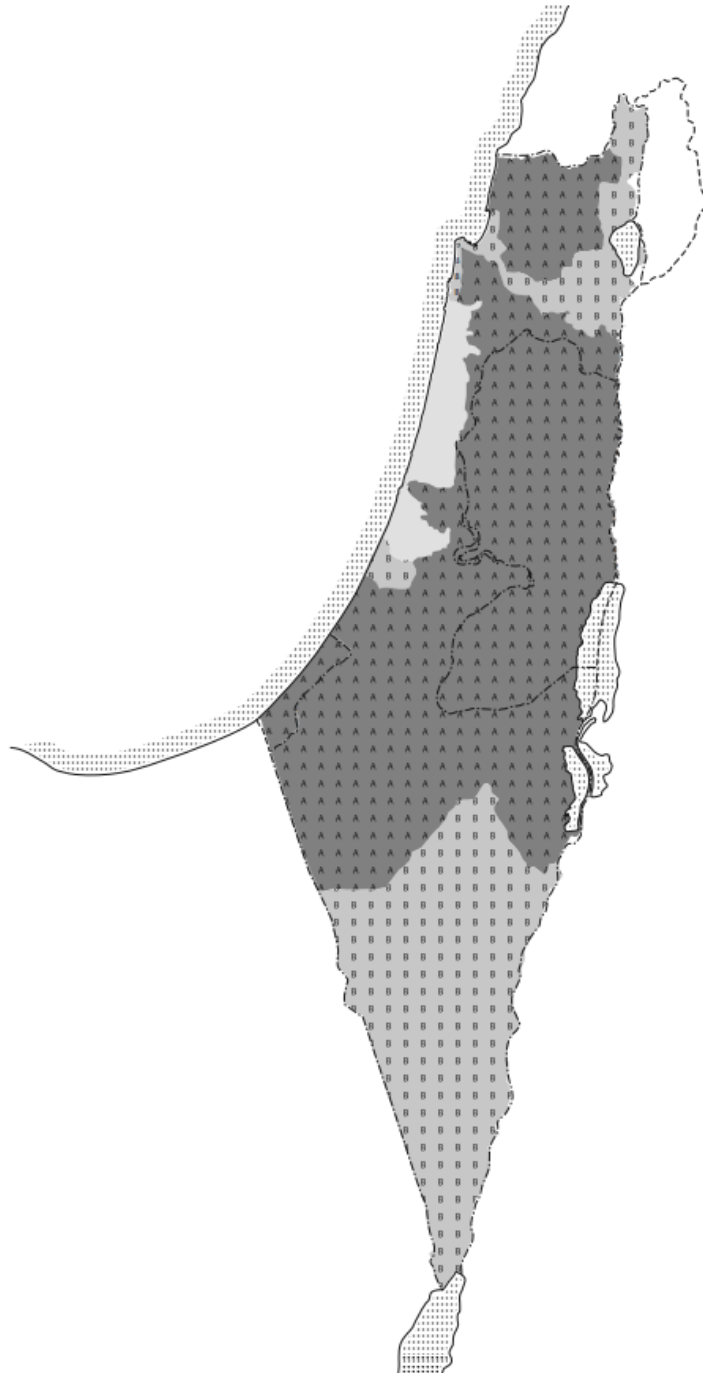
1940

- Transfer of land ownership is forbidden
- ▨ Transfer of land ownership requires the governor's permission
- Transfer of land ownership is permitted

Complex land legislation, particularly regarding the transfer of ownership, is found both in British Mandate Palestine and in the state of Israel

0 25km

→ 35-37, 336, 337, 435



Fonte: Shoshan, 2012.



O relatório apresentado à ONU pela UNSCOP em 1947 - usado como base para a Partilha da Palestina do mesmo ano - sobre a regulamentação de terras de 1940, alega que:

Sob esses regulamentos, o país foi dividido em três zonas: nas duas primeiras (cobrindo 95 por cento da área da Palestina) a transferência de terras para judeus por árabes palestinos era proibida<sup>37</sup> ou exigia a sanção do governo<sup>38</sup>; na terceira ou zona "livre", uma área de cerca de 332.000 acres (5 por cento da área total da Palestina), principalmente no plano costeiro, mas incluindo terras ao redor de Jerusalém, todas as terras compradas eram irrestritas (UNSCOP, 1947, p.23; tradução nossa).

Como resultado de todo este processo de "racionalização" da ocupação judaica, o que se observa, é a homogeneidade de assentamentos sionistas maiores em áreas específicas, comparadas a outras com pouquíssimas ocupações, como na Cisjordânia, região de Gaza e no deserto do Negev. Apesar disso, essa homogeneidade no oeste e partes da região norte é relativa se considerarmos que, mesmo nas proximidades das áreas com maior quantidade de assentamentos judaicos, havia uma grande presença de vilarejos e comunidades árabes, dada a ocupação histórica prévia da região.

Isto constituiu, dentro do contexto da partilha, um grande obstáculo para a UNSCOP na realização de recomendações viáveis para a tentativa de resolução dos conflitos - principalmente, no que cerne à demarcação de fronteiras do Estado judeu e do estado árabe. Enquanto às fronteiras do Estado árabe foram de fácil demarcação - com a quantidade reduzida de judeus que ficariam sobre soberania árabe -, não se observa o mesmo no estabelecimento de fronteiras do Estado judeu, onde uma quantidade superior de árabes - se comparada com a população judaica - ficaria sobre soberania do futuro Estado judeu. De acordo com o comitê, cerca de 407.000 árabes para 498.000 judeus.

A questão de uma população árabe ainda que, em minoria, era expressiva dentro do Estado judeu. Tal fato se expressa em um dos comentários da VII recomendação feita pelo comitê à ONU, no que diz respeito aos "princípios

---

<sup>37</sup> Zona A: cerca de 4.1 milhões de acres (63 por cento da área total), principalmente na região das montanhas e nas terras ao sul da região Gaza-Bersheva. Transferência de terra de árabes-palestinos para judeus era proibida, entretanto para outros que não judeus, a transferência podia, em alguns casos, ser permitida.

<sup>38</sup> Zona B: cerca de 2 milhões de acres (32 por cento da área total), compreendendo o vale ao redor do Lago Hulleh da área do Mar da Galiléia, o vale de Jezrael, o Negev e certas áreas ao sul das planícies da costa na região de Jaffa e ao sul de Haifa. A compra por judeus era restrita, necessitando sanção do governo da Palestina.



democráticos e proteção das minorias”. Nele, é colocado a necessidade de lidar com os direitos das minorias:

A ampla difusão de árabes e judeus por toda a Palestina torna quase inevitável que, em qualquer situação, haja um elemento de minoria étnica na população. Tendo em vista que esses dois povos vivem separados física e espiritualmente, nutrem aspirações e ideais separados e têm tradições culturais amplamente divergentes, é importante, no interesse de uma sociedade ordenada e para o bem-estar de todos os palestinos, que salvaguardar plenamente sejam assegurados pelos direitos de todos (UNSCOP, 1947,p.45; tradução nossa).

Neste comentário feito pelo comitê é interessante notar como o foco das “tensões” é redirecionado, não para atritos que provém de disputas políticas, sociais e econômicas, mas de elementos “culturais”, “aspirações” e “ideais” distintos. Assim, nota-se uma incapacidade do comitê de realizar uma plena análise sociopolítica da situação da Palestina, ou, ao menos, tentar amenizá-la de uma forma que o “problema” demonstrasse ser solucionável.

Dessa forma, é necessário que haja a reflexão sobre o impacto da situação humanitária da Europa após o final da Segunda Guerra Mundial, onde as consequências das políticas antissemitas assassinas do regime nazista contra os judeus da Europa deixaram milhares em condição de “deslocados”. Sobre isso, o Relatório Harrison, de 1945, é elucidador. Como destaca Neto,

[...] o Relatório Harrison possui relevância [...] pelo seu impacto político na História da Palestina, sendo formulado em um período marcado pelo agravamento do conflito entre sionistas e árabes. Ao ter em suas mãos o Relatório Harrison, o Presidente Truman passou a advogar junto à Grã-Bretanha (que controlava politicamente a Palestina desde 1917), sobre a entrada de 100 mil judeus sobreviventes na Palestina à guisa de ajuda humanitária. Tal atitude revela os primeiros passos efetivos da atuação dos Estados Unidos como um terceiro ator no conflito da Palestina (NETO, 2015, p.111).

Nota-se, no relatório de Earl G. Harrison, o retrato de uma situação precária entre o judeus recém libertos dos campos de extermínio, onde há desesperanças e sofrimento frente às incertezas tanto da condição de seus familiares quanto em relação aos seus futuros. Tratados com descaso após o final da guerra, muitos deles ainda viviam dentro dos campos que foram “libertos” e em condições semelhantes àquelas sob domínio nazista, onde a subnutrição, alta taxa de mortalidade e desabrigo reinam:

[...] mesmo muito depois da liberação dos grupos individuais, muitos judeus desalojados e outros possivelmente não repatriáveis estão vivendo sob guarda, atrás de cercas de arame farpado, em campos de diversas classificações (construídos pelos alemães para os trabalhadores-escravos

judeus), incluindo alguns dos mais notórios campos de concentração, lotados, frequentemente em más condições sanitárias e, geralmente, em péssimas condições, em completa ociosidade, sem qualquer oportunidade, exceto de forma sub-reptícia, de se comunicar com o mundo exterior, aguardando, com esperança, alguma palavra de encorajamento e ação em seu nome. [...] com poucas notáveis exceções, nenhum programa, atividade ou esforço organizado para reabilitação tem sido realizado e os internos, pois é isso que eles literalmente são, têm pouco a fazer, exceto sobreviver nessa situação, na incerteza sobre seu futuro e, o que é mais desafortunado, fazer comparações entre seu tratamento “sob os alemães” e “após a liberação”. Depois de saber que eles não estão mais em perigo das câmaras de gás, tortura e outras formas de morte violenta, eles veem – e há – pouca mudança. O moral daqueles que estão sem nacionalidade ou que não desejam retornar para os países de origem está muito baixo. Eles testemunharam grande atividade e eficiência no retorno de pessoas às suas casas, mas não ouvem e não veem nada sobre planos para eles e, conseqüentemente, eles pensam e, frequentemente questionam, o que significa “liberação”. Essa situação é consideravelmente agravada onde, como em muitos casos, eles têm a possibilidade de olhar de seus quarteirões lotados e desprotegidos a população civil alemã, particularmente nas áreas rurais, levando, à mostra de todos, uma vida normal em suas próprias casas”. (tradução nossa)

Com essas palavras, fica evidente o escândalo que a condição dos judeus após a "libertação" dos campos de extermínio na Alemanha, Polônia e Áustria, causou algo notável dentro da comunidade internacional. A partir do relatório de Harrison, a questão humanitária dos judeus europeus passa a ser discutida e articulada com a questão palestina. Já no relatório de Harrison, essa questão aparece como uma das recomendações para uma tentativa de um alívio imediato da condição dos deslocados:

“Quanto àqueles que não querem, por boas razões, retornar às suas casas, algum rápido plano deve ser realizado. Quanto a isso, a questão da Palestina deve ser enfrentada. Agora que grandes números não estão mais envolvidos e se há qualquer simpatia genuína pelo que esses sobreviventes passaram, alguma alteração do White Paper britânico de 1939 deve ser possível sem mais sérias repercussões. Para alguns dos judeus europeus, não há solução aceitável ou mesmo decente para seu futuro a não ser a Palestina”. (tradução nossa)

Ainda, o relatório Harrison incentivou a criação do Comitê Anglo-Americano de Investigação, que, entre seu itinerário, compreendeu a passagem por territórios onde havia campo de deslocados judeus, como a zona francesa, estadunidense e britânica da Alemanha, a Czechoslovakia, a britânica da Áustria e a Itália. Sobre a questão particular do judeus alemães, o relatório coloca:

“Além dos judeus deslocados, há cerca de 20.000 judeus nativos sobrevivendo na Alemanha. Evidências nos foram apresentadas para mostrar que os judeus alemães, libertados dos campos de concentração ou do trabalho escravo, enfrentam grande dificuldade em encontrar um lugar novamente na vida do país. Poucas de suas comunidades ainda

sobrevivem. Por exemplo, de uma comunidade de 4.500 habitantes em Stuttgart, restam apenas 178, entre os quais apenas duas crianças. [...] Embora seja a firme política dos governos militares erradicar todas as formas de nazismo, e a prioridade seja dada aos judeus e a outras pessoas perseguidas em relação à moradia, alimentação, vestuário, etc., os judeus alemães ainda estão naturalmente apreensivos com o futuro quando esses governos já não estiverem lá. O antissemitismo é tradicional na Alemanha. Em alguns círculos alemães há muita vergonha e desejo de recompensa, mas em outros há a sensação de que, agora que as sinagogas e todos os vestígios da vida judaica foram destruídos (apenas um rabino sobrevive em toda a Alemanha), nenhuma tentativa deve ser feita para recriar a vida judaica e assim dar origem à possibilidade de uma repetição de eventos passados”. (tradução nossa)

Dentro das recomendações do comitê, observa-se a repetição do que fora escrito no relatório Harrison: a emissão de 100.000 certificados imediatos para a absorção dos judeus europeus na Palestina:

“Recomendação nº 2. Recomendamos (a) que 100.000 certificados sejam autorizados imediatamente para a admissão na Palestina de judeus que foram vítimas de perseguição nazista e fascista; (b) que esses certificados sejam concedidos tanto quanto possível em 1946 e que a imigração real seja promovida tão rapidamente quanto as condições permitirem” (tradução nossa).

Além disso, o relatório de 1947 da UNSCOP, destaca as consequências da precária situação dos judeus europeus, a partir da temática da imigração ilegal de judeus europeus para a Palestina - provindo em grande parte de judeus que originavam destes campos deslocados. Em uma carta, datada do dia 23 de maio de 1947 do representante do Reino Unido na ONU para o secretário-geral, menciona-se:

“Parece ao governo de Sua Majestade que uma das maneiras mais importantes pelas quais os membros das Nações Unidas podem ajudar a uma solução pacífica do problema da Palestina é fazer tudo o que estiver ao seu alcance para desencorajar a imigração ilegal enquanto a questão permanece sub judice. Como indicação da gravidade desta questão, o Governo de Sua Majestade assinala que durante os seis meses a partir de meados de Outubro de 1946, cerca de 15.000 judeus imigrantes ilegais de vários portos europeus foram interceptados nas águas da Palestina e desviados para campos em Chipre. Este número pode ser comparado com a atual taxa de imigração legal de 18.000 por ano e o fato mencionado pelo Sr. Bevin em seu discurso na Câmara dos Comuns, em 25 de fevereiro passado, que 96.000 imigrantes judeus foram admitidos na Palestina desde maio de 1939” (tradução nossa).

Neste contexto de calamidade pós guerra e o aumento da hostilidade por parte do *Yishuv* para com a administração britânica, seguida da vitória do partido trabalhista na consolidação do poder político no Reino Unido e o realinhamento para com a política externa referente à Palestina, expressada na resistência de afrouxar

as medidas do Livro Branco de 1939 - conjuntamente com a sinalização aparente de que o Secretário de Relações Exteriores, Ernest Bevin, assumiria uma postura pró-arabe em relação à Palestina, sugerindo a entrada de judeus apenas à uma razão de 70.000 pessoas por ano mesmo após o vencimento do Livro Branco -, de fato, o nível de imigração ilegal organizado pelo braço destinado à esta atividade no interior da HGN, o *Mossad Le'Aliyah Bet*, aumentou consideravelmente, somando cerca de 75.000 imigrantes ilegais entre o período de agosto de 1945 até a declaração de independência do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948 (MORRIS, 2001).

Ademais, outro fator de impacto a atmosfera internacional no mesmo período dos trabalhos da UNSCOP foi o caso *Exodus* de 1947, quando a Marinha Real britânica interceptou e abordou uma embarcação repleta de sobreviventes judeus do holocausto próximo à costa da Palestina:

Em 12 de julho, o Exodus 1947 partiu do sul da França, com 4.500 DP's a bordo. Em 18 de julho foi interceptado e abordado por fuzileiros navais reais a cerca de 30 quilômetros da costa da Palestina, em frente a Gaza. Seguiu-se uma batalha corpo a corpo que durou a noite toda, que o Haganah decidiu explorar para mostrar quão pobres e fracos eram os judeus e quão cruéis eram os britânicos. Três judeus morreram e 28 ficaram gravemente feridos, mas a situação desesperadora do DPS havia sido destacada e seu destino estava ligado à Palestina. Como que para levar para casa a mensagem sombria, os britânicos então rebocaram o barco para o porto de Haifa, desembarcaram os mortos e feridos e transferiram a maior parte dos DP's para três navios em condições de navegar - sob o olhar atento do presidente da UNSCOP, Sandstrom - e navio, em seguida, de volta para a França. Aumentando o constrangimento da Grã-Bretanha, os franceses se recusaram a cooperar; o jornal do partido comunista francês *L'Humanité* descreveu os navios como "um Auschwitz flutuante". A grande maioria dos passageiros recusou-se a deixar os navios, e os britânicos, manobrados para um canto de sua própria autoria, navegaram para Hamburgo, onde o exército em 8 de setembro desembarcou à força os passageiros. Judeus, desta vez pastoreados por tropas britânicas, foram devolvidos ao terreno de suas perseguições (MORRIS, 2001, p.183; tradução nossa).

É nesse contexto que a proposta de partilha da Palestina em um estado judeu e outro árabe é discutido dentro do comitê. Salientamos, entretanto, que, mesmo entre os membros do comitê, essa solução não era consenso. Pois, embora a proposta da partilha territorial com união econômica tenha configurado o relatório da maioria, uma proposta minoritária alternativa também foi apresentada pelos membros que representava a Iugoslávia, Irã e Índia, que propuseram um único estado de natureza federal. Tal divisão interna do comitê demonstra, efetivamente, leituras diferentes da realidade palestina pré-1948 pelos membros do comitê. As

considerações colocadas por Abdur Rahman, representante da Índia são esclarecedores em relação à isso - mesmo sendo, algumas delas, de natureza bastante antissemitas:

“Para mim, gostaria de enfatizar as seguintes razões para a rejeição da partição como uma solução razoável: (a) Não seria possível criar dois estados viáveis. (b) Não seria possível criar um estado judeu sem uma minoria árabe muito grande que seria misturada com judeus. [...] Um número tão grande de árabes descontentes daria origem a novos problemas semelhantes aos que fomos chamados a considerar e tornaria impossível governar o país. Além disso, não há razão para que os árabes, que são maioria em todo o estado, ao adotar esse método, sejam reduzidos a uma minoria. (d) O Estado Judeu estaria cercado por Estados Árabes hostis, e sempre haveria o perigo de guerra. (f) Como não há chance razoável de cooperação entre árabes e judeus, o boicote árabe provavelmente seria fortalecido e o Estado judeu seria forçado a comprar matérias-primas e outros materiais para seu uso e levar seus produtos para venda para, lugares a longas distâncias” (tradução nossa).

Como apontado pelo membro, dada a situação deteriorada do conflito da Palestina, não seria a mera partilha que resolveria o conflito. Ao contrário, a situação tenderia a se deteriorar ainda mais com risco de uma insurreição árabe dentro do futuro Estado Judeu e de isolamento de qualquer tipo de cooperação e relações econômica com os países da região.

Dadas tais considerações, é possível problematizar a decisão da partilha da Palestina pela Assembléia da ONU, expressada pela resolução 181, que tinha como objetivo solucionar o conflito na região. A presença da questão da imigração e dos deslocados dentro das soluções anteriores - concomitante com a presença cada vez maior dos Estados Unidos como um novo ator dentro da questão palestina -, podem sugerir que a pressão emanada da questão humanitária judaica na Europa e os recorrentes maus tratos com os judeus deslocados - que vinham a público através da imprensa -, tenham impulsionado a partilha da Palestina como uma resolução para a milenar “questão judaica” e não necessariamente para a “questão palestina”.

#### **4 ENTRE INDEPENDÊNCIA E CATÁSTROFE: A CONSOLIDAÇÃO DO PROBLEMA DOS REFUGIADOS PALESTINOS (1947-1948).**

No capítulo que se segue, buscaremos analisar a guerra civil que eclodiu na Palestina após o anúncio da resolução 181 das Nações Unidas. O objetivo é traçar as mudanças de estratégias militares das forças paramilitares judaicas - bem como,

contextualizá-las - e analisar quais os seus impactos dentro do contexto espacial e demográfico da Palestina de 1947-1948, tanto nas cidades quanto nos vilarejos.

Para tal, se usará da recapitulação historiográfica e da análise documental dos planos militares que foram marcantes dentro do contexto de reestruturação militar das forças paramilitares judaicas. Será abordado tanto a situação das cidades quanto dos vilarejos do campo, por contexto operacional, discutiremos alguns casos específicos de forma mais aprofundada. Para finalizar, será analisado um relatório do SIH-DA sobre a migração dos árabe-palestinos durante o período de guerra-civil (datado de 30 de junho de 1948).

#### 4.1 GUERRA CIVIL NA PALESTINA: OS FUNDAMENTOS PARA O PROBLEMA DOS REFUGIADOS PALESTINOS (DEZEMBRO DE 1947 - MARÇO DE 1948).

No dia 29 de novembro de 1947, a resolução 181 é aprovada por ampla maioria dentro da Assembléia Geral da ONU, estabelecendo o compromisso da comunidade internacional para com o estabelecimento de um Estado judeu e outro árabe na Palestina. No dia seguinte, na Palestina, as primeiras emboscadas têm início próximo a Kfar Syrkin, quando dois ônibus judaicos são atacados e 7 passageiros são mortos a tiros. Em Tel Aviv, atiradores posicionados em Jaffa tentavam alvejar pedestres judeus nas calçadas da cidade. O Alto Comitê Árabe, em protesto à aprovação da Partilha, lança uma greve geral de 3 dias, iniciada no dia 1 de dezembro. No dia 2 de dezembro, uma multidão de árabes invadiu, saqueou e queimou uma área comercial judaica recém inaugurada no centro de Jerusalém, sem qualquer tentativa de dispersão por parte das forças britânicas que ainda ocupavam o país. Comitês Nacionais foram montados por múltiplas cidades e bairros árabes, numa tentativa de organizar as massas, bem como, em 1936 e bandos de milícias irregulares surgiram em diversas localidades da Palestina (MORRIS, 2004).

Nos primeiros dias após o anúncio da partilha, percebe-se os movimentos internos de deslocamento nas comunidades árabes que antecederam, algum conflito armado efetivo. Já no dia 30 de novembro, um relatório da ala de inteligência da HGN relatou que moradores de bairros árabes vizinhos de bairros judeus em Jerusalém e Jaffa começaram a evacuar suas casas. Movimentos semelhantes

ocorreram nos dias seguintes em Jaffa - no bairro de Manshiya -, na ala judaica em Safad, nas vilas árabes de Muwannis e Jammasin - vizinhas de Tel Aviv - e, em partes da cidade velha de Jerusalém.

Yehoshua Palmon e Ezra Danin, dois conselheiros de assuntos árabes de Ben Gurion e membros do departamento árabe da ala de inteligência da HGN, informaram que diversos árabes estavam retirando-se de suas vilas para residir com seus parentes em outros locais e vários ex-aldeões que estavam vivendo nas cidades também estavam retornando para suas vilas de origem. Palmon prosseguiu, informando que Haifa e Jaffa poderiam ser evacuadas devido à falta de alimento (MORRIS, 2008, p.67).

De acordo com Morris (2008), mesmo com a mobilização não era totalmente explícito que os eventos que estavam sendo construídos na Palestina levariam a uma guerra civil. Ele complementa:

Durante dezembro de 1947 e janeiro de 1948, figuras importantes do movimento kibutzinik do Mapai (incluindo Shimon Persky (Peres), Avraham Harzfeld, Levi Shkolnik (Eshkol) e Zalman Lifshitz (Lif), discutiram a política de assentamentos do futuro estado judeu e produziram um projeto intitulado "Diretrizes para um Plano de Desenvolvimento do Assentamento Agropecuário nos Três Anos 1949-1951". Foi assumido pelos participantes que suas recomendações serviriam de base para as políticas do Estado. A discussão levou pouco em conta a violência circundante ou que uma guerra, que poderia radicalmente mudar tudo, foi se desdobrando gradualmente fora das salas. O relatório que eles produziram supunha que a resolução da partição seria implementada como estava escrita. Na reunião de 23 de dezembro, Yosef Weitz abordou o problema demográfico. 'Sempre fui um defensor da transferência', disse ele. "Mas hoje não vamos levantar o assunto nem de forma indireta. Mesmo assim, acredito que no futuro uma certa parte da população árabe vai emigrar por vontade própria e por vontade dos governantes dos países vizinhos, que deles terão necessidade [isto é, desses imigrantes]. A área de Beit Shean [Beisan], por exemplo, no futuro será esvaziada de seus beduínos, pois eles desejam unir suas tribos através do Jordão, e há outros como eles em outras áreas. Weitz assumiu que as fronteiras do Estado judeu continuariam sendo aquelas estabelecidas na resolução da ONU. Weitz acrescentou que o Estado judeu 'não seria capaz de existir com uma grande minoria árabe. Não deve ser superior a 12-15 por cento [da população total]. Mas ele previu o crescimento da porcentagem judaica - apesar da taxa de aumento natural "excessivamente alta" dos árabes - como atingível dentro de 10-12 anos através da imigração judaica em massa. (MORRIS, 2008, p.67; tradução nossa)

À esta altura do desenvolvimento do conflito, a violência já se encontrava normalizada dentro de ambas as comunidades. E, de fato, outros observadores da ONU não produziram nenhum tipo de relatório a fim de tratar sobre questões de



segurança mais extremas até, pelo menos, o final do mês de janeiro de 1948, onde o relatório datado do dia 26 do mesmo mês coloca:

“Todas as informações até agora de que a Comissão dispõe levam à conclusão de que a situação na Palestina, tanto no que diz respeito à segurança como à autoridade civil, tem mais probabilidades de piorar do que de melhorar. A Comissão prevê a possibilidade de colapso dos serviços administrativos e de segurança com a cessação do mandato, a menos que sejam disponibilizados à Comissão meios adequados para o exercício da sua autoridade. Portanto, a Comissão está dedicando a mais séria atenção aos vários aspectos do problema de segurança, com particular referência à possível necessidade de uma força internacional na implementação das recomendações da Assembléia Geral. Este assunto não foi tratado neste primeiro relatório mensal, mas será objeto de um relatório especial ao Conselho de Segurança”. (tradução nossa)

A partir destas colocações, pode-se assumir que os distúrbios públicos e os episódios de violência que estavam acontecendo durante este primeiro momento eram entendidos apenas como os corriqueiros atritos entre ambas as comunidades que já aconteciam há décadas, tanto por observadores destas comunidades quanto internacionais.

Estas colocações põem em xeque outros pontos levantados por Masalha (1991) e outros autores - como Pappé (2016) - de que o *Yishuv* entrou na guerra com um plano e objetivo pré-determinado de expulsar os árabes dentro da Palestina - ou de realizar a “limpeza étnica”, como coloca Pappé. Enquanto se existia algo perto de um consenso entre os membros da comunidade judaica de que a transferência era preferível à ter uma minoria árabe tão numerosa dentro do futuro Estado judeu - com exceção de alguns membros do partido Mapam -, a situação foi vista como preferível do que não ter Estado judeu algum. A “transferência” seria dada de forma natural ao longo do tempo, devido a não disposição dos árabes de ficarem em um estado comandado por uma maioria judaica. Dessa forma, o uso da violência para fins de transferência de população, não foi levado em consideração.

A estratégia defensiva da HGN, que focava, em apenas defender a comunidade judaica dos ataques realizados por milícias irregulares árabes mudou gradativamente ao longo da segunda semana do mês de dezembro, quando, com a escalada do conflito para novas áreas e uma maior frequência de ataques árabes em assentamentos judaicos - somado ao receio de que o *Mufti* Husseini estivesse conquistando, gradativamente, o controle das massas árabes devido à falta de resposta da HGN -, pressões públicas conjuntamente a outras alas do movimento



sionista não representados dentro da Agência Judaica - especificamente o movimento revisionista que comandava o IZL e o LHI<sup>39</sup> - levaram à mudança da postura da Agência Judaica em relação à estratégia militar (MORRIS, 2004).

A primeira operação lançada pela HGN que expressou essa mudança de postura foi uma ordem dada no dia 9 de dezembro à Brigada Alexandroni - responsável pela área costeira do sul de Haifa ao norte de Tel Aviv - para “paralisar” o tráfego árabe na rodovia de “*Qulqilya-Ras al ‘Ein-al-Tira-Wilhelma-Yahudiya*”. Uma unidade comandada por um certo “Arik” - Morris compreende que, provavelmente, seja Ariel Sharon - responsável pela realização desta operação. A ordem foi para atacar veículos e passageiros em resposta a ataques prévios feitos a comboios judaicos. De acordo com “Arik”, foram utilizados Coquetéis Molotov e árabes feridos foram queimados no interior do veículo. No total, seis foram reportados mortos.

A partir deste momento, percebe-se a mudança nas táticas militares da HGN. Tal mudança se deve por alguns fatores determinantes, entre eles, o receio de que a falta de resposta por parte da HGN fosse interpretada por parte do público e das lideranças árabes como um sinal de fraqueza e, desse modo, - dentro das políticas internas da *Yishuv* - o público mudaria seu apoio para o movimento revisionistas e suas políticas militares de cunho mais militante. O que dentro do vocabulário militar da liderança militar era entendido como “defesa ativa” [*haganá pei’lá*], nas palavras de Yisrael Galili - Chefe de Estado maior da HGN -, retaliando ataques árabes através de emboscadas em meios de transporte, “atingindo as propriedades dos incitadores e dos perpetuadores” dos ataques (MORRIS, 2004).

O que observa-se, neste primeiro momento de conflito, é a mudança nas táticas militares das forças do *Yishuv*, provenientes tanto de conjunturas internas, com disputas entre Agência Judaica e organizações ligadas aos movimentos de vertente revisionista do sionismo, quanto da necessidade de demonstrar força militar às lideranças árabes - através de retaliações contra alvos árabes. Dentro deste contexto, planejam-se ataques retaliatórios, principalmente, em vias rodoviárias e

---

<sup>39</sup> A rádio clandestina do IZL, *Kol Tzion HaLokhmet* - A Voz de Sião Combatente - fez um chamado à HGN para abandonar a estratégia de defesa e abraçar a ofensiva contra os árabes e os “escravocratas nazi-britânicos” (MORRIS, 2004, p.72)

ataques localizados a certas propriedades árabes. Em relação à situação no interior, os atritos eram mínimos<sup>40</sup>.

Segundo Morris, o período da guerra civil entre judeus e árabes-palestinos, que ia se constituindo aos poucos através das mudanças das estratégias militares por parte do *Yishuv* e uma ausência de resposta, de forma geral, por parte dos britânicos, pode ser dividido em dois períodos distintos:

Do final de novembro de 1947 até o final de março de 1948, os árabes mantiveram a iniciativa e a Haganah ficou na defensiva estratégica. Este estágio foi caracterizado pela expansão gradual, contínua, de pequena escala, de combates de pequenas unidades. Houve terrorismo e ataques antiterroristas nas cidades e emboscadas ao longo das estradas. Não tinha forma - não havia linhas de frente (exceto ao longo das costuras entre as duas comunidades nas principais cidades mistas), nenhum exército se movendo para frente e para trás, no início de Abril, a Haganah foi para a ofensiva, em meados de maio esmagando os palestinos. Essa segunda etapa envolveu grandes campanhas e batalhas e resultou na conquista de território, principalmente pelos judeus. No final, surgiram linhas de frente claras, marcando um pedaço contínuo de território judaico, com as áreas além dele sob controle árabe (MORRIS, 2008, p.77; tradução nossa).

Vale ressaltar que esta aparente mudança conjuntural das estratégias militares vieram acompanhadas de uma mudança estrutural na natureza das posturas militares do *Yishuv* que surgem, desde 1939 e se consolidam ao longo da primeira metade da década de 1940, com um *Yishuv* cada vez mais ofensivo e confrontativo frente à administração britânica na Palestina. Desse modo, quando há necessidade de resposta mais agressiva por parte das forças militares judaicas para com os árabes-palestinos, essa tradição já se encontra minimamente consolidada dentro da estrutura militar do *Yishuv*.

Documentalmente, tal mudança de estratégia ocorreu na ativação do Plano C (*Tochnit Guimel*), a partir da segunda semana do mês de dezembro. O plano foi elaborado ainda em maio de 1946 como um planejamento geral para a defesa

---

<sup>40</sup> Como colocado por Morris: "Ben-Gurion apontou que os distúrbios até agora estavam limitados às três grandes cidades, Jaffa, Haifa e Jerusalém, e ao norte do Negev. As comunidades rurais árabes não estavam engajadas, e os *Yishuv* tiveram que tomar cuidado para não provocá-los. Ele estava preocupado que os ataques de retaliação de Haganah levassem a confrontos *Yishuv*-britânicos ("não nos apressemos para a guerra com o exército inglês"). Sapir disse que 'há uma semana, decidimos [que em nossas represálias] não atingiríamos pessoas. Acho que vamos ter que mudar isso'. Berl Repetor, do partido militante socialista *Ahdut Ha'Avoda*, pediu represálias mais "ativas", levando em conta considerações "político-morais". Ya'akov Rifkin, do partido marxista *Hashomer Hatzair*, enfatizou os aspectos morais: 'Devemos manter a contenção moral em nossas respostas. Nossas respostas devem ser basicamente diferentes dos assassinatos dos árabes, a moralidade deve manter a soberania [sobre nossas ações]. Os participantes aceitaram as recomendações de Galili para adotar essa estratégia defensiva mais 'ativa'." (*ibidem*; tradução nossa)

através de contra-ataques do *Yishuv* frente à uma rebelião árabe generalizada. De acordo com o plano:

“O objetivo de um contra-ataque é atacar cada fonte no início, a fim de dissuadir os instigadores de um surto árabe dos incidentes e para e apoio das massas árabes. Impedir com força a participação e golpes severos servirão para identificar e isolar os elementos ativos [...] Devido à dificuldade em engajar diretamente as forças árabes ativas enquanto elas estão realizando suas atividades, as contramedidas que adotaremos tomarão principalmente a forma de operações de retaliação. Como todas as operações de retaliação, nem sempre serão direcionadas apenas contra os executores de uma determinada ação, mas também serão direcionadas aos grupos rativos ou àqueles que os assistem” (tradução nossa).

O plano foi dividido em dois eixos distintos: operações de alerta e operações de choque. Enquanto aquela buscava usar de contra-ataques controlados e localizados - circunscritos às áreas de perpetuação dos ataques árabes - visando desincentivar os árabes de perpetuar ataques futuros, esta última buscava retaliar ataques mais “sérios” perpetrados contra o *Yishuv* em um nível tanto local quanto regional, buscando não apenas alertar, mas punir. Como instruído pelos documentos:

“Contra-ataques devem ser realizados contra os seguintes alvos: 1. Golpear a liderança política. 2. Atacar agitadores, seus financiadores e outros. 3. Golpear os executores das operações e aqueles que fornecem eles com abrigo, oficiais e oficiais árabes. 4. Ataques ao alto escalão 5. Ataque no transporte árabe. 6. Atingir alvos econômicos vitais (instalações de água, moinhos de farinha, etc). 7. Ataques a vilas, bairros e fazendas usadas como base para as forças armadas árabes ou para sua organização, lançamento e retirada, etc. 8. Ataque em clubes, cafés, reuniões, assembleias e similares”. (tradução nossa)

Nesse sentido, o que aqui aparece é a tentativa das forças militares do *Yishuv*, especificamente a *Haganá*, de conduzir operações que causasse a desorganização e desarticulação do inimigo, a fim de criar o caos dentro de suas redes regionais e minar qualquer tipo de senso de segurança ou de confiança das massas em suas lideranças políticas.

É importante ressaltar que os confrontos no campo também já haviam sido iniciados nos princípios do mês de dezembro de 1947:

O ataque de irregulares árabes a assentamentos rurais também começou no início de dezembro de 1947. Em 4 de dezembro, um bando de 120 a 150 homens armados de Salame atacou Ef'al, um pequeno kibutz a nordeste de Tel Aviv. Os colonos, ajudados por reforços do Palmah, os repeliram. Um ataque mais contundente foi lançado em 27 de dezembro contra a vizinha Kfar Yavetz por milicianos de Qalansuwa e Taiyiba. Eles estavam respondendo ao patrulhamento preventivo da Haganah e à demolição de um poço próximo. Reforços da Haganah chegaram ao assentamento a

tempo e uma coluna blindada britânica também interveio. Os atacantes se retiraram, deixando para trás vários mortos. Vários homens da Haganah também foram mortos (MORRIS, 2008, p.102; tradução nossa).

Nesse sentido, por mais que certas lideranças tenham feito pressão para que, entre as operações de retaliação, fosse adotada a tática de destruição de vilarejos e a expulsão de seus habitantes, tal ideia foi rejeitada por Ben-Gurion e pelo Estado-Maior da *Haganá* (EMH) (MORRIS, 2004, p. 76). Durante novembro de 1947 e março de 1948, apenas duas vilas foram efetivamente destruídas devido a circunstâncias bastante específicas. A primeira, *'Arab Abu Suwayrih*, foi destruída após a morte de 11 patrulheiros da HGN que patrulhavam a cidade de Gan Yavne. No dia 20 de janeiro, foi expedida uma ordem para que se destruísse o poço e a vila de forma completa, isto é, assassinar todos os homens adultos e destruir os reforços que chegassem. Entretanto, quando os soldados chegaram para a realização da operação, encontraram a vila vazia e procederam para destruir as casas, dois caminhões e o poço próximo.

Morris (2004) ressalta o relato de um dos oficiais do Serviço de Inteligência da *Haganá* (SIH), sua surpresa frente à desorganização e a falta de mobilização entre os árabes do campo: "a noite dos trovões [...] vai ficar na memória das aldeias vizinhas por muito tempo [...] **nenhuma aldeia se atreveu a vir em seu socorro** [da vila de *'Arab Abu Suwayrih*] e eles se perguntaram como os árabes poderiam lutar daquela forma" (tradução nossa; grifo nosso).

Nesse contexto de aparente aumento dos confrontos no campo, Ben Gurion, juntamente com conselheiros de assuntos árabes do *Yishuv*, se reuniram, entre os dias 1 e 2 de janeiro de 1948, abordando a política retaliatória do HGN, visando refinar-la e divulgá-la. De acordo com Morris (*ibidem*), o que norteou parte desta revisão foi a tentativa de não expandir os conflitos para outras áreas não afetadas pelos atritos e buscar responder com agilidade às provocações e ataques árabes - contra atacar no menor tempo e o mais próximo dos locais de provocação inicial, buscando "penalizar" os culpados e não as comunidades árabes de forma geral. A reunião, por si só, teria sido motivada por diversos ataques não-autorizados e desastrosos da HGN que acabaram matando diversos civis árabes.

Outro resultado importante que Morris (*ibid*, p.78) aponta em relação aos frutos desta reunião, foi a descentralização das decisões militares, realizando como os planos e objetivos seriam elaborados pelos comandantes de cada uma das

divisões, brigadas e batalhões e levadas para o EMH para aprovação. Além disso, foi determinada a incorporação em todos os quartéis distritais, de batalhão e de brigada, de um especialista em assuntos árabes para ditar a política em relação às populações árabes. Estes especialistas, ainda, ficariam responsáveis para ditar os alvos e os métodos para as operações destas divisões. Todas as solicitações de operação deveriam passar pelo especialista de assuntos árabes antes de ser encaminhada à EMH, contendo uma carta com a opinião do especialista sobre o plano, os objetivos e os métodos. Além disso, qualquer tipo de operação que não necessitasse de aprovação prévia do EMH, necessitava passar pelo especialista de assuntos árabes da divisão. Ao longo do mês de março de 1948, estes especialistas foram responsáveis por aconselhar os comandantes regionais da HGN em relação à postura e às políticas frente às comunidades árabes de cada distrito<sup>41</sup>. Observa-se assim, acompanhada da descentralização do comando militar, o protagonismo destes especialistas em assuntos árabes nas decisões militares e operacionais da HGN.

Retirando alguns casos isolados, a política militar seguida pelas forças militares vinculadas à Agência Judaica - nesse caso, excluindo o *Lehi* e o *Irgun* - foi de caráter retaliatório e não deliberadamente agressivo. Outros casos onde excessos e matanças foram cometidos pelas *Haganá* e pelo *Palmach*, e certas vilas árabes não beligerantes foram atacadas, o objetivo da *Haganá* de Dezembro de 1947 até março de 1948 foi suprimir uma possível resposta generalizada árabe - focalizando em áreas de maior atividade miliciana<sup>42</sup> - e desincentivar novos ataques contra assentamentos e bairros judeus através da retaliação armada de localidades que hospedavam milicianos árabes, buscando atingir a moral da população árabe frente às suas lideranças, como sendo incapaz de defendê-los.

#### **4.1.2 Abril-maio de 1948: a reformulação de postura militar do *Yishuv* durante a guerra civil.**

---

<sup>41</sup> Entre estes especialistas : Emanuel ('Mano') Friedman (Galiléia Oriental), Yosef Fein (Vale do Jordão), Elisha Sulz (Vale Beit Shean), Tuvia Arazi (Haifa), Amnon Yanai (Brigada Carmeli - Galiléia Ocidental), Shimshon Mashbetz (Brigada Alexandroni - Vale Hefer), Giora Zeid (Brigada Golani) e Shmuel Zagorsky (Brigada Golani). (MORRIS, 2004, p.78).

<sup>42</sup> O uso do termo milícia e miliciano aqui diz respeito às milícias irregulares do campo e da cidade.

No final de março, a situação política e militar do *Yishuv* era cada vez mais complexa. No campo internacional, os Estados Unidos estavam sinalizando um recuo, frente ao compromisso, com relação à partilha da Palestina, apoiando uma continuação da “tutela” estrangeira após a data limite de maio. Militarmente, no interior da Palestina, as estratégias de “defesa ativa” delimitadas pelo Plano *Guimel* não estavam se mostrando eficazes em conter as milícias irregulares árabes palestinas:

A campanha palestina ao longo das estradas, interditando comboios de judeus, estava lentamente estrangulando Jerusalém Ocidental e ameaçando a existência de aglomerados de assentamentos periféricos. O assentamento de Panhandle da Galiléia só podia ser alcançado pela estrada do Vale do Jordão e pela estrada Nahariya - Alta Galiléia; ambos eram dominados por aldeias árabes. Nahariya e os kibutzim da Galiléia ocidental foram eles próprios separados de Haifa judaica por uma série de aldeias árabes. A própria Haifa não podia ser alcançada a partir de Tel Aviv pela estrada costeira principal, pois uma cadeia de aldeias árabes dominava seu trecho norte. O veterano kibutz do *Mapam*, *Mishmar Ha'Emek*, que ficava na principal rota potencial de avanço do 'Triângulo' para Haifa, estava cercado por aldeias árabes. Ao sul, nas colinas de Hebron, os quatro kibutzim do Bloco Etzion estavam sob cerco, e os cerca de 20 assentamentos do Negev foram intermitentemente bloqueados, com seu aqueduto vital continuamente sabotado. Três grandes comboios judeus, o Comboio Yahiam, o Nabi Daniel e o Khulda, foram emboscados e destruídos durante a última semana de março, com a perda de mais de 100 soldados do *Haganah* e a maior parte da frota de caminhões blindados do *Haganah* (MORRIS, 2004, p.163; tradução nossa).

Toda essa situação interna era acompanhada da chegada da data limite do final do Mandato Britânico, o recuo das tropas britânicas da Palestina e a mobilização dos exércitos árabes para a invasão do futuro Estado judeu. É nesse contexto que um novo plano militar para guiar as ações da HGN e suas forças suplementares será formulado pelos dirigentes militares - em especial, o Oficial Comandante de Operações Yigael Yadin: frente à complexa situação nas rodovias e estradas vitais para o suprimento logístico e ligação dos assentamentos judaicos espalhados pelo país, o risco de colapso das redes de abastecimento do *Yishuv* e consequente, o colapso de assentamentos e bairros judaicos.

Dentro do Plano D (*Tochnit Dalet*), é colocado os objetivos operacionais como sendo a criação de

Um sistema defensivo fixo para preservar nossos assentamentos, vitais projetos e propriedades, que nos permitirão fornecer serviços governamentais dentro das fronteiras do estado (baseado na defesa das regiões de o estado, por um lado, e bloquear as principais vias de acesso de território inimigo ao território do Estado, por outro). [...] Lançamento de contra-ataques pré-planejados em bases inimigas e linhas de suprimento no coração de seu território, seja dentro das fronteiras do

país [Palestina] ou em países vizinhos. 2. Garantir a liberdade de atividade militar e econômica dentro do fronteiras do estado [hebraico] e em assentamentos judaicos fora de suas fronteiras ocupando e controlando importantes posições de alto nível em um número das artérias das linhas de suprimento. 3. Impedir que o inimigo use posições de linha de frente dentro de seu território que pode ser facilmente usado para lançar ataques. Isto será efetivada ocupando-os e controlando-os. 4. Aplicando pressão econômica sobre o inimigo, cercando alguns de seus cidadãos para forçá-lo a abandonar algumas de suas atividades em certas áreas do país. 5. Restringir a capacidade do inimigo realizando operações: ocupação e controle de algumas de suas bases em áreas rurais e urbanas dentro das fronteiras do estado. 6. Controlar os serviços e bens do governo dentro das fronteiras do estado e garantir o fornecimento de serviços públicos essenciais de maneira eficaz (KHALIDI, 1988, p.26-27; tradução nossa).

Dentro deste contexto, percebe-se uma mudança da postura militar da HGN frente os árabes-palestinos: o contra-ataque defensivo dá lugar a uma postura ofensiva frente a defesa do território interno. A prioridade torna-se garantir o pleno funcionamento das linhas de suprimento e simultaneamente, abafar a capacidade de contra-ataque inimigo de restabelecimento no território. Dessa maneira, todo o vilarejo, vila ou bairro que pudesse ser compreendido como um potencial entreposto para milícias irregulares árabes-palestinas ou para tropas regulares dos exércitos árabes para lançar um ataque a assentamentos ou à linhas de suprimento do *Yishuv*, concebido como um potencial alvo.

Dentro das linhas que deveriam ser seguidas em relação à ocupação dos territórios e no estabelecimento da zona de defesa, é pontuado:

As seguintes operações devem ser realizadas se o sistema de defesa fixa for eficaz e se a retaguarda deste sistema necessita ser protegida: 1. Ocupação de delegacias. 2. Controle de instalações governamentais e prestação de serviços em cada região. 3. Proteção das artérias secundárias de transporte. 4. Operações de montagem contra centros populacionais inimigos localizados dentro ou perto do nosso sistema defensivo para evitar que sejam usados como bases por uma força armada ativa. Essas operações podem ser divididas em seguintes categorias: destruição de vilarejos (incendiando, explodindo e plantando minas nos escombros), **especialmente aqueles centros populacionais que são difíceis controlar continuamente.** Montagem das operações de peneiração e controle de acordo com as seguintes orientações: cerco da aldeia e realização de busca no seu interior. **Dentro caso de resistência, a força armada deve ser exterminada e a população deve ser expulsa para fora das fronteiras do estado.** As aldeias que são esvaziadas da maneira descrita acima devem ser incluídas no sistema defensivo fixo e devem ser fortificadas conforme necessário. **Na ausência de resistência, tropas da guarnição entrarão na aldeia e assumirão posições nela ou em locais que permitam total controle. O oficial em comando da unidade confiscará todas as armas, dispositivos sem fio e veículos motorizados na aldeia.** Além disso, ele irá deter todos os indivíduos politicamente suspeitos. Após consulta com as autoridades políticas judaicas, serão nomeados órgãos compostos por pessoas da aldeia para administrar os assuntos internos da aldeia. Em toda região, uma pessoa judia será nomeada para ser responsável por organizar os assuntos

políticos e administrativos de todas as aldeias [árabes] e população dos centros ocupados nesta região (KHALIDI, 1988, p. 28-29; tradução nossa; grifo nosso).

Conforme destacado, o plano *Dalet* é de natureza estritamente militar e elaborado dentro de um contexto específico de desordem e conflitos internos, na iminência de uma invasão generalizada dos Estados árabes vizinhos após a retirada das forças internacionais da região - as forças britânicas. Todavia, dentro da historiografia sobre o problema dos refugiados palestinos e a guerra de 1948, o plano é problematizado pelos historiadores.

Um dos primeiros historiadores a questionar o Plano *Dalet*, foi Walid Khalidi (1988), em um artigo para *Journal of Palestinian Studies* denominado “*Plan Dalet: Master Plan for the Conquest of Palestine*” de 1961. Neste artigo, além de trazer em seu apêndice a íntegra do plano C e D (*Guimel* e *Dalet*) traduzido para língua inglesa, Khalidi sustenta que o plano D deve ser compreendido em um conjunto amplo que abarca conjuntamente o Plano C. Nesse sentido, ambos teriam suas premissas ideológicas dentro da ideologia sionista e nas discussões de transferência que, na visão do autor, foram de importância significativa para a formulação de uma idéia de transferência materializada nos resultados do Plano D. O autor se contrapõe à uma narrativa oficial do Estado de Israel na medida que desconstrói o mito da “evacuação” árabe-palestina e desloca a culpa que, até então, era colocada nas lideranças árabes para as forças militares do *Yishuv* e do Estado de Israel. Dessa forma, o autor lançou as bases para outras interpretações importantes que obtiveram destaque em relação à ideia de transferência, articulando-a com o Plano D.

Entre estas interpretações, destaca-se a de Nur Masalha que tem como objetivo revisão entre a relação entre sionismo e a ideia de transferência. Masalha (2021), afirma que desde os princípios do movimento sionista, já se maturava a concepção de “transferência” dos árabes-palestinos que, ao longo da consolidação do movimento internacionalmente e na Palestina, irá se desenvolver no campo da possibilidade e não da moralidade de determinado ato. Em relação ao Plano D, Masalha se assimila as linhas de Khalidi, ao afirmar que:

Embora o plano não esquematizar a expulsão dos árabes, era entretanto ancorado no conceito político-ideológico de transferência e efetivado conforme a política operacional de campo; as orientações específicas do plano eram interpretadas e executadas pelos comandantes da Haganá,



perfeitamente conscientes dos objetivos políticos-demográficos de Ben-Gurion, cuja inspiração tomava base. Segundo Bar-Zohar, biógrafo (e idólatra) de Ben-Gurion, “nos debates internos, ao instruir seus homens, o Velho [Ben-Gurion] demonstrava uma postura nítida: seria melhor que permanecessem no território do Estado [judeu] o menor número de árabes possíveis (MASALHA, 2021, p.160-161).

Outra interpretação que vai ao encontro das considerações de Khalidi e Masalha, são as de Ilan Pappé (2016) em *A Limpeza Étnica da Palestina*. Pappé vai além, ao afirmar que os acontecimentos de 1948 com os refugiados Palestinos foram fruto de um projeto de “limpeza étnica” dos árabes da Palestina pelas forças militares do *Yishuv* e que a aplicação deste “projeto” ocorreu de uma maneira sistematizada que se expressou no Plano C e no Plano D. Pappé se apropria do termo que intitula seu livro em uma espécie de comparação dos crimes de genocídio e limpeza étnica cometidos pelo regime sérvio na guerra da Bósnia durante os anos de 1990. Dentro das premissas ideológicas de Pappé, encontra-se uma ideia central que dialoga com as considerações de Masalha e Khalidi ao afirmar que o sionismo, enquanto um movimento judaico para fundar um Estado judeu, teria um projeto político ideal da busca por uma homogeneidade étnica territorial. Assim, a “limpeza étnica” estava intrínseca à ideologia sionista:

Quando se trata de reconstruir aquela parte de um processo histórico no qual uma ideologia intangível torna-se uma realidade tangível, há duas opções para nós, como historiadores. No caso da Palestina de 1948, a primeira seria atrair a atenção do leitor para o grau de consistência verificável no desejo dos dirigentes sionistas - de Herzl até Ben-Gurion - de esvaziar o futuro estado judeu do maior número possível de palestinos, e então descrever como isso se conecta com as efetivas expulsões perpetuadas. Essa abordagem está representada de forma preeminente na obra do historiador Nur Masalha, que cuidadosamente mapeou para nós a genealogia dos sonhos e planos de expulsão dos “pais fundadores” do sionismo (PAPPÉ, 2016, p.67).

Dessa forma, Pappé articula uma metodologia que falha por sua natureza teleológica. Ao usar o fim (aqui a *Nakba* palestina) como princípio explicativo, Pappé não compreende as minúcias que permeiam o processo histórico e as peculiaridades conjunturais que determinaram a implementação do Plano D. Com isso, ainda que as operações que derivaram-se do Plano D tenham sido uma das catalisadoras do êxodo palestino, o propósito de tal plano não era *per se* a expulsão deliberada de árabes-palestinos e sequer foi sistematizado para que isso ocorresse, mas a fim de evitar o colapso das linhas de suprimento e comunicação dos assentamentos judaicos. Mesmo reconhecendo tal realidade, Pappé utiliza de

eufemismos para retratar a realidade da Palestina em 1948, enquanto não poupa expressões para caracterizar as operações executadas no contexto do Plano D, enfocando:

A estratégia sionista de construir assentamentos isolados no meio de regiões árabes densamente povoadas, aprovados retroativamente pelas autoridades do Mandato britânico, acabou comprometendo os dirigentes no momento de tensão. Nem sempre eles podiam garantir o sucesso das tentativas de trazer suprimentos para esses postos distantes, e como o país estava **inflamado**, a via de aproximação a Jerusalém pelo oeste, que atravessava diversos vilarejos palestinos, tornava-se particularmente difícil de proteger, o que **criava uma sensação** de cerco na população judaica da cidade. [...] Assim a primeira área escolhida para pôr em prática o Plano Dalet foram os morros agrícolas das encostas ocidentais do maciço de Jerusalém, a meio caminho da estrada para Tel-Aviv. Essa era a operação Nachshon, que serviria de modelo para as próximas campanhas: **as expulsões maciças súbitas** executadas por elas mostrariam ser o modo mais eficaz para cuidar daqueles assentamentos judeus isolados ou desbloquear as rotas que estavam sob ameaça do inimigo, como a que levava a Jerusalém (PAPPÉ, 2016, p.108; grifo nosso).

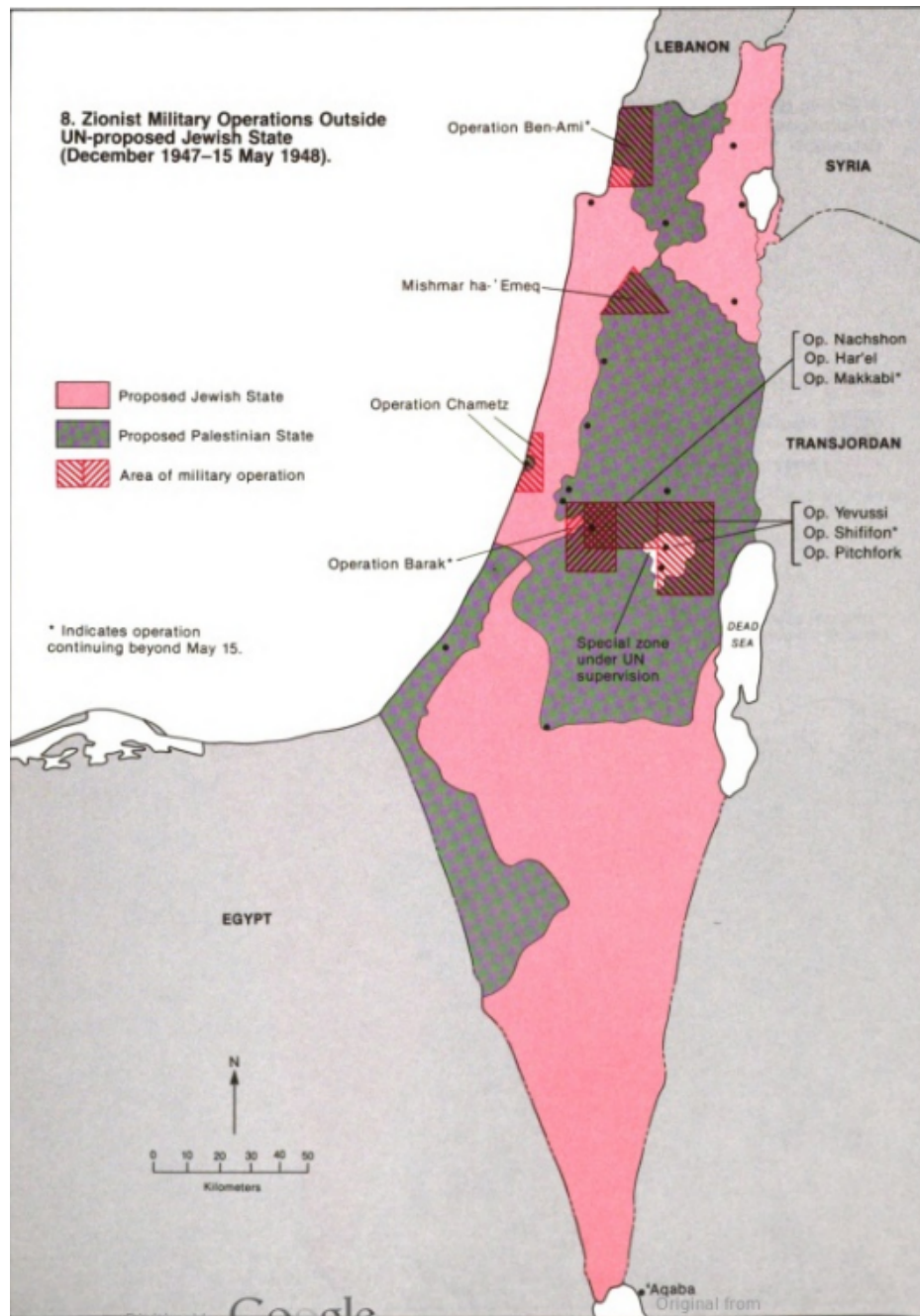
Em relação ao Plano D, vale ressaltar as considerações levantadas por Yoav Gelber. Gelber, se coloca oposto às considerações levantadas por Masalha, Khalidi e Pappé na medida que discorda da leitura feita pelos ditos autores em relação ao plano. Para Gelber (2006), o Plano D não foi “ideológico”, como é compreendido pelos autores citados. Nem mesmo foi uma “doutrina” militar que guiou as operações militares do *Yishuv* após a retirada do mandato britânico em maio de 1948 - como era proposto originalmente no plano e foi ressaltado por Baruch Kimmerling (apud GELBER, 2006). Nas palavras de Gelber:

O Plano D não era "ideológico" como retratam os palestinos, nem era uma "doutrina" como afirma Kimmerling. Foi uma resposta prática a uma ameaça emergente. No entanto, não era nem mesmo um plano de operação, como a maioria dos trabalhos israelenses sobre a guerra desde a publicação do *History of the Haganah* a descreve. Seus planejadores - Israel Ber e Moshe Pasternak sob a orientação e supervisão de Yigael Yadin - formularam princípios e procedimentos de ações e alocaram missões e objetivos às brigadas do Haganah. Não entraram em táticas para atingir os objetivos (GELBER, 2006, p.304-305; tradução nossa; grifo do autor).

Sob os princípios e procedimentos do Plano D, diversas operações militares foram formuladas. De acordo com Morris (2004), foram 7 as operações e batalhas que seguiram a lógica do Plano D: Operação Nachshon (2-3 de abril - 20 de abril), no corredor de Jerusalém; na parte norte, a Batalha de Mishmar Ha'Emek (4-15 de abril) e a de Ramat Yohanan (12-16 de abril), a batalha por Tibéria (16-18 de abril) e por Haifa (21-22 de abril); na Galiléia oriental, a Operação Yiftach (15 de abril - 15

de maio); na Galiléia ocidental, a Operação Ben-Ami (13-22 de maio). A seguir o mapa das operações militares elaboradas do período de dezembro de 1947 à Maio de 1948 pelas forças da HGN:

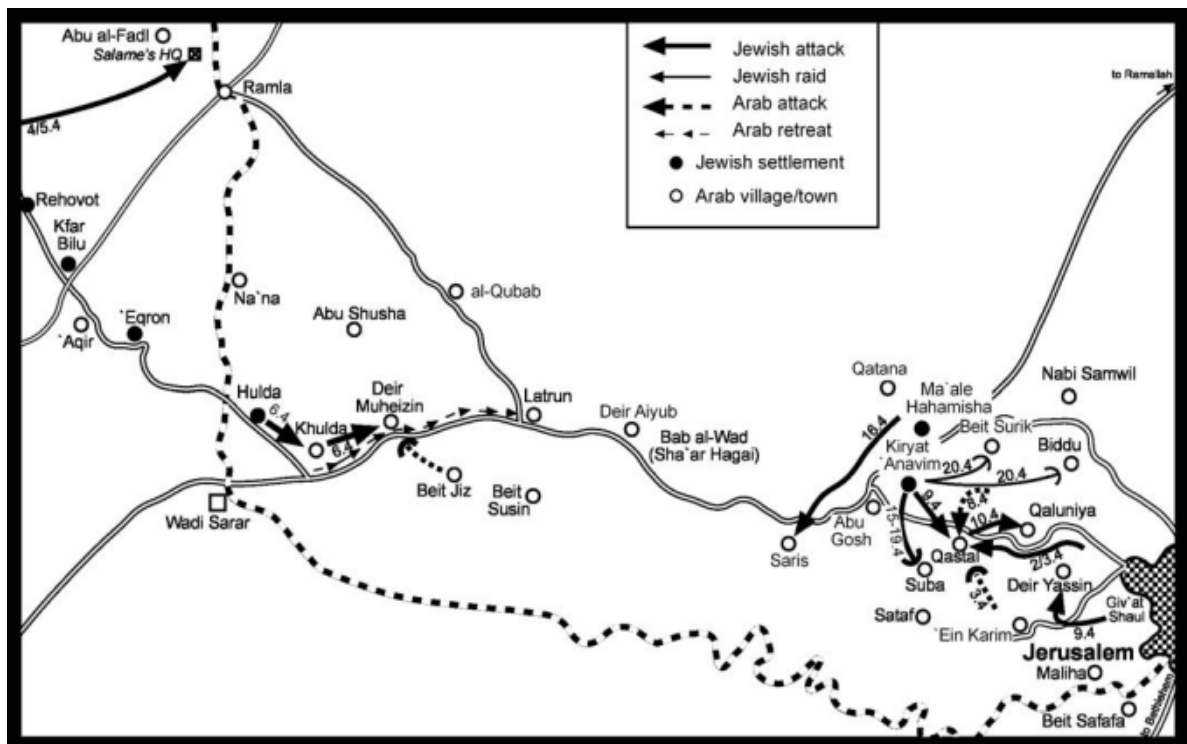
**Figura 6** - Operações militares de Dezembro de 1947 à Maio de 1948  
(*Yishuv*).



Fonte: Khalidi, 1992.

A operação Nachshon, compreendida dentro da historiografia como a ação militar que simbolizou a mudança da estratégia de defesa “ativa” para a ofensiva, é vista também como o princípio da implementação do Plano D (MORRIS, 2008). Se concentrou no espaço entre na região do “corredor” entre o estado judeu e Jerusalém, adentrando no território do estado árabe proposto:

**Figura 7 - Movimentos militares durante a Operação Nachshon (Abril de 1948).**



Fonte: Morris, 2008.

O primeiro vilarejo árabe a ser alvo da operação foi *Al'Qastal*<sup>43</sup> (distrito de Jerusalém) no dia 3 de abril de 1948 quando o quarto batalhão do *Palmach* atacou e ocupou a vila pouco antes do anoitecer. De acordo com Khalidi (1992), a ocupação foi seguida pela chegada das forças principais e um contra-ataque das forças árabes-palestinas, que seguiu noite adentro. Ainda, o autor coloca que, de acordo com documentações do *Palmach*, o ataque não encontrou resistência significativa e

<sup>43</sup>De acordo com Khalidi (1992, p.310) “O vilarejo se localizava no alto de uma redonda colina, com uma ampla visão de todas as quatro direções. Possui ampla visão da rodovia Jerusalém-Jaffa para o norte e nordeste, que era ligada à uma estrada secundária. Por conta de sua posição acima da rodovia, *Al'Qastal* era de singular significância estratégica.” (tradução nossa)

os aldeões já haviam evacuado o vilarejo anteriormente. A batalha seguiu até o dia 8 de abril, quando forças irregulares palestinas re-conquistaram o vilarejo, às custas da morte de um dos principais comandantes árabes-palestinos, *Abd al-Qadir al-Husayni*. Na noite do dia 8 de abril, as forças do Palmach reocuparam os vilarejos, encontrando-o, para a surpresa da brigada, deserto.<sup>44</sup> A recuperação de *Al'Qastal* foi seguida pela destruição das casas e edifícios do vilarejo, incluindo sua mesquita.

O segundo vilarejo a ser alvo das operações foi *Dayr Muhasym*, no distrito de Ramle. O vilarejo continha cerca de 460 aldeões e era situado em uma colina que ficava cerca de 200 metros ao norte de uma rodovia que ligava Gaza com a estrada Ramla-Jerusalém. (KHALIDI, 1992, p.377). De acordo com a *Toldot HaHaganá - História da Haganah* - (apud KHALIDI, 1992, p.378) o vilarejo foi ocupado tranquilamente no dia 6 de abril. Morris (2004) coloca que não houve necessidade dos comandantes de expedir uma ordem de expulsão uma vez que todos os habitantes já teriam evacuado durante o ataque das forças da HGN. O vilarejo foi destruído logo em seguida da ocupação.

O vilarejo vizinho, *Khulda*, de cerca de 280 pessoas, também foi alvo de ocupação simultaneamente à vizinha *Dayr Muhasym*. Assim como as demais vilas, *Khulda* se localizava em uma posição privilegiada estrategicamente no topo de uma colina e com visão da rodovia que ligava Gaza ao circuito Ramla-Jerusalém. A vila foi ocupada sem qualquer tipo de batalha generalizada ou forma de resistência. Movimento semelhante aconteceu com o vilarejo de *Saydun*, de cerca de 210 pessoas - também próximo à *Khulda* e *Dayr Muhasym* - que foi ocupado no dia 6 de abril.

Outro vilarejo que requer uma atenção especial é o *Deir Yassin*, um pequeno povoado de cerca de 610 pessoas a 5 quilômetros de Jerusalém. De forma geral, era uma vila que vivia em paz com os vizinhos judeus e que chegavam até a estabelecer relações comerciais com os judeus das redondezas. A população do vilarejo em diversos momentos se negaram em serem usados como base para as forças irregulares árabes-palestinas atacarem a comunidade judaica de Jerusalém e arredores:

No início de janeiro de 1948, os habitantes de Qaluniya afugentaram um bando armado e o impediram de "fazer qualquer coisa". Os habitantes de

---

<sup>44</sup>O vilarejos se encontrava deserto devido ao recuo das forças árabes-palestinas para a mesquita de *Al'Aqsa*, onde participavam do funeral de *Abd al-Qadir al-Husayni* (KHALIDI, 1992, p.311)

Deir Yassin tiveram um tiroteio com um bando itinerante de irregulares que queriam usar sua aldeia como base para atacar Jerusalém Ocidental. [...] Pouco antes de 28 de janeiro, Abd al Qadir, à frente de um bando de 400 homens armados, acampou perto de Deir Yassin. Aparentemente, eles se cansaram de recrutar aldeões. Os anciãos da aldeia "se opuseram", e a banda mudou-se para Beit Jala. [...] Quinze dias depois, em 13 de fevereiro, um bando armado entrou em Deir Yassin empenhado em atacar a vizinha Giv'at Shaul. "Os aldeões se opuseram a isso e a reação da gangue foi matar todas as ovelhas da aldeia . . ." Um mês depois, em 16 de março, uma delegação do Alto Comitê Árabe composta por dois homens e (inusitadamente) uma mulher visitou a vila e pediu que hospedasse um grupo de irregulares iraquianos e sírios 'para guardar o local'. Os aldeões recusaram e a delegação saiu de mãos vazias. Os notáveis de Deir Yassin registraram uma recusa semelhante em 4 de abril (MORRIS, 2004, p.97; tradução nossa).

Contudo, no dia 9 de abril de 1948, cerca de 80 soldados do IZL e 40 do LHI, recebendo suporte de fogo de tropas da HGN estacionadas em *Giv'at Shaul* e de dois carros de combate do *Palmach*, atacaram e tomaram o vilarejo, onde houve resistência. A batalha se deu de casa em casa, com uso de granadas e explosivos para destruição das edificações. Aldeões foram alvejados enquanto tentavam fugir e os sobreviventes foram reunidos, tanto milicianos armados, prisioneiros de guerras, quanto civis, homens e mulheres, e foram executados. Ainda, havia relatos de estupro e saque. No total, cerca de 100 a 120 pessoas foram mortas, o massacre foi condenado por diversos líderes da Comunidade Judaica da Palestina, da HGN, da Rabinato-Chefe e também da Agência Judaica e a brutalidade foi relatada, com surpresa, até por membros das forças judaicas (MORRIS, 2004).

De qualquer forma, o impacto psicológico causado pelo acontecimento colaborou para aumentar a evacuação dos árabes-palestinos dos vilarejos ao redor de *Deir Yassin* e por toda a Palestina:

Na área do Corredor de Jerusalém, o efeito foi certamente imediato e profundo. A inteligência de Hagana informou em 14 de abril que o episódio era 'o assunto da cidade velha' e os horrores estavam sendo amplificados e exagerados na releitura árabe. Mais especificamente, o Serviço de Inteligência de Hagana informou que o 'medo de Deir Yassin' caiu sobre a aldeia de al Fureidis, que imediatamente apelou ao Haifa NC por armas. Em Beit Iksa, Deir Yassin provocou 'susto' e o início da evacuação. O mesmo aconteceu em al Maliha, e os aldeões de Fajja, perto de Petah Tikva, e Mansura, perto de Ramle, contataram seus vizinhos judeus e prometeram silêncio. Em Yajur, perto de Haifa, os habitantes decidiram evacuar e seus vizinhos em Balad al Sheikh e Hawassa procuraram conselhos da liderança de Haifa. Em Haifa, observou Ben-Gurion, as notícias de Deir Yassin levaram os muçulmanos a fugir. Khirbet 'Azzun, na Planície Costeira, foi evacuado por causa da 'incapacidade de garantir que o que aconteceu em Deir Yassin não aconteceria também aqui' (MORRIS, 2004, p.239-240; tradução nossa).

Ainda que os acontecimentos de *Deir Yassin* tenha configurado uma das excepcionalidades dentro da conduta militar das forças judaicas durante a Guerra de 1948, é inegável os efeitos psicológicos causadas pelos acontecimentos de *Deir Yassin* auxiliaram a HGN no seu esforço de controle das áreas ao redor das vias de suprimento e comunicação do *Yishuv*, seja ao incentivar às evacuações dos árabes frente à atmosfera de medo criada após *Deir Yassin* ou no desincentivo à resistência frente às operações da HGN.

Na porção norte, concomitantemente às batalhas no “corredor” para Jerusalém, algumas tentativas de ofensiva de unidades infiltradas do Exército de Libertação Árabe (ELA), iniciada no dia de 4 de abril e comandadas por *Fawzi al-Qawuqji*<sup>45</sup>, no Kibbutz Mishmar Ha’Emek, na porção norte da Palestina - próximo de Haifa - escalaram, levando à uma batalha de dimensões regionais. Praticamente cercado por vilarejos árabes, no dia 8 de abril de 1948, durante um cessar-fogo mediado pelas autoridade britânicas, uma delegação de membros do Kibbutz viajou até Tel Aviv para solicitar a Ben-Gurion o envio de ordens à tropas da HGN para a destruição dos vilarejos e a expulsão dos seus habitantes, visando aliviar a pressão hostil no entorno do Kibbutz. As forças locais da HGN, comandadas por Yitzhak Sadeh, e reforçadas por companhias do *Palmach*, Alexandroni e Carmeli, rejeitaram o prolongamento do cessar-fogo e, na noite do dia 8 de abril, contra-atacaram, adotando uma postura mais ofensiva:

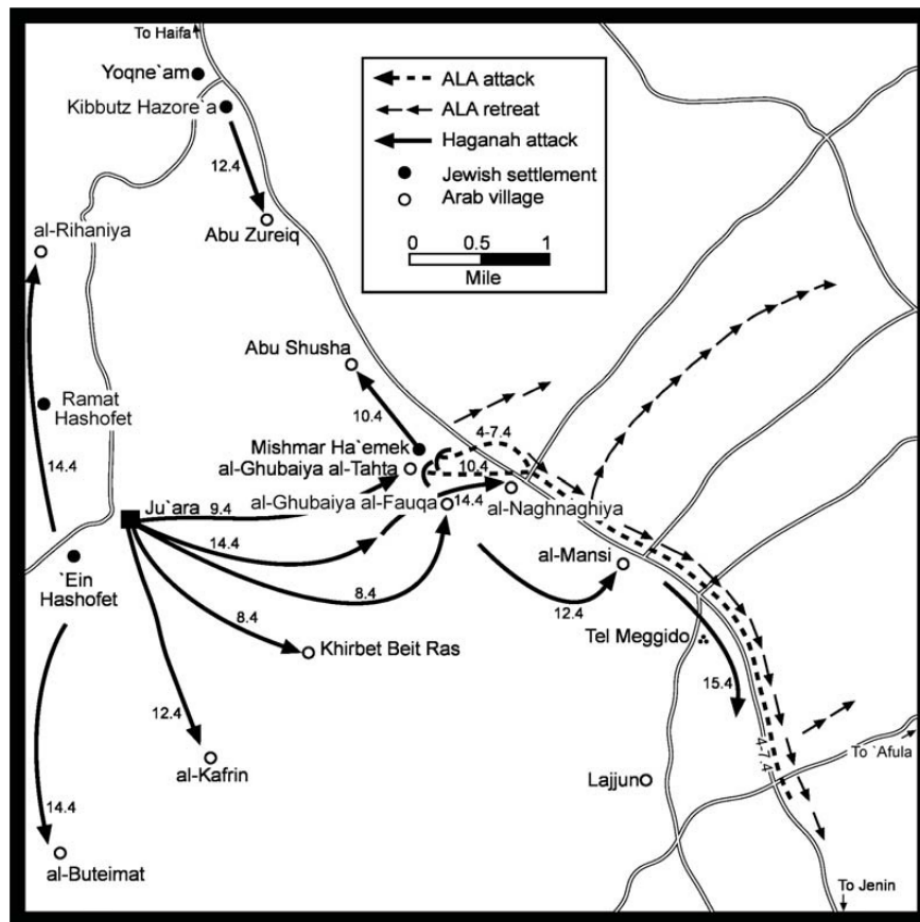
As tropas da Haganá primeiramente invadiram as vilas vizinhas (Ghubaiya al-Tahta, Ghubaiya al-Fauqa, e Khirbet Beit Ras). Então, encorajados pelo sucesso, conquistaram e permanentemente ocuparam vila após vila - Abu Shusha (10 de abril), al-Kafrin (12 de abril), Mansi e Abu Zureiq (12-13 de abril), e, por fim, al-Naghnaghia, Buteimand, e Rinaniyya (14 de abril). [...] Uma ampla faixa ao redor de Mishmar Ha’emek foi limpa de habitantes árabes. A maioria simplesmente fugiu, desanimada pela derrota de al-Qawuqji ou desmoralizada pelos ataques dos judeus. O restante foi expulso, em direção a Jenin. Alguns prisioneiros foram executados. As aldeias foram então sistematicamente destruídas. De acordo com o diário de bordo de Mishmar Ha’emek, em 15 de abril “todas as aldeias da área, até onde a vista alcança, foram evacuadas”. A fuga e a expulsão de habitantes ao redor de Mishmar Ha’Emek irradiaram pânico para mais longe, levando à fuga de aldeias nas Colinas de Efraim e no Vale de Hefer. (MORRIS, 2008, p. 136; tradução nossa).

---

<sup>45</sup>Fawzi al-Qawuqji foi uma importante figura militar nacionalista árabe no período entre guerras, baseado na Alemanha e aliado da Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Ele serviu como comandante de campo do Exército de Libertação Árabe (ELA) durante a Guerra de 1948. No início de março de 1948, al-Qawuqji transferiu algumas de suas forças da área de Damasco e atravessou para a Palestina pela ponte Allenby, liderando centenas de voluntários árabes e bósnios em uma coluna de vinte e cinco caminhões.

Abaixo, uma mapa que detalha as movimentações militares no entorno da Kibbutz Mishmar Ha'Emek, bem como aponta as vilas que foram alvos de ataques por parte da HGN:

**Figura 8 - Batalha de Mishmar Ha'Emek (4-15 de Abril de 1948).**



Fonte: Morris, 2008.

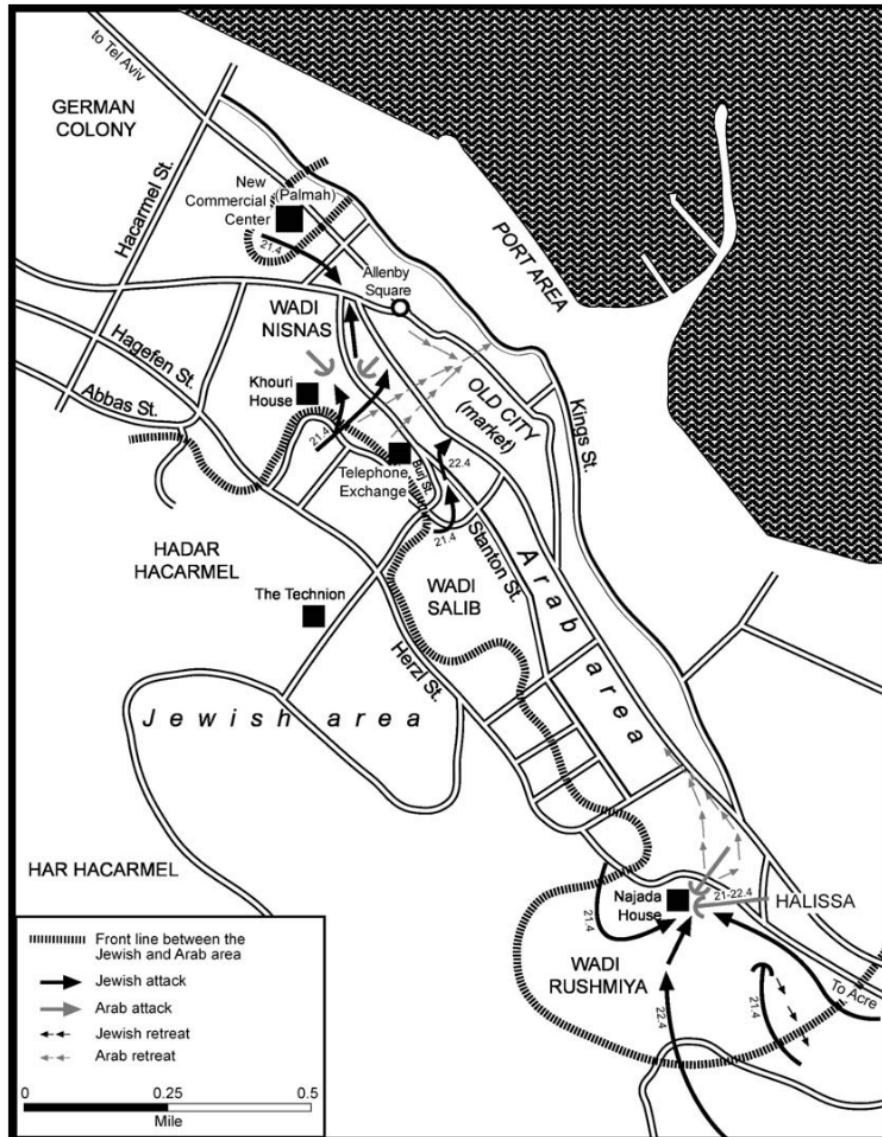
Após a Operação Nachshon e a batalha de Mishmar Ha'Emek, as forças paramilitares judaicas retornaram a área urbana, destaque para a parte árabe de Tibéria - onde o fluxo judaico estava sendo molestado por forças irregulares árabes -, Haifa e Jerusalém. Em Tibéria, após dias de batalha entre a HGN e forças irregulares árabes (9-18 de abril), os líderes árabes decidiram evacuar a população com ajuda das forças britânicas, que escoltaram os refugiados para Nazaré (controlado pelo ELA) e para a Jordânia. Após o final da batalha, há registros tanto



das tropas quantos dos civis judeus que saquearam as residências e edifícios evacuados pelos árabes (MORRIS, 2008, p.138-139).

Outra batalha urbana significativa foi a batalha por Haifa, uma cidade costeira com a segunda maior comunidade árabe da Palestina no final de 1947 e início de 1948. Dos 70 mil árabes residentes, 10 mil já haviam fugido da cidade nos meses anteriores à abril de 1948 (MORRIS, 2008, p.140). Com o recuo das tropas britânicas das posições entre os bairros judaicos e árabes, no dia 21 de março, a HGN decidiu iniciar sua ofensiva. Na madrugada do dia 22, as forças paramilitares judaicas iniciaram um bombardeio com alguns morteiros regulares (76.2 mm) e Davidkas (um espécie de morteiro caseiro de 76.2 mm extremamente impreciso e ineficaz mas bastante barulhento) por 15 minutos na parte baixa de Haifa. Imediatamente o caos se formou na cidade, com combates em becos entre soldados da HGN e irregulares árabes, e residentes palestinos deixando as partes da cidade próximas à linha de frente. No final da tarde e início da noite do dia 22, as lideranças árabes (tanto muçulmanos quanto cristãos) decidiram por evacuar a cidade. Nos dias seguintes, quase toda a população árabe havia fugido ou sido evacuada para Acre, Beirute, Nazaré ou Nablus (MORRIS, 2008, p.140-147).

**Figura 9** - Batalha de Haifa (4-15 de Abril de 1948).



Fonte: Morris, 2008.

No princípio de maio de 1948, ordens foram dadas pelo especialista de assuntos árabes da Brigada Alexandroni para dominar e expulsar vilarejos no planalto costeiro, ao sul de Haifa. No dia 9 de maio, os alvos foram delimitados com Kafr Saba, al-Tira, Qaqun, Qalansuwa e Tantura. Enquanto Kafr Saba foi tomada e seus moradores expulsos no dia 13 de maio pelas forças da Brigada Alexandroni, Tira e Qalansuwa não foram tomadas - Qaqun foi apenas tomada em Junho, após a proclamação da independência. Também Tantura, foi ocupada na noite de 22-23 de maio de 1948 pelas forças do 33º batalhão da Brigada de Alexandroni. O vilarejo de Tantura se localizava na costa e era basicamente de natureza pesqueira. Sua população havia começado a evacuar do vilarejo no início de maio quando um homem judeu foi morto por uma aldeão árabe e, em retaliação, este também foi

morto. Após a queda da porção árabe de Haifa, a população, salienta Morris (2008), estava com baixo grau de moralidade e preparada para se render, caso houvesse um ataque ou um ultimato por parte da HGN. Porém, a vila foi atacada e os aldeões não tiveram a chance de se render pacificamente.

O desenrolar dos acontecimentos em Tantura é disputado pela historiografia. A controvérsia maior iniciou-se quando Teddy Katz defendeu uma tese denominada “*O êxodo dos árabes das aldeias ao pé sul do Monte Carmelo*”. Através de uma análise micro-histórica, teve como objeto de estudo dois pequenos vilarejos na costa entre Hadera e Haifa, Umm Zaynat e Tantura, Katz utilizou de testemunhos orais e das metodologia da história oral para reconstruir as trajetórias destes dois vilarejos dentro do panorama maior da Guerra de 1948. Particularmente, Katz utiliza como base para sua documentação oral, testemunhos de soldados da Brigada Alexandroni que estiveram diretamente envolvidos na tomada dos vilarejos. De forma geral, Katz coletou testemunhos de veteranos da Guerra de 1948, soldados de Brigada de Alexandroni, que sustentavam a tradição oral palestina - do mesmo modo, investigada por Katz através de testemunhos orais de refugiados de Tantura - de que ocorreu uma massacre no vilarejo de Tantura, perpetuada por forças da HGN após lutas contra as forças de resistência do vilarejo (PAPPÉ, 2001, p.19-21).

As teses de Katz alcançaram o debate público através de um artigo publicado por uma jornal israelense, *Ma'ariv*, onde um jornalista, Amir Gilat, se baseou na tese de Katz para tratar sobre o massacre. Alguns dias após a publicação do artigo, os veteranos da Brigada Alexandroni abriram um processo judicial contra Katz por difamação, solicitando a quantia de 1 milhão de *shekalim* israelenses pelos danos. De acordo com Pappé,

O julgamento começou em 13 de dezembro de 2000, com Katz sendo chamado ao banco das testemunhas pelo promotor. O cerne do caso da promotoria repousava em seis referências – de 230 – nas quais Katz citou erroneamente ou interpretou muito livremente o que as testemunhas disseram. No depoimento de Ambar, Katz substituiu a palavra “alemães” por “nazistas”. Em outro, ele resumiu o testemunho de um sobrevivente da Tantura, Abu Fihmi, descrevendo um assassinato, onde a testemunha não disse isso diretamente (embora, na verdade, isso seja claramente o que ele quis dizer). Em quatro outros casos, Katz escreveu algo que não aparece nas fitas, mas apenas em seus resumos escritos das conversas. Não foram encontradas discrepâncias em nenhuma das 224 referências restantes referentes à Tantura (PAPPÉ, 2001, p.26; tradução nossa).

No decorrer do processo, Katz assinou uma carta se desculpando com os veteranos que abriram o processo contra ele. A sua tese - que antes do julgamento

havia sido aprovada pela Universidade de Haifa com honras - foi revista e rejeitada. Sobre as alegações de massacre, a historiografia diverge. Gelber aponta que, por mais que tenha havido mortos durante a batalha por Tantura, apenas algumas dezenas de pessoas foram mortas:

No setor central, a brigada Alexandroni assumiu o litoral aldeia de Tantura para negar ao enclave árabe no cume do Carmelo o acesso ao mar. Os aldeões cercados não puderam fugir e algumas dezenas foram mortas no decorrer da batalha, assim como 14 soldados israelenses. As acusações recentemente divulgadas na imprensa israelense, culpando Alexandroni por um massacre deliberado após o ataque, parecem infundadas (GELBER, 2006, p.151; tradução nossa).

Pappé, por sua vez, sustenta que o que aconteceu em Tantura foi a execução sistemática de jovens rapazes capazes por soldados e oficiais de inteligências judeus (PAPPÉ, 2016, p.155). O autor recupera várias das entrevistas realizadas por Katz durante a sua pesquisa para sustentar seus pontos.

Morris faz críticas em relação à metodologia utilizadas por Katz no seu trabalho - principalmente, a utilização da história oral como base para a pesquisa -, mas não descarta completamente a possibilidade de ter acontecido uma matança em Tantura, mesmo alegando que a quantidade de mortos - na casa da centena, de acordo com Katz - seja substancialmente menor do que o alegado por Katz. De acordo com Morris:

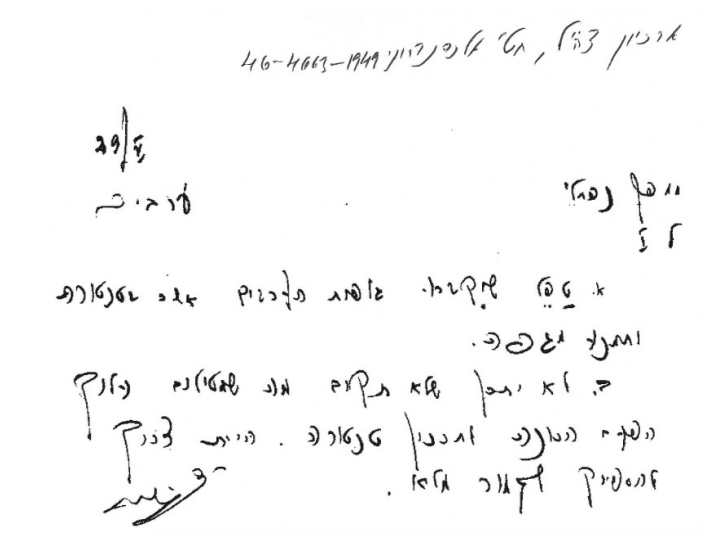
À luz das evidências disponíveis, é duvidoso que tenha havido um massacre em Tantura. Katz acumulou uma série de entrevistas ou declarações escritas de refugiados de Tantura que alegaram, cerca de 50 anos após o evento, que houve um massacre. Por exemplo, 'Adnan 'Aqab Yihiya, descreveu (em 2000) como as tropas judaicas, após a batalha, selecionaram 40 jovens adultos do sexo masculino, levaram-nos ao cemitério, forçaram-nos a cavar sepulturas e depois executaram 24 deles. [...] Por outro lado, há evidências de que tropas da brigada Alexandroni naquele dia aqui e ali executaram prisioneiros de guerra. Além disso, o Chefe do Estado Maior e Oficial do Comando Alexandroni de 1 de junho de 1948, queixando-se de atos de 'sabotagem' [*habala*] após a conquista da aldeia, pode ter sido uma referência eufemística a um massacre (MORRIS, 2004, p.300-301; tradução nossa).

Determinadas evidências disponibilizadas pelo Instituto *Akevot* em janeiro de 2022<sup>46</sup>, vão ao encontro da tese de Katz que um massacre ocorreu no vilarejo. Um documento de ordem para um integrante da brigada de Alexandroni, cobra o enterro dos corpos dos árabes mortos em Tantura. Ainda, o incômodo demonstrado pela demora da efetivação das ordens. Segundo a ordem, "A. Cuide de enterrar os

<sup>46</sup>Os documentos que aqui serão analisados, podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.akevot.org.il/en/article/tantura/?full>. Acessado em: 03 de novembro de 2022

corpos daqueles que morreram em Tantura [...] B. Não é possível não seguir o que lhe foi ordenado. O chamado (ilegível) e planejamento em Tantura. Você [já] deveria ter tido tempo para enterrar todos [os corpos].”

**Figura 10** - Ordens de enterro de corpos em Tantura (1948).



Fonte: Akevot Institute, 2022, tradução nossa.

Outro documento apresenta-se em consonância as evidências orais levantadas por Katz, é um bilhete destinado ao “comandante regional”, ainda, datado de 6 de junho de 1948 - 14 dias após a batalha de Tantura -, é colocado: “Ontem verifiquei a vala comum no cemitério de Tantura. Encontrei tudo em ordem”.

**Figura 11** - Bilhete sobre a vala comum no cemitério de Tantura (6 de junho de 1948).

57-4683-1949  
 ארצות, ארבע, ארבעות, ארבעות  
 8-6-48                      אור מכתב החבל  
  
 אור מכתב החבל  
 ביקורת אקטואל                      אור מכתב החבל  
 בבית-הדפוס                      אור מכתב החבל  
 תל אביב                      אור מכתב החבל  
 7/4/48

Fonte: Akevot Institute (2022).

Desta maneira, é possível deduzir, a partir da documentação, que houve uma quantidade considerável de vítimas árabes mortas durante a Batalha de Tantura. Mesmo que não haja o número exato de mortes - com a documentação aqui apresentada -, podemos concluir pelas ordens e bilhetes que alguns corpos foram enterrados, enquanto outros permaneceram espalhados pelo vilarejo e seus arredores. Conclui-se, dessa forma, que tais documentos tendem mais a reforçar a narrativa de Katz e daqueles que defendem que uma matança ocorreu em Tantura do que à daqueles autores que sustentam o contrário - como Gelber.

Haja visto que documentação oral tenha suas fragilidades - bem como qualquer tipo de evidência histórica -, seu uso deve se dar de forma dialética com a documentação escrita. Logo, não é possível descartar os testemunhos - tanto de israelenses, quanto de refugiados árabes-palestinos - de que ocorreu um massacre em Tantura.

A parte da discussão sobre a matança, em outro documento, datado de 7 de abril de 1948, é capaz de apontar as motivações que encorajaram a ocupação de Tantura e a expulsão dos seus habitantes pelas tropas de Alexandroni - fato que não é contestado pela historiografia recente. Uma carta do Estado-Maior/Diretoria de Operações aos chefes da liderança militar judaica, incluindo Yisrael Galili (codinome Hillel) e Yigal Alon (codinome Sacha), esclarece em abril de 1948 que Tantura foi

incluída no plano de assentamento judaico como um local designado para assentamento de várias dezenas de judeus, assim como outras regiões:

“[...] A comissão que foi nomeada para discutir sobre a questão da terra<sup>47</sup>, chegou às seguintes conclusões - se você aprovar, não hesitarei em dar conhecer à KKL [Fundo Nacional Judaico] e ao Centro Agrícola. Os lugares estão dispostos de acordo com seu nível de sofisticação: 1. Kich Machsir 2. Sris 3. Har' David 4. Kfar Metzger 5. Hirschach Menshiya 6. Tantura 7. Burid 8. Mes. Estimamos que para cada um dos pontos acima mencionados, de 40 a 70 pessoas sejam levantadas. Dessa forma, solicitamos também que este empreendimento seja mantido em sigilo”. (tradução nossa)

De fato, cerca de um mês após os eventos de Tantura e a expulsão dos soldados, um Kibutz denominado de Nahsholim foi fundado no mesmo local do antigo vilarejo árabe. Ao contrário de outras localidades onde os vilarejos ocupados foram destruídos, em Tantura os novos ocupantes utilizaram da estrutura do vilarejo para seu estabelecimento inicial. Confino (2015), em uma pesquisa sobre a memória de Tantura através dos testemunhos orais dos refugiados que lá viveram e dos residentes *Kibutznik* - conjuntamente com uma análise cartográfica das mudanças ambientais que se deram ao longo das décadas após o estabelecimento do Kibutz - coloca:

O grupo que se instalou em Tantura compreendia duas seções formadas em vários kibutzim como parte do Palmach, a tropa de choque de elite dos Yishuv. Um grupo incluía jovens nascidos na Palestina que serviram no ramo naval do Palmach, enquanto outro incluía judeus que haviam emigrado vários anos antes da Turquia e da Romênia como parte de um projeto, iniciado em 1932, para trazer jovens judeus para a Palestina para reforçar o Yishuv. Logo após a fundação de Nahsholim, um grupo de sobreviventes do Holocausto da Polônia também se juntou. Eles chegaram à Palestina depois de 1945 em um navio da imigração judaica ilegal, Aliya Bet, foi deportado para Chipre pelos britânicos e chegaram a Israel imediatamente após a independência. Nas casas da vila com vista para o mar, o destino das vítimas judias e palestinas se encontraram. Os jovens judeus viviam em casas da aldeia. A espaçosa casa do antigo chefe árabe da aldeia, o mukhtar, servia de sala de jantar (CONFINO, 2015, p.58; tradução nossa).

Com essa retrospectiva do segundo período da guerra civil, nota-se que ao longo dos conflitos que antecederam a proclamação do Estado de Israel a situação desencadeada era complexa. No campo estratégico militar, a situação enfrentada pelas forças judaicas determinaram uma posição mais agressiva para com as forças irregulares árabes-palestinas. A troca da iniciativa - que a partir desse momento passa para as forças do *Yishuv* - desencadeou um colapso da sociedade

<sup>47</sup>O termo original utilizado em hebraico é “כתעניח לעלות על הקרקע”. Como não é possível uma tradução literal para o português optou-se por traduzir como “questão da terra”.

árabe-palestina e um caos generalizado, sendo fruto, em grande medida, das expulsões feitas pelas forças judaicas em vilarejos árabes-palestinos, da ocupação e destruição dos vilarejos ocupados pela HGN e da violência das batalhas e conflitos - entre elas, os eventos de Deir Yassin e Tantura - que, por questões psicológicas, levaram a fuga. Entretanto, para alinharmos as consequências totais da guerra civil para a sociedade árabe-palestina, é necessário ter a noção de como a guerra afetou a região da Palestina em sua totalidade.

#### **4.1.3 As consequências da Guerra Civil: o relatório de migração árabe do serviço de inteligência das forças de defesa de Israel.**

Logo após as primeiras pausas dos conflitos da Guerra de 1948, a Seção Árabe do Departamento de Inteligência das Forças de Defesa de Israel elaborou um relatório relacionado ao deslocamento de árabes desde os inícios dos conflitos em 1947. Intitulado de “Migração dos árabes de *Eretz Yisrael* entre 1º de dezembro de 1947 e 1º de junho de 1948”, e apresentado em 30 de junho de 1948, o documento se propunha a “tentar avaliar a intensidade da migração e suas várias fases de desenvolvimento, elucidar os diferentes fatores que impactaram o movimento populacional diretamente e avaliar as principais trajetórias migratórias”. O relatório foi produzido em um contexto bastante particular: há um mês antes da publicação do relatório, o nível de refugiados palestino havia chegado ao seu pico da guerra. Além disso, o *Mapam* (partido socialista) passou a questionar Ben-Gurion e o *Mapai* (partido trabalhista) abertamente por conta da grande quantidade de refugiados árabes-palestinos que a guerra estava causando (MORRIS, 1986, p.6).

O documento foi encontrado no arquivo do *Hashomer Hatzair* (no Kibutz *Yad Ya'ari*) em meados da década de 1980 e estudado pela primeira vez por Benny Morris (1986) em seu artigo “*The Causes and Character of the Arab Exodus from Palestine: The Israel Defence Forces Intelligence Branch Analysis of June 1948*”. Após a publicação do artigo de Morris, por intervenção do Arquivista Geral de Israel e Diretor de Segurança do Estabelecimento de Defesa, o relatório voltou à confidencialidade e o acesso público foi negado. Sua circulação voltou após



pesquisadores da equipe do *Akevot Institute* conseguirem uma cópia alternativa do relatório no Kibutz *Givat Oz*.

Dentro deste artigo, Morris utiliza do relatório para discutir as interpretações historiográficas frente o êxodo palestinos e os dilemas que o relatório colocava à determinadas visões fundacionais da historiografia israelense sobre o tema - especificamente, a ideia de que o êxodo foi incentivado pelas lideranças palestinas:

[...] o relatório da Divisão de Inteligência em seu impulso principal parece [...] minar a historiografia oficial israelense. Pois não só a explicação das 'ordens árabes' é vista como limitada nos números que afetou e extremamente restrita geograficamente; mas o relatório se esforça para enfatizar que o êxodo foi contrário aos desejos político-estratégicos tanto do Alto Comitê Árabe quanto dos governos dos estados árabes vizinhos. Estes, segundo o relato, lutaram contra o êxodo – ameaçando, bajulando, impondo punições, tudo em vão. Não houve contenção na maré de pânico (MORRIS, 1986, p.17; tradução nossa).

O documento inicia realizando um levantamento da quantidade de árabe que residiam no interior do estado judeu delimitado pela resolução 181 da ONU (dezembro de 1947). De acordo com o documento, no momento da declaração havia cerca de 219 vilarejos árabes e 4 cidades com população árabe considerável (Haifa, Tiberias, Safed, Beit Shean). Em números totais, a população árabe que residia no interior era de 190.000 e nas cidades 92.000. Ainda, é feita uma estimativa da população beduína de 60.000, que residia, em sua maioria, no sul do país - no deserto do Negev. Totalizando, nesses números, 342.000 pessoas.

Em contraposição, em Junho de 1948, aproximadamente, 180 vilarejos árabes encontravam-se vazios, assim como 3 cidades (provavelmente Tiberias, Safed, Beit Shean) - com exceção de Haifa que ainda contava com 5.000 habitantes. Em números gerais, 152.000 árabes (80%) foram reportados por terem deixado o país e 87.000 as cidades (94%) - as populações beduínas são colocados como não terem emigrado do deserto. No total, 239.000 árabes deixaram o país, restando, dentro dos números colocados, 103.000 árabes (30% da população original).

Outro recorte territorial feito pelo relatório é o nível de migração dos territórios do estado árabe e de Jerusalém - uma vez que a guerra civil se estendeu para além das fronteiras delimitadas do estado judeu. De acordo com o relatório, 70 vilarejos árabes dentro do Estado Árabes foram “evacuados”<sup>48</sup>, 1 cidade árabe foi

---

<sup>48</sup> Colocamos aqui evacuado entre aspas, uma vez que, dentro da historiografia sobre a temática, o termo “evacuar” está mais ligado à ordens de lideranças árabes que ordenaram a evacuação de

integralmente evacuada (Jenin) e duas outras cidades com a população majoritariamente de árabes, tiveram sua população reduzida expressivamente (4.000 árabes restaram em Acre e 4.600 em Jaffa. Além dessas, duas outras cidades foram parcialmente “evacuadas” (Lod e Ramla). Cerca de 50.000 aldeões árabes e 72.000 residentes urbanos migraram, totalizando 122.000 pessoas. Além disso, cerca de 30.000 árabes migraram de Jerusalém. No total, 152.000 árabes. Somando as duas realidades, é possível concluir que 391.000 árabes (com uma margem de erro de 10%-15%, previsto pelo próprio relatório) foram deslocados ao longo da guerra civil e início da Guerra de 1948.

Além destes números, o relatório subdivide o “fenômeno” do êxodo árabe em quatro fases distintas. A primeira (de dezembro a fevereiro) caracterizada por pequenos movimentos de migração por todo o país, com uma intensificação média na região central do país no final do período (em fevereiro):

“A principal característica dessa etapa é que, neste momento, o movimento migratório está apenas começando. Ocorre em poucos lugares. Em todas as frentes do país, o movimento é extremamente pequeno. Apenas na Região Centro, onde a movimentação ocorre no final desta fase, ou seja, principalmente em fevereiro, quando começa a movimentação e sua intensidade, per se, é média” (tradução nossa).

A segunda (em março) é marcada por movimentos pequenos - até mesmo uma redução na região central, onde antes havia acontecido uma leve intensificada - com aumento bastante considerável região de Jaffa e na área do Mar da Galiléia:

“Nesta fase, sente-se um pequeno movimento na maioria das frentes e, de facto, há uma ligeira redução em relação à primeira fase. Em algumas frentes, parece que a migração está diminuindo. Isto é particularmente verdade no que diz respeito à Região Centro, onde a atividade se fez sentir durante a primeira fase. No entanto, onde a tendência nacional é de declínio, a frente de Jaffa, bem como a área do Mar da Galiléia, apresentam um aumento com uma intensidade mais forte do que a intensidade de evacuação na primeira fase” (tradução nossa).

Na terceira fase (em abril) há um aumento em praticamente todas as frentes, bem como, no mar da Galiléia - quando ocorre a evacuação de Tiberias. A mesma tendência se observa no distrito de Tel-Hai, em Haifa e em Jaffa. Desta forma, trata-se de um período que se observa uma ampliação na região central. De forma geral,

“Esta fase é marcada por um aumento moderado na quase maioria das frentes, aumento moderado na área do Mar da Galiléia com a evacuação de

---

certos vilarejos no contexto de avanço das tropas do ELA. No documento, entretanto, o termo “evacuados” aparece sem aspas.

Tiberia. Aumento moderado na área de Haifa com a evacuação da cidade. Aumento moderado no distrito de Tel-Hai com aumento das atividades de nossa parte. Nenhuma mudança no estado da migração no Negev, que ainda não começou a evacuação. Situação equilibrada em termos de evacuação de Jaffa – ou seja, ligeiro aumento em relação à fase anterior e continuação da mesma. Diminuição do movimento migratório na área de Gilboa. No entanto, houve um grande aumento na Região Central, que atingiu o pico neste mês, tanto a nível nacional como em termos de movimentação na própria região. Em conclusão: a terceira fase mostra um aumento geral moderado com um ponto de pico e uma tendência de queda” (tradução nossa).

A quarta - e final - fase (em maio) é marcada por “psicose” geral e abalo da moral da população árabe: há uma crise geral de confiança na força árabe de resposta. Como resultado, observa-se uma grande intensificação de migração nas regiões distritais de Tel-Hai, Gilboa, Jaffa e Galiléia Ocidental. Além disso, observa-se movimentações de migração no deserto do Negev. Enquanto isso:

“A Região Centro entra nesta fase já tendo atingido o pico, com a maioria das aldeias evacuadas. Portanto, para a Região Centro, essa fase é o “trecho final”. Como o número de aldeias restantes na Região Central era pequeno, a diminuição aparentemente significativa sentida aqui não é mais do que o toque final. O único lugar onde uma verdadeira diminuição é sentida neste mês é a área do Mar da Galiléia. [...] A migração em massa dos árabes de *Eretz Yisrael* ocorreu em abril-maio. Maio foi um clímax e é registrado como o mês em que ocorreu a maior parte da migração árabe, **ou, mais precisamente, a fuga árabe**” (tradução nossa; grifo nosso).

Finalmente, sobre as causas desta migração árabe, o relatório coloca diversas explicações. É descartado a possibilidade do fenômeno ter raízes financeiras e econômicas - desemprego ou escassez de comida -, apenas com exceção da fase inicial. Ainda, sobre os fatores econômicos,

“O fator financeiro foi um motivador da migração apenas durante as fases iniciais do movimento migratório, quando os ricos entre os árabes, desejando garantir suas propriedades e fábricas, migraram rapidamente. Uma flutuação na estabilidade econômica árabe foi sentida nas cidades, uma flutuação que foi um catalisador de migração para alguns estratos sociais, mas essa flutuação – como a migração dos ricos, não é um fator importante quando se discute a migração em massa dos árabes de *Eretz Yisrael*” (tradução nossa).

Sobre as faces políticas do problema dos refugiados, é colocado que o impacto pode ser considerado praticamente desconsiderado:

“[...] as decisões políticas, no sentido estrito da palavra, não tiveram qualquer efeito sobre o movimento migratório. Embora a massiva migração árabe tenha se proliferado particularmente no mês de maio, isso não deve ser considerado como resultado do significado político daquele mês. Aqui, deve-se notar, como havia localidades onde o fator político era um motivador do movimento migratório, este se limitava às cidades, e também ali, em estratos muito limitados e em escala minuciosa. Esses números são tão pequenos, em comparação com a onda geral de migração e sua

intensidade, que se pode supor, com certeza, que fatores políticos não tiveram nenhum efeito sobre o movimento da população árabe” (tradução nossa).

Hierarquizando esse fatores gerais, o relatório conclui que as causas decisivas para o êxodo árabe-palestino foram, por ordem de importância: ação hostil judaica contra as comunidades árabes; impacto das ações judaicas contra comunidades vizinhas (particularmente a queda de grandes comunidades vizinhas); ação de dissidentes judaicos (IZL e LHI); ordens diretas publicadas por instituições e gangues árabes; operações judaicas de disseminação de boatos (guerra psicológica); ultimatos de evacuação; medo de retaliação judaica por ataques árabes contra judeus; presença de gangues e soldados estrangeiros nas proximidades dos vilarejos; medo de uma invasão árabe e suas consequências (principalmente próximo às fronteiras com países árabes); vilarejos árabes isolados em áreas predominantemente judaicas; outros fatores locais e medo generalizado do futuro.

Especificamente, sobre a ação direta das forças judaicas contra comunidades árabes, o relatório destaca a transição estratégica-operacional do mês de maio como decisiva para o êxodo:

“Sem dúvida, as hostilidades foram o principal fator no movimento populacional. Cada distrito passou por uma onda de migração à medida que nossas ações naquela área se intensificaram e se expandiram. Em geral, para nós, o mês de maio significou uma transição para operações em larga escala, razão pela qual o mês de maio envolveu a evacuação do número máximo de locais”. (tradução nossa).

É interessante notar a natureza psicológica, - consequência das ações diretas de forças judaicas, em grande parte - foram determinantes para o desenvolvimento do problema dos refugiados palestinos:

“Observe que nem sempre foi a intensidade do ataque que foi decisiva, pois outros fatores se tornaram particularmente proeminentes – principalmente fatores psicológicos. O elemento surpresa, longos períodos de bombardeio com explosões extremamente altas e alto-falantes em árabe se mostraram muito eficazes quando usados adequadamente (principalmente Haifa!); [...] Está, no entanto, comprovado que as ações não tiveram menor efeito nas comunidades vizinhas do que na comunidade que foi o alvo direto da ação. A evacuação de uma certa aldeia como resultado de nosso ataque varreu muitas aldeias vizinhas. O impacto da queda de grandes aldeias, centros, vilas ou fortes com grande concentração de comunidades ao seu redor é particularmente evidente. A queda de Tiberíades, Safed, Samakh, Jaffa, Haifa e Acre produziu muitas grandes ondas migratórias. A motivação psicológica em ação aqui era “Se os poderosos caíram...”. (tradução nossa).

Como ressalta Morris (1986) - ao contrário do afirmado tradicionalmente pela historiografia isralense anterior aos “novos historiadores”-, o relatório, de fato, coloca

o impacto praticamente nulo das ordens de evacuação emitidas por instituições e lideranças árabes para o desenvolvimento do problema dos refugiados palestinos. Ao contrário de incentivar a evacuação, as lideranças árabes buscaram evitar a evacuação massiva de palestinos nas suas fases iniciais:

“Nos estágios iniciais da evacuação, quando o escopo ainda era pequeno, as instituições árabes tentaram contrariar a fuga e conter as ondas migratórias. O Alto Comitê Árabe decidiu, na época, tomar medidas para reprimir a fuga, impondo restrições e penalidades, usando ameaças e propaganda na imprensa, no rádio, etc. países, que muitas vezes partilhavam os mesmos interesses neste ponto. Eles tentaram principalmente impedir a fuga de jovens em idade de alistamento. No entanto, nenhuma dessas ações teve sucesso, pois não foi tomada nenhuma ação positiva que pudesse conter os fatores que motivaram e impulsionaram a migração. As ações do mecanismo preventivo simplesmente levaram à corrupção, e as licenças foram emitidas em troca de propina. Quando ocorreu a fuga em massa, esse mecanismo também entrou em colapso, deixando apenas propaganda esporádica que não produziu resultados reais”. (tradução nossa).

Dos lugares onde ordens de evacuação foram decisivas para o abandono das aldeias, o relatório coloca a natureza estratégica-militar de tais ordens - em grande parte vindas do ACA, forças irregulares (denominadas de “gângues” no relatório) e o governo da Transjordânia - como o desejo de transformar certos vilarejos em bases operacionais para ataques contra forças judaicas, o entendimento da impossibilidade de defesa de algumas comunidades e o receio de uma quinta coluna árabe caso acordos fossem firmados entre determinadas comunidades e as forças judaicas.

Em vista disso, que os números expostos no relatório podem ser discutidos e postos à prova, frente a outras estimativas populacionais da Palestina na mesma época (como a utilizada pelos relatórios da ONU), isto é, o relatório é preciso ao totalizar o fenômeno e determinar suas causas principais. Ao colocar as ações diretas das forças judaicas (tanto da HGN quanto dos dissidentes IZL e LHI) contra as comunidades árabes como fator principal para o êxodo palestino, o levantamento é adequado para compreender o fenômeno, ainda que sua capacidade de compreender as demais causas - em especial as raízes psicológicas do êxodo -, como articuladas ao movimento mais amplo da atividade das forças, seja limitado. Tal relatório é indispensável para compreensão do problema dos refugiados palestinos. Além de colocar a prova os argumentos da culpabilização árabe do êxodo palestino, oriundo da historiografia israelense tradicional, o relatório auxilia na

desconstrução dos argumentos teleológicos de parte da historiografia recente da antecipação e planejamento sionista ou israelense - particularmente os argumentos de Masalha (2021) e Pappé (2016) - da expulsão dos palestinos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou introduzir um debate, ainda restrito no Brasil, sobre o problema dos refugiados palestinos a partir de uma perspectiva de média duração. Buscou-se, ao decorrer deste trabalho, demonstrar a complexidade dos fatores que culminaram no êxodo palestino de 1948, ao mesmo tempo que explorar não somente os fatores superficiais - oriundos em grande parte da guerra civil entre a comunidade judaica e árabe da Palestina entre dezembro de 1947 a maio de 1948 - mas também aqueles que foram enraizados dentro da sociedade palestina ao longo do século XX. Com o final do Império Otomano e o avanço do colonialismo europeu no Oriente Médio, observamos dois movimentos nacionais em desenvolvimento na Palestina que reivindicam o mesmo território. É na tática amplamente utilizada pelo colonialismo britânico pelo mundo, de “dividir para conquistar”, que observamos a gênese da antítese moderna do conflito entre judeu e árabes na Palestina.

Ao reconhecerem como digno de uma identidade nacional somente o povo judeu - até então, uma minoria dentro de território amplamente árabe - e tratarem a maioria árabe somente como uma comunidade civil e religiosa, distante de qualquer espécie de aspiração nacional - mesmo com o franco desenvolvimento de uma consciência nacional árabe-palestina - os britânicos lançaram as bases para a intensificação do antagonismo entre judeus e árabes na Palestina. A luta árabe-palestina contra o colonialismo tornou-se não só uma luta contra os britânicos, mas uma luta contra o sionismo, encarado como um cliente da empreitada colonial britânica.

As táticas coloniais britânicas de incentivar os antagonismos internos entre as lideranças palestinas, minaram qualquer tipo de possibilidade de consolidação de uma liderança árabe-palestina capaz de protagonizar e organizar a luta contra o colonialismo britânico e o sionismo. E, mesmo que os árabes-palestinos tenham sucedido em burlar meios do mecanismo de dominação colonial britânica, todo e qualquer tipo de conquista foi destruída com a derrota da revolta árabe de 1936 e

com a conseqüente expulsão ou morte das lideranças que protagonizaram este processo. A sociedade Palestina saiu da revolta de 1936 dividida, enquanto os judeus consolidaram suas lideranças e organização interna, os árabes-palestinos têm todos seus avanços políticos-organizacionais contra o colonialismo britânico destruídos.

Desse modo, os árabes da Palestina chegam a 1948 fragilizados e sem lideranças orgânicas desvinculadas ao colonialismo britânico e seus meios de dominação. A guerra civil que explodiu na Palestina após a aprovação da resolução 181 pela ONU, foi, em grande parte, liderada pelas mesmas lideranças árabes que estavam vinculadas aos mecanismos de dominação britânica, ou seja, que tinham, nas bases, sua legitimidade bastante deteriorada pelo seu histórico de luta por poder, abafando, inclusive, as lideranças orgânicas palestinas em prol do colonialismo britânico. Quando estes líderes buscaram uma insurreição “popular” contra a partilha em 1947, não encontraram qualquer meio de mobilização das bases da sociedade árabe-palestina para esta empreitada - visto que os mesmos auxiliaram os britânicos na destruição destes meios de mobilização.

As lutas entre as forças judaicas e as forças irregulares árabes-palestinas intensificaram o colapso total da sociedade palestina. Destituído de meios de mobilização e organização árabe, conforme as forças judaicas encaminharam-se para evitar o triunfo do inimigo em uma guerra total que se aproximava com o final do mandato britânico e o colapso de sua própria sociedade, mais se intensificou as fugas e as “evacuações” sem qualquer tipo de resistência efetiva por parte dos árabes.

Como colocado pelo relatório elaborado pelo serviço de inteligência da HGN, a ação das forças judaicas - não necessariamente a ação direta, mas ações indiretas, de natureza psicológica que abalaram a população árabe palestina durante os meses da guerra - foram as principais responsáveis pela derrota e colapso da sociedade palestina em 1948. Entretanto, não se pode apenas aceitar nesta explicação a resposta para a diáspora palestina. Mas compreender que a busca das verdadeiras raízes da diáspora palestina apenas partem desta explicação - e não terminam nela, como muitos autores buscam fazer através de uma perspectiva moralizante da história. É neste rápido colapso que uma sociedade fragilizada é

exposta. Cabe ao historiador esmiuçar e buscar compreender esta fragilização através da historização dos processos históricos que a precederam.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES

ESTADOS UNIDOS. ANGLO AMERICAN-COMMITTEE OF INQUIRY. **Report to the United States Government and His Majesty's Government in the United Kingdom**. Washington: United States Government Printing Office, 1946. Disponível em: [https://ecf.org.il/media\\_items/307](https://ecf.org.il/media_items/307) . Acesso em: 21 set. 2022.

ISRAEL. INTELLIGENCE SERVICE (ARAB SECTION). **Migration of Eretz Yisrael Arabs between December 1, 1947 and June 1, 1948**. S.I: Akevot Institute, 1948. Disponível em: <https://www.akevot.org.il/wp-content/uploads/2019/07/1948ISReport-Eng.pdf> . Acesso em: 09 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE. **Report to the General Assembly**: Volume I. Lake Success: United Nations Virtual Library, 1947. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/703295> . Acesso em: 21 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE. **Report to the General Assembly**: Volume II Annexes, Appendix and Maps. Lake Success: United Nations Virtual Library, 1947. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/563036?ln=en> . Acesso em: 21 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE. **Report to the General Assembly**: Volume III Annex A Oral Evidence Presented at Public Meetings. Lake Success: United Nations Virtual Library, 1947.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNITED NATIONS SPECIAL COMMITTEE ON PALESTINE. **Report to the General Assembly**: Volume IV Annex B Oral Evidence Presented at Private Meetings. Lake Success: United Nations Virtual Library, 1947.

## BIBLIOGRAFIA

- AKEVOT INSTITUTE FOR ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT RESEARCH (Israel). **Silencing**: DSDEs concealment of documents in archives. Tel Aviv: N/A, 2019. 14 p. Disponível em: <https://www.akevot.org.il/wp-content/uploads/2019/07/Silencing-Akevot-Institute-Report-July-2019.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- BARELLI, A. Forgetting Europe: Perspectives on the debate about Zionism and colonialism. **Journal of Israeli History**, Tel Aviv, v.20, p. 99-120, 2001.
- BOROCHOV, B. **Nuestra Plataforma**: bases del sionismo proletario. Buenos Aires : Editorial Pueblo Judío, 1951.
- CONFINO, A. The Warm Sand of the Coast of Tantara: History and Memory in Israel after 1948. **History and Memory**, Bloomington, v. 27, p.43-82, 2015.
- GHERMAN, M. Entre a Nakba e a Shoá: catástrofes e narrativas nacionais. **História**, São Paulo, v. 33, Jul-Dec 2014.
- GELBER, Y. **Palestine**: 1948. Brighton: Sussex Academic Press, 2006.
- HAZKANI, S. **Israel's Vanishing Files, Archival Deception and Paper Trails**. 2019. Disponível em: <https://merip.org/2019/09/israels-vanishing-files-archival-deception-and-paper-trails/>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. **Dear Palestine**: a social history of the 1948 War. Stanford: Stanford University Press, 2021.
- KHALIDI, R. **Palestinian Identity**: The Construction of Modern National Consciousness. New York: Columbia University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. **The Iron Cage**: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood. Oxford: Oneworld books, 2006.
- KHALIDI, W. Plan Dalet: Master Plan for the Conquest of Palestine. **Journal of Palestinian Studies**, Berkeley, v. 18, 1988.
- \_\_\_\_\_. (Ed.). **All that remains**: The Palestinian villages occupied and depopulated by Israel in 1948. Washington: Institute for Palestinians Studies, 1992.
- MASSALHA, N. **A Expulsão dos Palestinos**: o conceito de “transferência” no pensamento político sionista 1882.1948. São Paulo: Sundermann, 2021.
- \_\_\_\_\_. A critique of Benny Morris. **Journal of Palestinian Studies**, Los Angeles, v. 21, p. 90-97, 1991.
- MATTHEWS, W. **Confronting an Empire, Constructing a Nation**: Arab Nationalism and Popular Politics in Mandate Palestine. Londres: I.B. Tauris, 2006

MEIMOUN, V. Creation and Manipulation of Archives: The Israeli Example. **Bulletin du Centre de recherche français à Jérusalem**, Jerusalém, v.4, 1999.

METZER, J. **The Divided Economy of Mandatory Palestine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MORRIS, B. **1948: a history of the first Arab-Israeli war**. Yale: Yale University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. Falsifying the Record: A Fresh Look at Zionist Documentation of 1948. **Journal of Palestine Studies**, Los Angeles, v. 24, p. 44-62, 1995.

\_\_\_\_\_. **Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab conflict, 1881-2001**. New York: Vintage Books USA, 2001.

\_\_\_\_\_. **The Birth of the Palestinian Refugee Problem**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. *The Causes and Character of the Arab Exodus from Palestine: The Israel Defense Forces Intelligence Branch Analysis of June 1948*. **Middle Eastern Studies**, S.I, v. 22, p. 5-19, 1986.

\_\_\_\_\_. The New Historiography: Israel confronts its past. In: MORRIS, Benny (ed.). **Making Israel**. Ann Arbor: University Of Michigan Press, 2007. p. 11-28.  
NETO, Luiz S. *O Relatório Harrison (1945)*. **Revista de Fontes**, São Paulo, v.9, p. 110-122, 2015

NORRIS, Jacob. *Toxic waters: Ibrahim Hazboun and the struggle for a Dead Sea concession, 1913-1948*. **Jerusalem Quarterly**, 45. p. 25-42.

PAPPÉ, I. **Britain and the Arab-Israeli Conflict, 1948-51**. London: The Macmillan Press LTD, 1993.

\_\_\_\_\_. The Tantura Case in Israel: The Katz Research and Trial. **Journal of Palestine Studies**, Berkeley, v.30, p.19-39, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Limpeza Étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

\_\_\_\_\_. **The Rise and Fall of A Palestinian Dynasty: The Husaynis 1700-1948**. London: Saqi Books, 2017.

PENSLAR, D. J. Zionism, colonialism and postcolonialism. **Journal of Israeli History**, Tel Aviv, v.20, p. 84-98, 2001.

ROGAN, E. L.; SHLAIM, A. (Eds.). **The War for Palestine: Rewriting the History of 1948**. 2ª. ed. New York: Cambridge University Press, 2007.

SAID, E. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHAPIRA, A. **Land and Power**: The Zionist Resort to Force, 1881-1948. Stanford: Stanford University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Politics and Collective Memory: The Debate over the “New Historians” in Israel. **History and Memory**, Bloomington, v. 7, p. 9-40, 1995.

SHOSHAN, M. **Atlas of the Conflict**: Israel-Palestine. Portland: Publication Studio, 2012.

SHLAIM, A. Britain and the Arab-Israeli War of 1948. **Journal for Palestinian Studies**, Los Angeles, v. 16, p. 50-76, 1984.

\_\_\_\_\_. The Debate About 1948. **International Journal of Middle East Studies**, v. 23, 1995.

\_\_\_\_\_. **A muralha de ferro**: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Fissus Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. "New History" and the First Arab-Israeli War. **Aley Zait Vacherev**, Ramat-Efal, v. 15, p. 55-64, 2015.

SUFIAN, S. Anatomy of the 1936-39 Revolt: Images of the Body in Political Cartoons of Mandatory Palestine. **Journal of Palestine Studies**, Berkeley, v. 37, p. 23-42, 2008.